

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Vanessa da Costa Sena

**MIDIATIZAÇÃO E SENTIDOS COLONIAIS E DECOLONIAIS SOBRE
A ZONA FRANCA DE MANAUS NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS**

Santa Maria, RS
2023

Vanessa da Costa Sena

**MIDIATIZAÇÃO E SENTIDOS COLONIAIS E DECOLONIAIS SOBRE
A ZONA FRANCA DE MANAUS NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Comunicação**.

Profa. Dra. Ada Cristina Machado Silveira

Santa Maria, RS
2023

Sena, Vanessa da Costa
Midiatização e sentidos coloniais e decoloniais sobre
a Zona Franca de Manaus nos discursos jornalísticos /
Vanessa da Costa Sena.- 2023.
154 p.; 30 cm

Orientadora: Ada Cristina Machado Silveira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2023

1. Comunicação midiática 2. Midiatização 3. Discurso
jornalístico 4. Decolonialidade 5. Zona Franca de Manaus
I. Silveira, Ada Cristina Machado II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, VANESSA DA COSTA SENA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Vanessa da Costa Sena

**MIDIATIZAÇÃO E SENTIDOS COLONIAIS E DECOLONIAIS SOBRE
A ZONA FRANCA DE MANAUS NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Comunicação**.

Aprovado em 31 março de 2023

Ada Cristina Machado Silveira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Viviane Borelli, Dra. (UFSM)
(Participação por parecer)

Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)
(Participação por parecer)

Netilia Silva dos Anjos Seixas, Dra. (UFPA)
(Participação por videoconferência)

Demétrio de Azeredo Soster, Dr. (UFS)
(Participação por videoconferência)

Santa Maria, RS
2023

À minha mãe Nalia Solange da Costa Sena,
pelo apoio incondicional. Às cunhantãs Gigi e
Lelê, e ao curumim Duduzinho, meus
afilhados.

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado é fruto de um extenso trabalho de reflexão, de análise e de escrita. Do Norte ao Sul, a realização desta pesquisa ocorreu, principalmente, pelo auxílio, incentivo e compreensão de várias pessoas. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho e, de uma maneira especial, agradeço:

- a minha orientadora profa. Dra. Ada Cristina Machado Silveira pela oportunidade de ingressar ao Poscom/UFSM, pela confiança em mim depositada, pelos encontros presenciais na universidade, pelos momentos na chácara, pelas oportunidades de intercâmbio de conhecimento no Brasil, no Uruguai e na Argentina, e pela pessoa incentivadora e compreensiva, em especial durante a pandemia da covid-19 e durante questões familiares, grata pela orientação e compreensão.

- os professores doutores Demétrio de Azeredo Soster, Netília Silva dos Anjos Seixas, Vicki Alexis Mayer e Viviane Borelli pelas contribuições durante a fase da qualificação, recomendando novos olhares à pesquisa; E à professora Márcia Franz Amaral por aceitar participar da fase de conclusão.

- o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), em nome do professor Antonio Venâncio Castelo Branco (*in memoriam*), por permitir meu afastamento das atividades para que eu assistisse às aulas presenciais, proporcionando incentivo à minha qualificação como servidora pública.

- as mulheres da minha família, em especial a minha mãe, por todo apoio e incentivo constante.

- os meus amigos pelo incentivo e torcida em todos os desafios, da escola à pós-graduação, da infância à vida adulta.

- as amigadas que surgiram nas aulas, nas reuniões do grupo de pesquisa, nas conversas de corredores e nos eventos acadêmicos durante o doutorado. Em especial, Kelly Alves, Calisto Cee, Marilice Daronco, Thaís Leobeth, Virgínia Diniz, Kellen Xavier e Gustavo Freire.

- os professores do Poscom/UFSM que, cada um a seu modo, contribuíram com minha formação pessoal e profissional;

- a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) pelo auxílio da bolsa que financiou parte deste estudo. Obrigada!

Porto de lenha
Tu nunca serás Liverpool
Com uma cara sardenta
E olhos azuis

Um quarto de flauta
Do Alto Rio Negro
Pra cada sambista paraquedista
Que sonha o sucesso
Sucesso sulista
Em cada navio
Em cada cruzeiro
(Em cada cruzeiro)
Das quadrilhas de turistas
(Aldízio Filgueiras / Torrinho)

RESUMO

MIDIATIZAÇÃO E SENTIDOS COLONIAIS E DECOLONIAIS SOBRE A ZONA FRANCA DE MANAUS NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS

AUTORA: Vanessa da Costa Sena

ORIENTADORA: Profa. Dra. Ada Cristina Machado Silveira

Desde a década de 1970, o setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, localizado na Zona Franca de Manaus, tem contribuído para o crescimento do ambiente comunicacional midiático local e nacional, por meio da produção e distribuição de eletroeletrônicos fundamentais à indústria da mídia no Brasil, como aparelhos de TV, rádio, telefone celular, câmera de vídeo, câmera fotográfica, aparelho de som, gravadores e computadores. Distante dos centros decisórios nacionais, como responsável pelo provimento de parte dos aparatos de infraestrutura de produção/recepção do sistema comunicacional midiático brasileiro, constantemente o modelo de desenvolvimento econômico em atuação nos estados da Amazônia Ocidental, é pauta nos veículos jornalísticos brasileiros. Nesta tese, investiga-se a cobertura jornalística sobre a ZFM em jornais e revistas de circulação nacional e local, demonstrando quais foram os formadores discursivos utilizados a partir da perspectiva decolonial. Tem como objetivos secundários: 1) Relacionar o setor eletroeletrônico da ZFM com as ondas da midiatização; 2) Identificar indícios textuais e discursivos da existência de fundamentos teóricos e históricos relacionados ao pensamento decolonial; 3) Compreender como foram construídos, discursivamente, os momentos históricos da ZFM pelos periódicos impressos nacionais e local; 4) Verificar a construção da identidade midiática da ZFM. O corpus desta pesquisa é constituído por 109 sequências discursivas recortadas de 93 textos, e que inserem em cinco posições-sujeito, extraídos dos jornais O Estado de S.Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Comercio-AM, com edições que circularam nos anos de 1957, 1967, 1970, 1984, 1986, 1988, 2003, 2014 e 2017. O período foi escolhido com base na definição de nove momentos históricos da ZFM (criação, regulamentação, primeiro projeto de indústria do setor eletroeletrônico, as quatro prorrogações e o aniversário de 50 anos da regulamentação). Tais posições-sujeito estão englobadas em duas Formações Discursivas que possibilitaram compreender a teia discursiva sobre a ZFM, que são: (FD1) ZFM leva o Amazonas ao progresso e (FD2) ZFM possui novos desafios. Sinaliza-se a predominância significativa da (FD1), o que evidencia que os sentidos mais reiterados pelos jornais e revistas analisados dizem respeito à logística difícil, à regulamentação e à geração de desenvolvimento e modernidade à região amazônica.

Palavras-chave: Comunicação midiática. Midiatização. Discurso Jornalístico. Pensamento decolonial. Zona Franca de Manaus. Eletroeletrônico.

ABSTRACT

MEDIATING AND COLONIAL AND DECOLONIAL SENSES ABOUT THE MANAUS FREE ZONE IN JOURNALISTIC DISCOURSES

AUTHOR: Vanessa da Costa Sena
ADVISOR: Ada Cristina Machado Silveira

Since the 1970s, the electronics sector of the Industrial Pole and Manaus, located in the Manaus Free Trade Zone, has contributed to the growth of the local and national media communication environment, through the production and distribution of electronics that are fundamental to the media industry in Brazil, such as TV sets, radios, cell phones, video cameras, cameras, stereos, recorders and computers. Distant from the national decision-making centers, as responsible for providing part of the production/reception infrastructure apparatus of the Brazilian media communication system, the economic development model in operation in the Western Amazon states is constantly on the agenda in Brazilian journalistic vehicles. In this thesis, journalistic coverage of the ZFM in newspapers and magazines with national and local circulation is investigated, demonstrating which were the discursive trainers used from the decolonial perspective. Its secondary objectives are: 1) Relate the electro-electronic sector of the ZFM with the waves of mediatization; 2) Identify textual and discursive evidence of the existence of theoretical and historical foundations related to decolonial thinking; 3) Understand how the historical moments of the ZFM were discursively constructed by national and local printed periodicals; 4) Check the construction of the ZFM's media identity. The corpus of this research is constituted by 109 discursive sequences cut from 93 texts, and that insert in five subject positions, extracted from the newspapers O Estado de S.Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Commercio-AM, with editions that circulated in the years 1957, 1967, 1970, 1984, 1986, 1988, 2003, 2014 and 2017. The period was chosen based on the definition of nine historical moments of the ZFM (creation, regulation, first industry project in the electronics sector, the four extensions and the 50th anniversary of the regulation). Such subject positions are encompassed in two Discursive Formations that made it possible to understand the discursive web about the ZFM, which are: (FD1) ZFM leads the Amazon to progress and (FD2) ZFM has new challenges. There is a significant predominance of (FD1), which shows that the meanings most reiterated by the newspapers and magazines analyzed concern difficult logistics, regulation and the generation of development and modernity in the Amazon region.

Keywords: Media communication. Mediatization. Journalistic Discourse. decolonial thinking. Manaus Free Zone. Electronics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Selo do PIM criado em 1984	30
Figura 2: Principais zonas francas que tiveram um papel de modelo	45
Figura 3: Número de zonas francas oficiais por país em 2008	48
Figura 4: Zonas francas na América do Sul	50
Figura 5: Áreas de Livre Comércio e Coordenação Regionais da Suframa	63
Figura 6: Rotas de acesso do Amazonas	76
Figura 7: Anúncio publicitário das calculadoras C.Toch produzidas pela Igasa	86
Figura 8: Anúncios publicitários da nova TV Philco e da TV Mitsubishi	87
Figura 9: Anúncio publicitário da loja Jumbo Eletro, com unidade em São Paulo-SP	88
Figura 10: Anúncios publicitários de eletroeletrônicos produzidos pela Sharp e Semp Toshiba no PIM	89
Figura 11: Anúncio publicitário do videocassete produzido pela Semp Toshiba	89
Figura 12: Notícia sobre vendas de DVD em lojas brasileiras	91
Figura 13: Nota sobre fabricação de monitor da Samsung no AM	94
Figura 14: Anúncio publicitário de telefonia móvel da Claro (aparelhos produzidos no PIM)	95
Figura 15: Infográfico sobre as tecnologias das TVs e as Copas do Mundo de Futebol	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produções com abordagem sobre eletroeletrônicos em bancos de trabalhos científicos	22
Tabela 2: Quantidade de concorrências com o termo Zona Franca de Manaus (1957 a 2017)	32
Tabela 3: Quantidade de notícias sobre a ZFM, de acordo com os momentos históricos	32
Tabela 4: Quantitativo de notícias para análise	34
Tabela 5: Faturamento dos setores eletroeletrônico e bens de informática	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Momentos históricos sobre o comércio/indústria de eletroeletrônicos da ZFM	29
Gráfico 2: Expansão das Zonas Francas pelo mundo	48
Gráfico 3: Principais produtos eletroeletrônicos do PIM	70
Gráfico 4: Participação dos subsetores de atividades no faturamento do PIM	71
Gráfico 5: Quantidade de SDs extraídas por FD	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Polo produto do subsetor material elétrico, eletrônico e de comunicação	72
Quadro 2: Polo de componentes do subsetor material elétrico, eletrônico e de comunicação	73
Quadro 3: Empresas beneficiárias da Lei Nº 8.387/1991 e as contribuições para a região	100
Quadro 4: Relação de textos selecionados por ano de cada momento histórico	107
Quadro 5: Posições-sujeito correspondente à FD1	113
Quadro 6: Posições-sujeito correspondente à FD2	120

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CONSTRUÇÃO DA TESE: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	20
2.1 APROXIMAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO, MEDIATEZADO, DECOLONIALIDADE E ZONA FRANCA	21
2.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	25
2.2.1 Definição do material empírico	25
2.2.2 Momentos históricos da ZFM	29
2.2.3 Corpora da pesquisa	31
2.3 JORNALISMO, DISCURSO E IDENTIDADE	35
2.3.1 Discurso e ideologia	35
2.3.2 Discurso jornalístico e identidade	38
3. GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO: A CRIAÇÃO DO SETOR DE ELETROELETRÔNICO DA ZFM	43
3.1 CRIAÇÃO E DIFUSÃO DAS ZONAS FRANCAS NO MUNDO	44
3.2 DO CICLO DA BORRACHA À ZONA FRANCA DE MANAUS	50
3.2.1 Processo de colonização na Amazônia	51
3.2.2 Período da Belle Époque na Amazônia	55
3.3.1 ZFM e o desenvolvimento regional	63
3.4 O SETOR ELETROELETRÔNICO DO PIM	69
4. SOCIEDADE MEDIATEZADA: O SETOR ELETROELETRÔNICO DA ZFM E AS ONDAS DA MEDIATEZADO	78
4.1 MEDIATEZADO COMO PROCESSO SOCIAL	79
4.2 ZONA FRANCA DE MANAUS E ONDAS DA MEDIATEZADO	84
4.2.1 Eletrificação: o comércio e produção de eletroeletrônicos	85
4.2.2 Digitalização: a industrialização de eletroeletrônicos	92
4.2.2 Datatificação: os incentivos da Lei da Informática	98
4.3 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO PROCESSO DE MEDIATEZADO	102
5. OS SENTIDOS PRODUZIDOS SOBRE A ZONA FRANCA DE MANAUS	106
5.1 FDS NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A ZFM	107
5.1.1 FD1 - ZFM leva o Amazonas ao progresso	113
5.1.2 FD2 - ZFM possui novos desafios	119
5.2 SÍNTESE DA INTERPRETAÇÃO DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E A RELAÇÃO COM O PROCESSO DE MEDIATEZADO	123
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129
ANEXO I - SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS RECORTADAS PARA ANÁLISE	140

1. INTRODUÇÃO

O vai e vem de ônibus, kombis e vans do distrito que levavam vizinhos, amigos e familiares para as indústrias sempre esteve presente na minha memória desde a infância por morar no Japiim, bairro que tem origem na expansão do polo industrial, onde meu endereço ficava a menos de 1 km de uma das vias de acesso ao PIM. Local de onde vi a chegada e a partida de rotas de transporte de trabalhadores do distrito, e hoje ainda mora parte da minha família.

Sempre acompanhei o desenvolvimento da ZFM, mas olhar a Zona Franca como objeto de estudo no campo da Comunicação jamais passou pelas minhas anotações acadêmicas até ingressar no doutorado. Desde a graduação, o meu local de pesquisa sempre foi Manaus-AM. Seja com a questão do cinema na graduação, o audiovisual e a divulgação científica nos dois cursos de pós-graduação *lato sensu*, e a comunicação e rede de colaboração científica no mestrado, e agora a Zona Franca de Manaus enquanto acontecimento histórico e midiático e ator importante no desenvolvimento comunicacional midiático brasileiro.

O projeto proposto na seleção do doutorado abordou aspectos da história do jornalismo na capital amazonense com indagações que surgiram a partir da minha experiência em sala de aula com as disciplinas História do Jornalismo e Gêneros Jornalísticos. Olhar a produção dos eletroeletrônicos produzidos no PIM, tornou-se campo de estudo no decorrer das aulas no Poscom/UFSM, quando o projeto passou por modificações, em especial, após as disciplinas Jornalismo, Identidades e Mediações Socioculturais; Mídia, Cultura e Identidade; Mídia e Pluralismo; Mídia, Discurso e Identidade; Teorias e Epistemologia da Comunicação; e Estudos Avançados I. Eventos científicos também contribuíram para olhar e compreender melhor o local da pesquisa, como o Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais (Unisinos) e o Seminário Internacional América Latina (UFPA).

Com sede na capital do estado do Amazonas, desde a década de 70 do século XX, a ZFM tem contribuído para o crescimento do ambiente comunicacional midiático local e nacional, por meio da produção e distribuição

de eletroeletrônicos fundamentais à indústria da mídia no Brasil, como aparelhos de TV, rádio, telefone celular, câmera de vídeo, câmera fotográfica, aparelho de som, gravadores e computadores. Durante algumas décadas, foi uma das principais produtoras de eletroeletrônicos, chegando em determinados momentos a concentrar toda a produção nacional, principalmente de aparelhos de televisão¹. Demonstrando a Zona Franca de Manaus ser um ator importante no processo de midiatização do Brasil.

Foi por meio de aparatos eletroeletrônicos que milhares de brasileiros acompanharam a conquista do tricampeonato de Ayrton Senna, no Japão, em 1991, bem como o acidente que vitimou o piloto de Fórmula 1, em Ímola-Itália, em 1994; A queda das torres gêmeas, em 2001; A copa do mundo de futebol no Brasil, assim como a derrota de 7x1 da seleção brasileira para o time da Alemanha, em 2014; O resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022; Os desdobramentos da pandemia mundial da covid-19, desde o início em 2020, as campanhas de vacinação e o surgimento das variantes do vírus. Todos esses acontecimentos históricos e midiáticos mencionados foram transmitidos por dispositivos, muitos deles com o adesivo do PIM, que apresenta uma garça em pleno voo e contém o slogan 'Produzido no Polo Industrial de Manaus - Conheça a Amazônia'. Inclusive, o dispositivo usado para ler este trabalho pode conter essas informações sobre o PIM com a imagem aqui mencionada e descrita, seja destacado na CPU ou no monitor do desktop, na fonte do notebook, na bateria do smartphone ou até mesmo na caixa de embalagem desses produtos.

Regulamentada há mais de cinquenta anos, a Zona Franca de Manaus é um modelo de desenvolvimento econômico em atuação nos estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá). Historicamente, a regulamentação da ZFM, em 1967, significou o retorno da capital do Amazonas ao cenário nacional, com o surgimento de uma área de livre comércio de importação e exportação e

¹ “Em 1994, a produção nacional de televisores em cores, totalmente concentrada na Zona Franca de Manaus, totalizou 5.034.638 unidades” (GARCIA, 2004, p. 129)

com incentivos fiscais especiais, considerando os fatores locais e a distância dos centros consumidores de seus produtos.

Com a implantação do modelo de desenvolvimento econômico, Manaus voltou a ser um importante polo da região Norte, após o ciclo da borracha. Assim, a instituição da Zona Franca de Manaus como um modelo de desenvolvimento econômico pode ser percebida a partir da mídia, como um acontecimento histórico e midiático direcionado à região Amazônica, principalmente aos moradores locais, e conseqüentemente como resultado da amplitude que a ZFM adquire, alcançando regiões nacionais e internacionais, principalmente quando houve sua regulamentação, a partir de 1967 (SENA, 2018).

Percebendo a região Norte, distante dos centros decisórios nacionais, como responsável pelo provimento de parte dos aparatos de infraestrutura de produção/recepção do sistema comunicacional midiático do Brasil e a ZFM como pauta nos veículos jornalísticos nacionais, origina-se a principal inquietação deste projeto de pesquisa: Como os periódicos impressos construíram, discursivamente, a ZFM, e quais os formadores discursivos utilizados nas notícias veiculadas?

Diante do questionamento acima, elaborou-se o seguinte objetivo geral: Investigar a cobertura jornalística sobre a Zona Franca de Manaus em jornais e revistas de circulação nacional e local, demonstrando quais foram os formadores discursivos utilizados a partir da perspectiva decolonial. A partir dele, articulou-se os objetivos específicos: Descrever sobre o desenvolvimento da Amazônia, principalmente de Manaus-AM, a partir do ciclo da borracha, quando tornou-se uma das principais cidades exportadoras de látex e depois com a criação da ZFM, momento em que transformou-se em referência no setor de produção e comércio de eletroeletrônicos; Relacionar o setor eletroeletrônico da ZFM com as ondas da midiaticização, com base em Couldry e Hepp (2017); Identificar as formações discursivas dos textos jornalísticos sobre a ZFM a partir de indícios textuais e discursivos da existência de fundamentos teóricos e históricos relacionados ao pensamento decolonial. Saber se há predominância colonial ou decolonial; compreender como foram construídos, discursivamente, os

momentos históricos da ZFM pelos periódicos impressos nacionais e local; verificar a construção da identidade midiática da ZFM.

Para compreender os desdobramentos da cobertura jornalística sobre a ZFM, são observados os discursos jornalísticos em edições de jornais e revistas de circulação nacional e local, a partir da perspectiva decolonial, pensamento que procura problematizar sobre a colonização como um evento prolongado e com muitas rupturas, implicando na busca pela emancipação de todos os tipos de opressão e dominação em detrimento dos legados impostos pela situação colonial. Baseia-se nas ideias da decolonialidade a fim de estudar como os discursos relacionados à colonialidade do poder são determinados em uma região que concentra uma das maiores populações indígenas do Brasil e mantém uma das maiores florestas tropicais do mundo, a Floresta Amazônica.

A fim de entender os sentidos dos textos jornalísticos, tem-se como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso, com base em edições dos jornais O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, Jornal do Commercio - Amazonas, e revistas O Cruzeiro e Manchete, que circularam nos anos de 1957, 1967, 1970, 1984, 1986, 1988, 2003, 2014 e 2017. O período foi escolhido com base na definição de nove momentos históricos da ZFM (criação, regulamentação, primeiro projeto de indústria do setor eletroeletrônico, as quatro prorrogações e o aniversário de 50 anos da regulamentação).

A idealização da pesquisa tem em vista inquietações da própria autora, nascida em Manaus e com residência próxima ao PIM, um dos eixos de atuação da ZFM, onde estão concentradas mais de 400 indústrias como Gradiente, Samsung, Sony e LG. Em que pese a proximidade territorial, o consumo dos produtos manauaras é somente possível depois de sua exportação para São Paulo e retorno ao Amazonas, incrementando custos.

A pesquisa se justifica por ser um estudo comunicacional sobre a implantação de uma atividade econômica fundamental para as infraestruturas da comunicação midiática no Brasil. Entende-se que quando se trata de economia no Amazonas, o primeiro agente a aparecer é a ZFM, onde há a concentração de indústrias que empregam grande parte da população manauara, sendo um acontecimento sempre presente na mídia, quando remete ao desenvolvimento e

progresso da região, construindo e reconstruindo passados, presentes e até mesmo futuro da e para a região, e colocando o modelo como saída para a sobrevivência de Manaus e demais cidades da Amazônia Ocidental, mesmo com os entraves que existem (SENA, 2018 e 2019).

A fim de organizar e apresentar o conteúdo produzido, esta pesquisa é estruturada em capítulos, e os trabalhos produzidos em sala de aula e publicados em eventos foram inseridos na produção desta tese. Inicia-se com 'Construção da tese: pressupostos teóricos-metodológicos, onde aborda-se o estado da arte da pesquisa, a definição do material empírico, os momentos históricos da ZFM definidos para o estudo, corpora da pesquisa e a Análise do Discurso como procedimento metodológico para compreender os sentidos dos discursos contidos nos textos jornalísticos de jornais e revistas com circulação nacional e local (Manaus).

Após as questões metodológicas, tem-se o capítulo 'Globalização e capitalismo: a criação do setor de eletroeletrônico da ZFM', o qual contextualiza sobre a criação e difusão das zonas francas no mundo, o processo de desenvolvimento econômico, cultural e histórico de Manaus, e a implantação e desdobramentos da Zona Franca de Manaus. Em seguida, o capítulo 'Sociedade midiaticizada: o setor eletroeletrônico da ZFM e as ondas da midiaticização' trata as noções centrais sobre os estudos de midiaticização assim como as contribuições da ZFM para o processo de midiaticização no Brasil a partir das ondas da midiaticização.

O capítulo seguinte e o último com discussão teórica, intitulado 'A articulação da AD e discurso jornalístico: FDs sobre a ZFM em periódicos impressos', apresenta as formações discursivas predominantes nos textos jornalísticos a fim de responder o questionamento de pesquisa. As considerações finais, dispostas no Capítulo 5, sintetizam aspectos do desafio enfrentado no decorrer do percurso investigativo desenvolvido nesta tese, sobretudo, durante os dois anos intensos da pandemia da Covid-19. Por fim, o último item reúne as referências basilares para a elaboração deste trabalho.

2. CONSTRUÇÃO DA TESE: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Lakatos e Marconi (2003, p. 83) definem a pesquisa como um procedimento formal que requer um tratamento científico. A tese é um dos trabalhos científicos que exige esse tipo de procedimento por meio do método científico, sendo este entendido como um conjunto de atividades sistemáticas que permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser percorrido, detectando possíveis erros e auxiliando as decisões do pesquisador.

Este capítulo contém o percurso metodológico utilizado para atender aos objetivos da pesquisa, o estado da arte, a abordagem, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a coleta do material empírico baseado em notícias veiculadas em jornais e revistas de circulação nacional e local.

Identifica-se as aproximações entre comunicação, midiatização, pensamento decolonial, ZFM e eletroeletrônico, gerando o estado da arte a partir das palavras-chave desta pesquisa. Com base na história da ZFM, aborda-se os nove momentos relacionados ao setor de eletroeletrônicos do PIM, da criação do porto aos 50 anos da regulamentação do modelo de desenvolvimento regional, além de justificar a escolha dos períodos históricos e como foram abordados na tese. Descreve-se os procedimentos para escolha das notícias veiculadas nos jornais *Jornal do Comercio-AM* e *O Estado de S.Paulo* e nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*.

Dentre as várias possibilidades de composição metodológica permitidas pelo campo da Comunicação, elegeu-se a Análise do Discurso (AD), tendo em vista que estuda a relação da linguagem com as questões sociais, a partir dos conflitos ideológicos, fornecendo fundamento para o entendimento dos processos e efeitos de sentidos a serem desvelados no objeto em estudo desta pesquisa. Interessa a esta tese, portanto, o conceito de Formação Discursiva (FD), a qual têm fundamental relação com a ideia de interdiscurso, em razão de estar relacionado à criação de sentidos. Pertinente ressaltar que se apoia nos estudos de Orlandi (2003) e Gregolin (1995 e 2007) para apresentar os conceitos essenciais sobre AD.

Além disso, tem-se o propósito de refletir sobre conteúdo jornalístico (apontando para os meios impressos), discurso e identidade, direcionando para a ZFM como um acontecimento frequentemente presente em noticiários, quando se remete ao desenvolvimento e progresso da região amazônica.

2.1 APROXIMAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO, MEDIATEZADO, DECOLONIALIDADE E ZONA FRANCA

Para este estudo, em relação ao estado da arte do tema Comunicação, Mediatização, Decolonialidade e Zona Franca, palavras-chave desta pesquisa, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, durante os dias 22 a 26 de janeiro de 2022, período no qual pretendeu-se atualizar as consultas feitas para a fase de qualificação da tese em 2019, quando buscou-se trabalhos acadêmicos publicados entre os anos 2000 e 2018. Para este momento, ampliou-se o período da busca de 2000 a 2021. Nesse intervalo de tempo, foram identificados apenas dois novos trabalhos que não constavam em 2019.

No primeiro momento, o foco foram os trabalhos que tivessem a abordagem do eletroeletrônico relacionada com a comunicação, no sentido de oferecer melhor entendimento deste enfoque juntos aos objetivos da pesquisa (Tabela 01). Dentro do cenário interdisciplinar no qual a produção de eletroeletrônicos se situa, foram encontradas 348 dissertações e teses na BDTD, em diversos programas de pós-graduação, incluindo o campo da Comunicação, além de 377 artigos, periódicos revisados por pares, no Portal da Capes e 249 registros no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, alguns já apontados na busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Em sua maioria, os trabalhos estão vinculados às áreas de: tecnologia, engenharias, administração, ciências ambientais, sociologia, geografia, economia e marketing.

Tabela 1: Produções com abordagem sobre eletroeletrônicos em bancos de trabalhos científicos

Banco	Tipo de trabalho	Quantidade
BDTD	Dissertações e teses	348
Portal da Capes	Artigos	377
Portal da Capes	Dissertações e teses	249

Fonte: 1BDTD e Capes

Na BDTD, foram identificados apenas dois trabalhos desenvolvidos no campo da Comunicação que envolvem eletroeletrônicos. As duas publicações abordam a influência, as estratégias de comunicação, comportamento do consumidor e o consumo de produtos eletroeletrônicos. São eles: 'Modelos de análise integrada para a definição de estratégias de marketing e comunicação de produtos eletroeletrônicos populares', tese de doutorado de Evange Elias Assis, de 2010. E a dissertação de mestrado 'A influência da publicidade televisiva no consumo da população de classe C: os anunciantes do varejo popular', de autoria de Michele Helena Lopes Del Monte, 2011. As duas pesquisas foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (USP). Ainda com a mesma abordagem, no Portal de Periódicos da Capes, encontrou-se o artigo 'O televisor na visualidade das vitrines: comunicação, consumo e cultura material', de Fabrício Silveira, publicado na revista Comunicação, Mídia e Consumo, do Programa de Pós-Graduação em Consumo e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em 2008. Os dois únicos trabalhos que envolvem comunicação e eletroeletrônico não se aproximam da perspectiva desta pesquisa de doutorado.

Há publicações relevantes no campo da Administração, como, por exemplo, o artigo de Armando Araújo de Souza Júnior e Ricardo Silveira Martins, do ano de 2018, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), que avalia a integração da cadeia de suprimentos do subsetor eletroeletrônico do PIM a partir da perspectiva de cinco empresas focais de nacionalidade americana, brasileira, chinesa, coreana e japonesa com seus fornecedores locais de primeira camada localizados no PIM (SOUZA JÚNIOR e MARTINS, 2018).

Ao incluir outras palavras-chave, como Zona Franca de Manaus, destaca-se a tese, de 2012, anterior à Plataforma Sucupira, 'Os usos do território brasileiro e o imperativo da logística: uma análise a partir da Zona Franca de Manaus', de Leandro Trevisan, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O trabalho abordou o planejamento da ZFM como um importante vetor do processo de regionalização, uso e reorganização do território brasileiro. O conteúdo serviu de referência na elaboração do tópico sobre a criação e difusão das zonas francas no mundo, parte do capítulo 3 desta presente pesquisa.

Também anterior à Plataforma Sucupira e pertinente para a produção do capítulo sobre a criação do setor de eletroeletrônico da ZFM, há a tese 'O empresário local e a Zona Franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica', de 2009, do doutor Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como foco as relações econômicas e políticas do empresário local com a Zona Franca de Manaus. As conclusões mostram que os empresários locais são economicamente dependentes da Zona Franca de Manaus e que essa dependência se traduz em termos da defesa do modelo. Nesse sentido é que se pode dizer que o empresário local se subordina economicamente e acomoda politicamente à zona franca, e que isso lhe permite reproduzir-se socialmente (CARVALHO, 2009, P. 05).

A dissertação 'Zona Franca de Manaus: análise dos 50 anos de atuação estatal no âmbito da Suframa em busca da promoção do desenvolvimento da Amazônia', de 2019, da mestre Kamyle Medina Monte Rey, do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento da Fundação Escola Nacional de Administração Pública, estuda os desdobramentos históricos que contribuíram para que a ZFM completasse 50 anos de existência, combinando, de um lado, incentivos fiscais como instrumento central de geração de competitividade, e de outro, efeitos econômicos, sociais e ambientais positivos para o desenvolvimento da região Amazônica (REY, 2019). A pesquisa de Rey (2019) não estava no estado da arte na fase da qualificação e auxiliou no entendimento sobre os fatores históricos e políticos que conduziram o modelo

de desenvolvimento ao estágio atual de dependência governamental a partir da conjuntura econômica internacional, atuação estatal, papel do investimento privado e atuação da Suframa.

Há a tese 'O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus: do progresso à modernização ecológica', de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP, com autoria de Thaís Brianezi. A autora partiu da ideia do discurso enquanto prática social com base em Michel Foucault e Marteen Hajer, e da categorização dos discursos ambientais fundamentada em John Dryzek.

Para a pesquisa, Brianezi (2013) analisou pronunciamentos dos parlamentares do Amazonas, edições da revista institucional da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e matérias do Jornal A Crítica, periódico local, entre os anos de 2007 e 2010. A partir dos levantamentos realizados para a tese, o material coletado revelou “[...] um deslocamento do discurso de legitimação da ZFM do ideário do progresso ao do desenvolvimento sustentável, guiado pela modernização ecológica” (BRIANEZI, 2013, p. 07). Nesse discurso, as indústrias do PIM são apresentadas como responsáveis pela conservação das florestas, devido à geração de empregos na cidade de Manaus, e caso os incentivos fiscais sejam cessados, haverá desemprego e desmatamento. A autora ressalta ainda que nesse contexto, não há reconhecimento dos “[...] povos e comunidades tradicionais na conservação da floresta nem está aberto ao debate público sobre outros modelos de desenvolvimento para a região amazônica” (BRIANEZI, 2013, p. 07).

A tese de Brianezi (2013) tem as seguintes palavras-chave: discursos ambientais; modernização ecológica; análise crítica do discurso; Zona Franca de Manaus; Amazônia. E após o levantamento nas bases de dados de publicações acadêmicas, é o trabalho que mais se aproxima do contexto desta pesquisa que trata sobre comunicação, midiatização, eletroeletrônico e ZFM, a partir do discurso jornalístico na perspectiva colonial e decolonial.

Foram encontrados 379 trabalhos envolvendo os termos comunicação e midiatização, porém nenhum trazia aproximações com eletroeletrônico, zona franca, decolonial e Amazônia. Ao realizar a busca por comunicação e

decolonial, identificou-se 48 trabalhos na BDTD, 91 artigos no Portal da Capes e 349 registros no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Sobre a perspectiva decolonial, destaca-se o artigo ‘Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação’, de Muriel Emídio Pessoa do Amaral, no periódico da Escola de Comunicação e Artes da USP, de 2021. Segundo trabalho encontrado após a fase da qualificação que propõe a interface com os estudos da comunicação como proposta decolonial em pontos epistemológicos e ação política de reconhecimento público de grupos marginalizados, abrindo outras discussões do campo (AMARAL, 2021).

Ao concluir este estado da arte, percebe-se que, até fevereiro de 2022, não existiam estudos brasileiros voltados para a comunicação e o eletroeletrônico, especificamente sobre a Zona Franca de Manaus e que envolvesse a midiatização no âmbito de pesquisas para teses de doutorado. A ausência de estudos nessa perspectiva pode ser um incentivo à presente investigação.

2.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

2.2.1 Definição do material empírico

Esta pesquisa partiu do método indutivo, uma vez que a “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 86). Como abordagem, esta tese se insere em qualitativa porque “trabalha com um universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2011, p. 21). Por essa razão, investigou-se como a cobertura jornalística de periódicos impressos de circulação nacional e local, construiu, discursivamente, a Zona Franca de Manaus, identificando quais foram as formações discursivas presentes nos textos a partir da perspectiva decolonial e colonial.

Como parte do planejamento deste trabalho científico, iniciou-se com a pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 182), “[...]”

abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com todo tipo de material que já foi publicado sobre determinado assunto. Essa etapa se fez necessária tendo em vista a busca da devida fundamentação teórica do conteúdo do estudo até a conclusão, com temáticas voltadas para comunicação, eletroeletrônicos, midiatização, Zona Franca de Manaus, perspectivas colonial e decolonial, história do Amazonas e processos socioculturais e econômicos na Amazônia.

Após a identificação dos assuntos e a indicação de bibliografia por parte da orientadora, seguiu-se para a seleção de fontes secundárias, como bibliografias especializadas, índices com resumo, portais, resumos de teses e dissertações, catálogos de bibliotecas (STUMPF, 2009, p. 56). Desta maneira, em relação à produção de eletroeletrônicos na ZFM, utilizou-se argumentos de pesquisadores como Garcia (2004), Mayer (2007, 2009 e 2016), Sá (2004), Seráfico e Seráfico (2005), Freitas Pinto (1987), Trevisan (2012) e Souza (2009). Godim (1994), Benchimol (1989 e 2009), Silva (2013), Daou (2000) e Coelho (2011) auxiliaram no entendimento da história do Amazonas e da Amazônia, em especial, nos períodos da colonização, da belle époque no Norte do Brasil e do desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. Sobre a perspectiva do pensamento decolonial, baseou-se nos trabalhos de Mignolo (2008a, 2008b, 2011, 2017), Mignolo e Tlostanova (2009) e Quijano (1998, 2005, 2009). No que se refere à midiatização, recorreu-se a Couldry e Hepp (2017), Hepp (2014), Braga (2006 e 2012), Fausto Neto (2008) e Hjarvard (2008, 2012, 2014 e 2016).

Ainda sobre a escolha de fontes para a pesquisa, seguiu-se também as orientações propostas por Bacellar (2020) em relação à necessidade de verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos documentais podem ser investigados em busca de dados. Recorreu-se à pesquisa documental, a qual faz uso de fontes diversificadas, como jornais, revistas, cartas e documentos oficiais. De acordo com Moreira (2009, p. 269), “as Ciências Sociais valeram-se desde sempre da análise de documentos como peça de referência dos estudos sobre a sociedade, ao lado de outras técnicas de investigação”.

Para compreender como a imprensa noticiou os diversos momentos da ZFM, selecionou-se os jornais do Comercio do Amazonas (JCAM) e O Estado

de S. Paulo. Optou-se por utilizar jornais impressos por se tratar de um dos mais antigos veículos de informação. Os dois jornais possuem conteúdos disponibilizados em acervos on-line (serviço apenas para leitores assinantes), o que facilitou a busca pelos conteúdos jornalísticos.

Elegeram-se o Jornal do Commercio, periódico que na década de 40 do século XX fez parte do grupo Diários Associados, de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello. Fundado por J. Rocha dos Santos², considerou-se este periódico local por ser mais antigo e ainda em circulação em Manaus. Criado em 02 de janeiro de 1904, o JCAM continua acompanhando as ações e estratégias da ZFM, modelo de desenvolvimento socioeconômico ainda praticado na região Amazônica. O segundo jornal mais antigo e ainda em circulação é o Jornal A Crítica, fundado em 19 de abril de 1949, porém ao tentar realizar a assinatura, verificou-se que o acervo digital oferecia apenas edições veiculadas a partir da década de 90 e mesmo assim incompletas, portanto, optou-se em não incluir o periódico nesta pesquisa.

Dentre os jornais com edições nacionais e com mais tempo de produção e distribuição de notícias, selecionou-se o Jornal O Estado de S. Paulo - Edição Brasil, fundado em 04 de janeiro de 1875, época do Império no Brasil. O periódico ainda está em circulação.

Romancini (2010, p. 31) destaca a história da imprensa e a importância do jornal como objeto de problemáticas das Ciências Humanas: “[...] a possibilidade de uso dessa história tradicional como fonte de pesquisas não deve ser negligenciada, pois ela traz dados e pistas importantes sobre o desenvolvimento da imprensa no país”. Moreira (2009) corrobora ao explicar que essa técnica costuma ser aplicada no resgate da história de meios de comunicação, personagens e períodos. Ademais, a autora afirma que as fontes de análise documental constantemente possuem origem secundária por constituírem conhecimento ou informações já organizadas, e destaca o uso das mídias impressas e eletrônica além de relatórios técnicos (MOREIRA, 2009).

Durante a qualificação da tese, aceitou-se a sugestão para ampliar o material empírico. Incluiu-se a revista Manchete - periódico ilustrado semanal,

² Disponível em <https://www.jcam.com.br/a-empresa/>. Acesso em 02 de maio de 2018.

lançado no Rio de Janeiro (RJ) pelo empresário e imigrante ucraniano Adolpho Bloch, em 26 de abril de 1952, com circulação regular até 29 de julho de 2000. A partir da edição nº 2.521, de abril de 2001, e até a edição nº 2.537, de fevereiro de 2007, a revista foi publicada três vezes ao ano, normalmente datadas dos meses que cobriam o carnaval. Com o slogan ‘Aconteceu, virou Manchete”, o periódico possuía um grande apelo visual, com fotorreportagens coloridas e publicidades chamativas ao público³.

Acrescentou-se também ao material, as edições da revista Cruzeiro - lançada no Rio de Janeiro (RJ) em 10 de novembro de 1928, teve sua circulação interrompida em 1975, retornando depois com novos padrões de edição, sendo encerrada definitivamente em 1985⁴, uma das principais revistas ilustradas da história da imprensa brasileira. As duas revistas tiveram circulação semanal em território nacional e possuem edições disponíveis em acervos digitais.

As buscas das edições das revistas foram feitas no acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, portal de periódicos nacionais que proporciona consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins e de publicações seriadas⁵.

Como a intenção era trazer uma amostra diversificada para cada momento histórico, tentou-se ampliar o material de coleta por meio da Revista Veja, periódico em circulação desde 11 de setembro de 1968, entretanto, até a conclusão desta versão da pesquisa, o acervo digital ainda estava em reformulação. Apenas a versão compacta da base digital, com edições a partir de janeiro de 2019, era encontrada no Aplicativo Veja, não sendo o período disponível válido para este trabalho.

Também se buscou as edições do Gazeta Mercantil, um dos principais jornais de economia do Brasil e sugestão da banca de qualificação, porém não se encontrou acervo digital disponível. Consultou-se o acervo do jornal Folha de S.Paulo, em circulação desde 19 de fevereiro de 1921, onde foi possível obter somente textos que foram inseridos no corpus desta pesquisa.

³ Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/manchete/>. Acesso em 24 de junho de 2020.

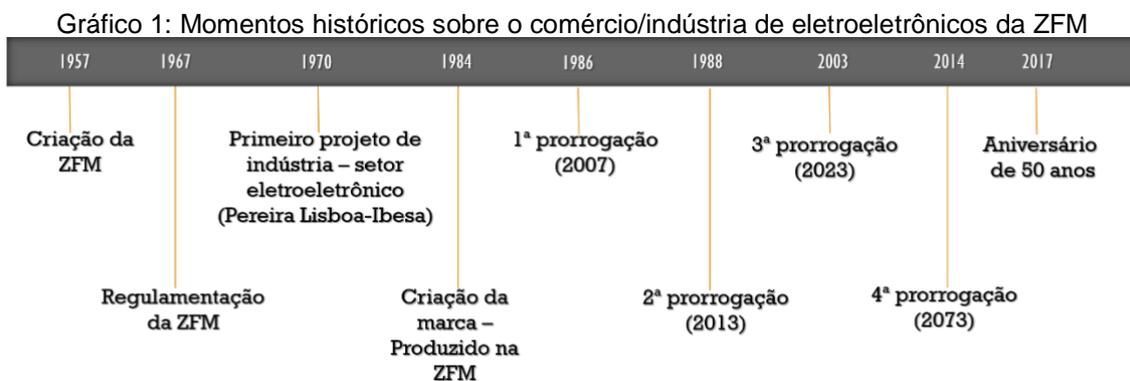
⁴ Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-o-cruzeiro/>. Acesso em 24 de junho de 2020

⁵ Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 23 de junho de 2020.

A partir do levantamento e da escolha dos jornais e revistas, delimitou-se a busca a edições que circularam desde a criação da ZFM, em 1957, até o aniversário de 50 da regulamentação do modelo de desenvolvimento da região Norte, em 2017. Além dos periódicos jornalísticos, buscou-se documentos oficiais publicados pelo Governo Federal, como decretos e leis, e pela Suframa por meio de portarias e pesquisas institucionais, publicados no período definido para estudo, a fim de conhecer e compreender os atos normativos relacionados ao funcionamento da Zona Franca de Manaus.

2.2.2 Momentos históricos da ZFM

Com a delimitação dos períodos dos jornais e revistas em 60 anos, definiu-se nove momentos históricos da Zona Franca de Manaus para buscar os conteúdos dos acervos disponíveis. Foram fases reconhecidas no desenvolvimento da ZFM, conforme Gráfico 01.



Fonte: própria autora

Iniciou-se com a criação da ZFM como Porto Livre e instalada de maneira precária “[...] no Armazém Zero do porto de Manaus, sob a administração de uma autarquia do Ministério da Fazenda, e não atingiu os seus objetivos: os incentivos estabelecidos na lei que a instituiu não se revelaram suficientes para atrair investidores” (GARCIA, 2004, p. 38).

Em 1967, passados dez anos desde a criação da Zona Franca de Manaus, o governo brasileiro, então ditadura militar, decidiu pela reestruturação da ZFM, transformando-a em área de exceção fiscal com o prazo de 30 anos, passível de

prorrogação. “A reformulação da Zona Franca de Manaus teve repercussão imediata entre as classes empresariais, as instituições governamentais, a elite de técnicos e a imprensa local, sinalizando um novo capítulo na História da economia regional” (GARCIA, 2004, p. 49).

Em Manaus, a ocupação industrial iniciou após a publicação da Portaria nº 175, de junho de 1968, que tratava sobre os critérios e procedimentos para exame e aprovação de projetos destinados à implantação de indústrias na ZFM. Em 1970, a indústria Pereira Lopes-Ibesa teve projeto aprovado. Em 1971 e 1972, a Springer da Amazônia e a Sharp do Brasil já possuíam projetos aprovados e implantados na produção de eletroeletrônicos, como rádios, televisores (em preto e branco e em cores) e aparelhos de som (GARCIA, 2004). Sobre a demanda inicial de investimentos industriais, Garcia (2009) aponta que:

No universo de projetos industriais aprovados naqueles primeiros anos de vigência do Decreto-Lei nº 288, destacava-se a participação relativa do setor eletroeletrônico (19%). Dos 26 projetos do setor, 17 já estavam em operação em fins de 1974 [...] O nascente parque industrial era formado por indústrias de montagem, dedicadas basicamente à fabricação de produtos de linhas de áudio e vídeo: rádios-portáteis, rádios e toca-fitas para automóveis, rádio-relógios com despertadores, rádio-eletrolas, gravadores, toca-discos e televisores em preto e branco e em cores (GARCIA, 2004, p. 68).

Na década de 80, o parque industrial da ZFM era responsável pela produção de todos os televisores no Brasil (GARCIA, 2004). Nesse período, criou-se um selo (Figura 1) que se tornou obrigatório no lançamento ao mercado nacional de todos os produtos com origem no Polo Industrial de Manaus.

Figura 1: Selo do PIM criado em 1984



Fonte: SUFRAMA, 2018

A padronização estabelecida pela Suframa deve estar presente em:

Qualquer peça de propaganda, promoção de vendas e merchandising dos produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus devem conter uma inserção com destaque das expressões "Produzido no Polo Industrial de Manaus" e "Conheça a Amazônia", acompanhadas do desenho estilizado de uma graça em pleno voo. Produtos, embalagens e manuais fabricados no PIM também têm que cumprir essa exigência. As exceções são empresas que executam serviços de terceirização, as empresas fabricantes de componentes, partes e peças comercializados exclusivamente no perímetro do PIM e os produtos e respectivas embalagens destinadas à exportação (SUFRAMA, 2018)

Somam-se aos cinco momentos descritos anteriormente, as quatro prorrogações ocorridas em 1986, 1988, 2003 e 2014, que tiveram como objetivo a continuação dos incentivos fiscais para a manutenção e atração de investimentos na Zona Franca de Manaus. Além do aniversário de 50 anos da regulamentação da ZFM, em 2017.

2.2.3 Corpora da pesquisa

Após a escolha dos jornais e das revistas local e nacional e dos momentos históricos da Zona Franca de Manaus, realizou-se a busca pelo material empírico nos acervos on-line dos periódicos, conforme tabela 1. A busca foi feita a partir do termo 'Zona Franca de Manaus'. Em um segundo momento, utilizou-se apenas a palavra 'Manaus', pois a busca por 'Zona Franca de Manaus', direcionou-se muitas vezes à palavra 'franca'.

As buscas nos acervos digitais dos jornais JCAM e O Estado de S.Paulo foram feitas durante os dias 1º a 31 de maio de 2018, época em que estava em curso a disciplina Seminário de Pesquisa no Poscom/UFSM. Os materiais produzidos pelas revistas e pelo jornal Folha de S.Paulo foram levantados no período de 1º a 31 de julho de 2020. Iniciou-se a busca primeiro pelas décadas 50, 60, 70, 80, 90 (século XX) e 2000 e 2010 (século XXI), pois os acervos não permitiram mapear a partir do ano correspondente a cada momento paradigmático da ZFM, gerando um grande quantitativo de ocorrências (Tabela

02) com o termo Zona Franca de Manaus em registros de anúncios publicitários⁶ e textos jornalísticos.

Tabela 2: 1Quantidade de concorrências com o termo Zona Franca de Manaus (1957 a 2017)

PERIÓDICO	QUANTIDADE
Jornal do Commercio	6423
Jornal O Estado de S.Paulo	3928
Jornal Folha de S.Paulo	993
Revista Manchete	681
Revista Cruzeiro	97

Em seguida, concentrou-se a busca por edições que circularam nos anos 1957, 1967, 1970, 1984, 1986, 1988, 2003, 2014 e 2017, referentes aos nove momentos históricos da ZFM definidos para esta pesquisa, e obteve-se 429 textos jornalísticos (Tabela 03).

Tabela 3: Quantidade de notícias sobre a ZFM, de acordo com os momentos históricos

PERIÓDICO	1957	1967	1970	1984	1986	1988	2003	2014	2017
Jornal do Commercio - AM	02	44	05	10	23	08	05	53	19
Jornal O Estado de S.Paulo	01	17	18	18	25	15	15	13	10
Jornal Folha de S.Paulo	00	00	17	20	20	15	00	20	19
Revista Manchete	0	05	07	0	03	0	—	—	—
Revista Cruzeiro	0	02	0	—	—	—	—	—	—

⁶ Principalmente anúncios publicitários sobre os produtos eletroeletrônicos. A década de 80 representou um importante momento de produção e comércio desse tipo de aparato.

Total anual	03	68	47	48	71	38	20	86	48
TOTAL	429								

Na Tabela 03, verificou-se que, em quatro momentos, as revistas não veicularam conteúdos sobre a ZFM: 1957 (as duas revistas), 1970 (O Cruzeiro) e nos anos 1984 e 1988 (Manchete). Houve também fases em que não há material disponível no acervo digital: Folha de S.Paulo (1957, 1967 e 2003), Manchete (2003, 2014 e 2014) e O Cruzeiro (a partir de 1983), a ausência de notícias nos arquivos das revistas é justificada por coincidir com os anos que os periódicos semanais deixaram de circular.

Nos nove momentos, foram identificados um total de 169 textos publicados pelo Jornal do Commercio, 132 do Estado de S.Paulo, 111 do Folha de S.Paulo, 15 da Manchete e 02 do Cruzeiro. Algumas edições não possuíam uma digitalização adequada para compreensão do contexto da notícia, então optou-se em excluir o material, tendo em vista a necessidade de compreender o contexto, pois conforme Bacellar (2020), ao iniciar a pesquisa documental, faz-se necessário conhecer a história das peças documentais que estão sendo utilizadas pelo pesquisador.

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu [...] Um dos pontos cruciais do uso das fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e das expressões (BACELLAR, 2020, p. 63).

Na tentativa de encontrar os materiais não disponíveis nos acervos digitais, consultou-se o arquivo físico da Biblioteca Pública do Amazonas, onde também não se obteve o conteúdo. A situação do corpus desta pesquisa não é incomum, pois a busca por arquivos pode gerar imprevistos, seja pela qualidade da documentação, que pode surpreender pela riqueza de informações, assim como o insucesso, referente à má qualidade das fontes ou pela quantidade pequena de material encontrado ou até mesmo a ausência de documentos (BACELLAR, 2020).

Após identificar as ocorrências e selecionar as edições veiculadas nos anos definidos nos momentos históricos da ZFM, eliminou-se notícias nas quais a ZFM era citada somente como local de produção, em particular textos sobre novos produtos e implantação de novas fábricas no PIM, por exemplo: "É possível encontrar a Nikonos 5 em lojas fotográficas, geralmente no setor de equipamentos usados ou na Zona Franca de Manaus" (Jornal Folha de S.Paulo, edição de 20 de abril de 1988)⁷. Em seguida, chegou-se ao quantitativo de 93 textos com indícios de sentidos coloniais e decoloniais nos discursos jornalísticos (Tabela 04).

Tabela 4: Quantitativo de notícias para análise

PERIÓDICO	QUANTIDADE
Jornal do Comercio	49
Jornal O Estado de São Paulo	26
Jornal Folha de S.Paulo	07
Revista Manchete	09
Revista Cruzeiro	02
Total de textos para análise	93

Para compreender como os jornais e revistas construíram, discursivamente, a ZFM, e quais os formadores discursivos utilizados nas notícias veiculadas, recorreu-se à análise do discurso, considerando que a imprensa narra, de uma determinada forma, o fato que elegera como digno de ser noticiado e chegar ao público. É um dos aportes teórico-metodológicos para

⁷ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10216&keyword=%22zona+franca+de+manaus%22&anchor=4155220&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=93bd3ae71636f5717dffdf62990d927>

Acesso em 21 de julho de 2020.

entender o processo de construção da notícia, são as ferramentas provenientes da análise do discurso, que auxiliam na problematização da identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento (LUCA, 2020).

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa [...] Os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam [...] Jornais e revistas são empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCA, 2020, p. 140).

A partir da importância que a análise do discurso tem para entender os contextos das notícias, e assim discutir os critérios possivelmente adotados por quem as produziu, de modo a melhor decifrar a informação que ela nos fornece (BACELLAR, 2020). Procurou-se no próximo tópico, mostrar a aproximação entre a análise do discurso e os estudos da mídia, com a intenção de compreender os movimentos discursivos de produção de identidades. No caso desta tese, verificou-se a construção da identidade midiática da ZFM, por meio dos conteúdos produzidos por jornais e revistas impressos.

Entende-se que o termo mídia é bem mais amplo que jornais, revistas e periódicos. Eles não são equivalentes, pois jornal, revistas e periódicos podem ser tomados como mídia, mas a mídia não é somente esses três tipos de produções jornalísticas, porém a pesquisa científica exige definição e limitação dos corpora, logo optou-se por revistas e jornais.

2.3 JORNALISMO, DISCURSO E IDENTIDADE

2.3.1 Discurso e ideologia

A AD assume que o discurso é a palavra em movimento, onde pode-se observar o homem falando (ORLANDI, 2003). A autora alega que o discurso é o lugar para se observar a relação entre língua e ideologia e para compreender como a língua produz sentidos por e para os sujeitos.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 2003, p. 17)

Ao discorrer sobre discurso, Charaudeau (2019) o compreende além das regras do uso da língua, sendo um resultado da relação entre as “circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem se este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas de troca) com a maneira pela qual se fala” (CHARAUDEAU, 2019, P. 40).

Sobre a produção do discurso na sociedade, Foucault (1996) supõe que “[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função invocar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 08 e 09).

Para o autor, a linguagem é pensada como o lugar onde as lutas de poder acontecem. Segundo ele, as interdições que atingem o discurso indicam a relação com o desejo e com o poder, e enfatiza que a análise das estruturas discursivas não trata apenas de descrever a verdade, mas também tem o propósito de evidenciar mecanismos que possibilitaram sua circulação em determinada época.

“[...] o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Foucault (1976) define o poder como algo que não se dá, não se troca, é acima de tudo uma relação de força que se exerce. “Foucault nunca trata do poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de ‘relações de poder’ que supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos” (REVEL, 2005, p. 67).

Observa-se que as reflexões feitas por Foucault (1996) procuram compreender a relação entre poder e determinados discursos. Assim, para ele, analisar o discurso “[...] é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência (FOUCAULT, 1996, p.171).

Ao pensar na compreensão do discurso, considera-se três questões: análise interna - o que este texto diz? e como ele diz? e; análise externa - por que este texto diz o que ele diz? (GREGOLIN, 1995). Ou seja, deve-se considerar como o texto se relaciona com a situação que o criou, como se articula com a história e a sociedade que o produziu.

Um dos aspectos importantes da AD é o significado dado à ideologia a partir da linguagem. Orlandi (2003, p. 46) define ideologia como a “[...] condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. A autora evidencia a necessidade de pensar a ideologia através da linguagem, uma vez que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua.

Na AD, todo o processo dos efeitos de sentido passa pela ideologia que, para Gregolin (1995), é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Por existir diversas classes, diferentes ideologias estão constantemente em disputa na sociedade. Para ela, a ideologia é “[...] a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Desta maneira, o discurso possui suas regularidades e a noção de Formação Discursiva (FD) permite compreender o processo de produção de sentidos. De acordo com Orlandi (2003), os sentidos não existem em si e são determinados pelas ideologias presentes no processo sócio-histórico em que ocorre a produção das palavras. Sendo que as palavras não têm sentido nelas mesmas, pois mudam de sentido conforme as posições daquelas que as empregam.

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra [...] Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas (ORLANDI, p. 43-44)

As FDs são importantes na AD porque permitem compreender o processo da produção de diferentes sentidos e sua relação com a ideologia, determinando o que pode e deve ser dito, em uma posição dada e em uma conjuntura dada. Desta maneira, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionamento automaticamente, uma vez que são constituídas pela contradição e são heterogêneas nelas mesmas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. “Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2003, p. 44).

No entendimento de Gregolin (1995), a sociedade possui várias formações ideológicas que correspondem a uma determinada formação discursiva. E reconhece que o discurso “[...] é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva” (GREGOLIN, 1995, p. 17-18).

Portanto, ao compreender que a AD busca entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu (GREGOLIN, 1995), segue-se para mostrar a importância da aproximação entre análise do discurso, discurso jornalístico e identidade.

2.3.2 Discurso jornalístico e identidade

Para Orlandi (2003), na AD, a noção de discurso se afasta de como o processo comunicacional dispõe seus elementos (emissor, receptor, código, referente e mensagem), porque não se trata apenas de transmissão de informação. Nessa percepção, os elementos da comunicação não atuam em

linearidade, o emissor e o receptor não estão separados e realizam ao mesmo tempo o processo de significação. “[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2003, p.21).

Ao invés de mensagens, a AD propõe pensar em discursos (ORLANDI, 2003), sendo estes o principal produto da instituição midiática e o resultado do seu funcionamento. De acordo com Rodrigues (2012, p. 227), “a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso seu objetivo e sua expressão final”.

Há a necessidade de entender as relações de poder que subsidiaram as representações da ZFM nos jornais e revistas e tornaram discursos hegemônicos como verdadeiros em determinadas épocas. Nesse aspecto, remete-se ao jornalismo que materializa e, em alguns momentos, institucionaliza determinados discursos dominantes, por isso a importância de considerar as especificidades de cada discurso (GREGOLIN, 2007).

Tem-se a ZFM como um acontecimento histórico e presente nos noticiários jornalísticos. Sendo este último sempre algo construído, nunca transmitido em estado bruto à instância de recepção, pois “para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra no sistema de pensamento, e assim fazendo, o torna inteligível” (CHARAUDEAU, 2019, p. 95). E tendo a informação midiática a finalidade de relatar o que ocorre no espaço público, todo acontecimento é enquadrado, jornalisticamente, com base em uma série de fragmentos, e selecionado e construído em função das potencialidades dos operadores da construção do acontecimento midiático - atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade (CHARAUDEAU, 2019). Ainda segundo o autor, o que concerne à comunicação midiática, há os dispositivos de encenação que possuem incidência sobre as representações do tempo, do espaço e das condições de recepção construídas para cada tipo de mídia.

Interessa-se aqui pelos conteúdos jornalísticos veiculados na mídia impressa (jornal e revista), dos quais o discurso “[...] não está solto no espaço, está envolvido no que chamaria de dispositivo que, por sua vez, não é uma

simples entidade técnica estranha ao sentido” (MOUILLAUD, 2012, p. 47). E esse dispositivo precede o texto e define sua duração e extensão, porém, a “antecipação do dispositivo não significa, contudo, a passividade do texto [...] Se o texto e o dispositivo são, por sua vez, o gerador um do outro, sua relação é uma relação dinâmica” (MOUILLAUD, 2012, 51-52).

Por tratar-se de uma área estrutural feita de palavras e imagens fixas, os jornais e revistas se caracterizam essencialmente por uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê. E essa distância física entre as instâncias de troca faz com que a mídia impressa não possa coincidir o tempo e o acontecimento, conforme explica Navarro (2010),

O conhecimento histórico produzido pela escrita jornalística não se confunde, certamente, com o acontecimento como tal ocorreu na atualidade, pois é construído em um tempo diferente (tempo da escrita e da edição do texto jornalístico) do tempo real, em que os fatos irromperam na sociedade. Esse conhecimento é, pois, um produto que envolve escolha de abordagem, reflexão sobre as informações e sua organização, problematização, interpretação, análise, ordenação temporal de uma série de acontecimentos e localização espacial na folha do jornal ou da revista. É um acontecimento que envolve, portanto, memórias individuais (a do jornalista) e memórias coletivas emolduradas pelo conjunto de acontecimentos organizados pela narrativa histórica (NAVARRO, 2010, p. 81)

Ao direcionar o discurso para este trabalho, observa-se as diversas representações que os jornais e revistas produziram e reproduziram sobre a ZFM.

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente (GREGOLIN, 2007, p. 16).

Logo, a mídia sendo o principal dispositivo discursivo, o público está sempre submetido à interpretação e reinterpretação das mensagens veiculadas. Nesse sentido, “[.] os discursos se confrontam, se digladiam, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários” (GREGOLIN, 2007, p. 17), passando as identidades a serem entendidas como construções discursivas.

Martino (2010) reitera que os discursos de identidade também podem ser entendidos como discursos de diferença, porque a partir de seus critérios estabelecem o que é exótico, estranho, diferente ou igual. Essas definições geram consequências graves porque a diferença dá lugar à classificação do diferente como negativo (MARTINO, 2010). Trabalhar com a ideia de identidade exige “[...] adotar perspectivas que tratem do termo no contexto de práticas sociais tangenciadas por questões de linguagem, questões culturais e histórico-políticas” (MENDES, 2014, p. 149), pois

Até o advento da modernidade o homem era capaz de definir e localizar suas ações a partir de referenciais políticos, sociais e culturais estáveis. As mudanças estruturais oriundas da globalização e da distorção das noções de tempo e espaço imprimiriam novas configurações para as muitas esferas de sociabilidade com as quais esta passa a interagir e intervir diretamente na produção da sua identidade (MENDES, 2014, p. 149)

Na globalização, a identidade passa a ser global, formada pela presença de elementos das mais diversas origens que se aglutinam e se influenciam mutuamente (MARTINO, 2010). Hall (2007) afirma a necessidade de pensar o conceito de identidade como estratégico e posicional, no lugar de essencialista, uma vez que essa concepção não aceita o ‘eu’ que não sofre qualquer mudança do início ao fim das vicissitudes da história. Essa ideia reconhece que as identidades estão cada vez mais fragmentadas, sendo construídas perante discursos e práticas que podem se cruzar ou até mesmo serem contraditórias, estando constantemente em processo de transformação. Desta maneira e acompanhando a globalização, a mídia enquanto dispositivo social, produz deslocamentos e desterritorializações (GREGOLIN, 2007).

O jornalismo, em especial, é resultado de diversos discursos que o produzem e o estruturam. Ringoot (2006) observa a complexidade do discurso jornalístico devido às variadas enunciações que envolvem jornalistas, fontes e públicos, assim são produzidos deslocamentos e desterritorializações (GREGOLIN, 2007), originando modelos de identidades que estabelecem “[...] paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na ‘comunidade imaginada’” (GREGOLIN, 2007, p. 17).

Esses modelos identificados por Gregolin (2007) estão presentes na própria representação midiática sobre a Zona Franca de Manaus porque “Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades” (GREGOLIN, 2007, p. 23).

Busca-se investigar como os jornais e revistas publicaram conteúdos que retrataram da implantação ao aniversário de 50 anos da regulamentação do modelo de desenvolvimento da região Norte. Tem-se a intenção de constatar, com base na AD, pistas textuais nos discursos produzidos e reproduzidos pelos jornais e revistas que indiquem a existência de um discurso decolonial em favor da região Norte.

Observa-se que a AD pode dialogar com outras abordagens que tenham como pressupostos as desigualdades, ideologias e relações de poder produzidas no âmbito dos discursos, aproximando a análise do discurso com a perspectiva decolonial.

Tendo a AD interesse em explicitar a maneira como a ideologia e as relações de poder são produzidas, reproduzidas e negociadas nas relações sociais, o pensamento decolonial está interessado em demonstrar como a ideologia e as relações de poder são perpassadas pela noção de colonialidade e como os elementos decoloniais podem atuar para possibilitar a superação das práticas e discursos determinantes da retórica da modernidade.

Com o intuito de expor os pressupostos teórico-metodológicos e salientar que este trabalho se apoia metodologicamente na AD, a discussão sobre Análise do Discurso e estudos dos discursos jornalísticos será ampliada no capítulo cinco, a fim de compreender os movimentos discursivos de produção de sentidos nos textos sobre a ZFM.

3. GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO: A CRIAÇÃO DO SETOR DE ELETROELETRÔNICO DA ZFM

Ao serem implantadas, as zonas francas buscam corrigir desigualdades regionais, impulsionando a atividade econômica de regiões com diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico, presentes em países como Portugal, Panamá, Estados Unidos, Singapura, China, Chile e Brasil. Tal modelo de desenvolvimento regional, quando criado e em funcionamento, gera não apenas processos econômicos, mas também políticos que implicam no envolvimento de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. A criação de certas zonas francas também pode ser resultado de políticas nacionais com a finalidade de “promover o desenvolvimento e integração das zonas periféricas através da criação de pólos de crescimento, contando com franquias e medidas promocionais frequentemente estendidas a regiões inteiras” (RAMOUSSE, 2007, p. 10).

As empresas que optam por instalar indústrias em regiões com zonas francas, recebem benefícios e incentivos fiscais, e assim há o atrativo para empresas de diversos segmentos, como eletroeletrônicos, madeira e duas rodas. Para compreender a dinâmica e o funcionamento desse modelo de desenvolvimento regional instalado em diferentes países, este capítulo contextualiza a criação e difusão das zonas francas pelo mundo, apresenta suas características e especificidades de acordo com a região onde são instaladas, principalmente na região da Amazônia Ocidental.

Explana-se ainda sobre o pensamento colonial e decolonial e sua relação com a história e desenvolvimento do Amazonas, especificamente a cidade de Manaus, passando pelo apogeu e declínio do ciclo da borracha considerada fase importante para expansão e crescimento da capital amazonense, no fim do século XIX e início do século XX. Posteriormente, Manaus retorna ao cenário nacional, com a regulamentação da Zona Franca de Manaus, modelo de desenvolvimento regional proposto durante o governo militar, e exerceu grande relevância nos seus primeiros anos, por ser vista como o início de uma fase histórica que tinha como objetivo a implantação da modernidade na região

amazônica. Ainda no século XXI, está em funcionamento, na região da Amazônia Ocidental, e contribui para a produção, circulação e consumo de eletroeletrônicos no Brasil.

3.1 CRIAÇÃO E DIFUSÃO DAS ZONAS FRANCAS NO MUNDO

As zonas francas, quando criadas, são instaladas em áreas onde o governo por meio de incentivos fiscais, busca facilitar e atrair atividades industriais que impulsionem o desenvolvimento local. São regiões que permitem a transferência de capital por meio de diversos incentivos, como isenções parciais ou totais, doação de terrenos e oferta de mão de obra barata.

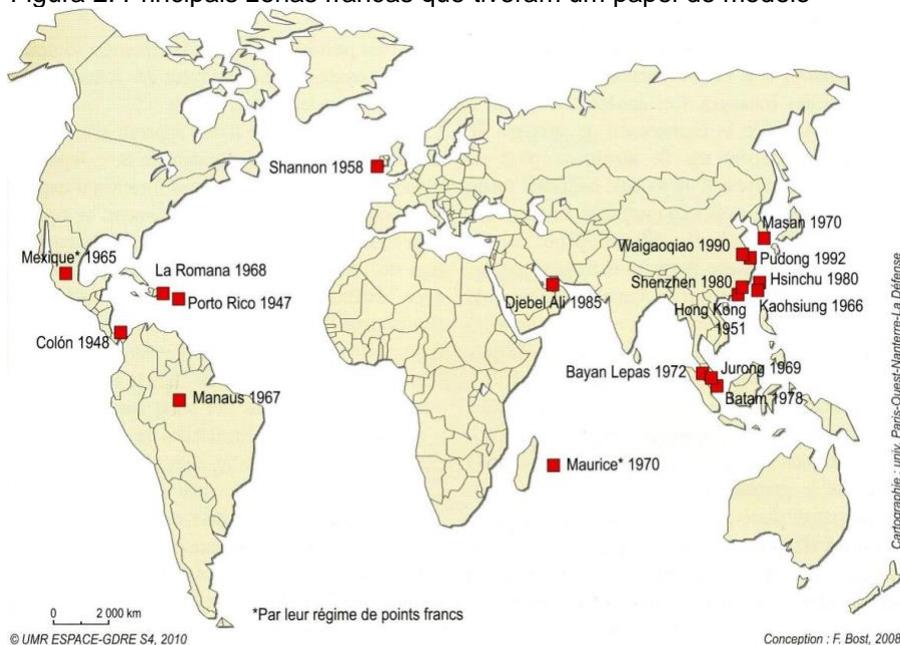
A Organização Internacional do Trabalho - OIT (ILO, 2002) define as zonas francas como “áreas industriais contempladas com incentivos fiscais para atrair investidores estrangeiros, em que os materiais importados sofrem algum grau de transformação antes de serem reexportados” (ILO, 2002, p. 01). Dentre suas principais formas estão portos livres, zonas econômicas especiais, zonas francas industriais, zonas empresariais, zonas de processamento de informação, zonas de serviços financeiros e zonas francas comerciais (UNCTAD, 2019).

Qualquer que seja seu nome - "Zona Franca", "Zona de Livre Comércio", "Zona de Livre Empresa" ou "Zona de Livre Produção" -, sua realidade é a mesma: são espaços industriais enclavados, situados, sobretudo, próximos a portos ou aeroportos, onde empresas multinacionais podem importar livremente matérias-primas ou produtos semi-acabados, para processá-los e reexportar. É portanto, um processo de industrialização orientado para um mercado exterior à região e no qual existe uma disparidade entre ganhos sociais e lucros empresariais (ARAÚJO, 1985, p. 25)

O termo zona franca abrange, de fato, diversos tipos, que os Estados adaptam de acordo com suas respectivas estratégias de desenvolvimento, o que explica a grande variedade em todo o mundo e suas múltiplas variações em comércio, indústria, turismo, mercadorias e serviços. Além disso, vários países continuam implementando simultaneamente para maximizar os benefícios (BOST, 2007).

A difusão das áreas econômicas especiais é notável após a Segunda Guerra Mundial, quando diversos países investiram na instalação de zonas e tinham a expansão comercial como prioridade, como o Líbano e Panamá (1948), Uruguai (1949), Irlanda (1959), Brasil (1967) e Singapura (1969). Abaixo, na Figura 1, é possível visualizar a presença das zonas francas como política de planejamento e desenvolvimento social e econômico, em especial nos países da América Latina, dentre os quais o Brasil, com a Zona Franca de Manaus desde 1967.

Figura 2: Principais zonas francas que tiveram um papel de modelo



Fonte: BOST, 2010, apud TREVISAN, 2012

De acordo com Carvalho (2009), as zonas francas, quando vistas como espaços globais, “são um *locus* privilegiado para se observar o modo como se entrecruzam forças sociais transnacionais, nacionais e locais na configuração global do capitalismo” (CARVALHO, 2009, p. 84). E uma das características do capitalismo são as tecnologias informacionais e de comunicação que possibilitaram a internacionalização da produção e dos mercados. Geograficamente, a produção não precisa estar próxima do mercado consumidor, assim as fábricas deslocam-se para regiões em desenvolvimento em busca de mão de obra barata e custos menores.

Lima e Valle (2013) explicam que “a indústria deixa de ser característica dos países capitalistas avançados que, por sua vez, se desindustrializam, mas mantêm a hegemonia através do conhecimento científico e tecnológico [...] A mobilidade do capital é acompanhada pela mobilidade da força de trabalho em busca de empregos e melhores condições de vida” (LIMA; VALE, 2013, p. 74).

Sobre a expansão das zonas francas e o capitalismo, Carvalho (2009) destaca:

De um modo geral, a difusão de zonas francas pelo mundo está associada a três fatores distintos, mas relacionados entre si. Primeiramente, estavam circunstâncias políticas nos países industrializados que limitavam o avanço da acumulação de capital e forçavam as grandes corporações a encontrar novas alternativas de redução dos custos de produção e de incremento de sua competitividade internacional. Em segundo lugar, coloca-se o desenvolvimento da microeletrônica e dos sistemas de transportes, que permitiram organizar a produção industrial para além das fronteiras nacionais daqueles países industrializados. E, em terceiro lugar, considera-se a conjuntura político-econômica internacional marcada pelo interesse de governos nacionais em promover a industrialização e pela bipolaridade da Guerra Fria (CARVALHO, 2009, p. 78)

Os três fatores descritos acima demonstram que o modelo de zona franca não surgiu de maneira aleatória, pois sempre esteve ligado a condições de ordem internacional imperialista mais desenvolvida. Em sua existência há a presença de mecanismos reguladores de relações desiguais que envolvem povos e nações, resultado do processo de valorização do capital e do aumento da concorrência internacional (SILVA, 2013), p. 28). A autora propõe pensar a criação das zonas francas como algo que emerge do fato de todos os povos e lugares serem passíveis de conexões com as relações econômicas globais

O primeiro modelo de zona franca foi implantado pelos Estados Unidos, na década de 30, e foi chamado de *Foreign Trade Zone* (TIEFENBRUN, 2015). A implantação ocorreu após o fim da crise de recessão econômica de 1929 e teve o congressista Emmanuel Celler como responsável pelo projeto da ZF no país norte-americano, em 1934, quando houve a criação de áreas especiais que previam legislação específica de incentivo e isenções fiscais, com o objetivo de aumentar as exportações de produtos estadunidenses e os empregos para os americanos.

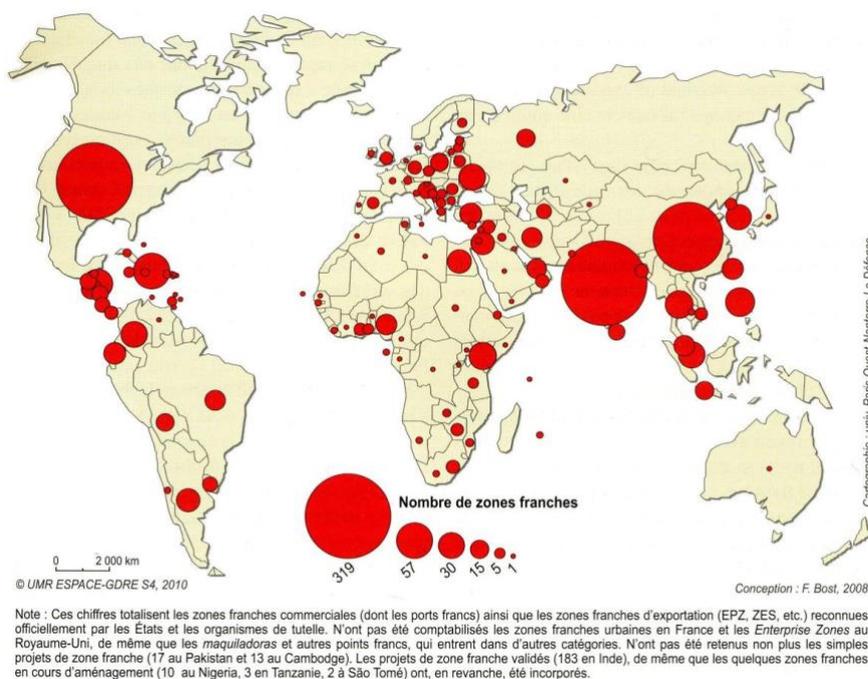
O primeiro modelo de zona livre moderna foi implantado em 1959, em Shannon (Irlanda), e transformada em *Shannon Free Industrial Zone* (COSTA, 2020), o momento da implantação foi considerado como um incentivo à expansão do setor industrial de exportação da economia nacional, ocorrida durante a década de 1960. Mais tarde a zona irlandesa tornou-se um importante complexo industrial e estimulou a instalação de mais zonas do tipo industrial, em busca de atrair investimento estrangeiro direto, gerar empregos locais, facilitar benefícios econômicos, adquirir tecnologia e habilidades e aumentar as exportações.

Na perspectiva de Tiefenbrun (2015), essas características foram as razões para a China implantar sua primeira zona franca, em 1979, quando houve a abertura da economia chinesa e a intenção de atrair investimentos estrangeiros. Tanto na China como nos EUA, as ZFs exercem papel fundamental para o crescimento econômico dos dois países, atrelados a uma política baseada na exportação de produtos e serviços. A autora assinala que, nos últimos anos, o país chinês vem direcionando suas atividades em Xangai para o mercado interno. Enquanto os EUA continuam com foco na exportação.

Até a metade da década de 1970, todas as zonas eram de propriedade do governo, atualmente podem ser compostas de regimes público, privado e misto (COSTA, 2020), com diferenciação em relação ao tamanho, organização interior, diversidade de atividades, localização geográfica no país onde está implantada (BOST, 2007).

No século XXI, ainda é perceptível o desenvolvimento de novas zonas. Além de foco estratégico, regulamentação e ferramentas de promoção de investimentos, novos desafios são impostos pelo desenvolvimento sustentável e padrões de produção internacional (UNCTAD, 2019). Bost (2007) aponta que a maior concentração de zonas francas ocorre na Ásia Oriental, de acordo com Figura 03.

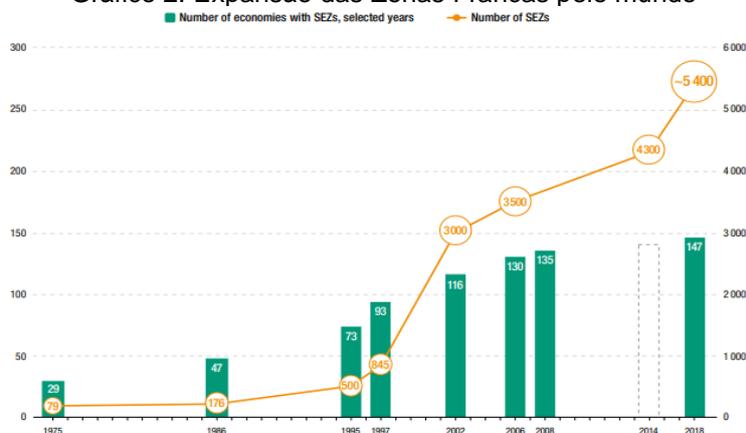
Figura 3: Número de zonas francas oficiais por país em 2008



Fonte: BOST, 2010, apud TREVISAN, 2012

Dados do Relatório de Investimento Mundial (UNCTAD, 2019), publicação anual da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (Unctad), registram que em 2018 existiam aproximadamente 5.400 zonas em 147 economias, conforme o Gráfico 1. As zonas evoluíram da montagem inicial e atividades de processamento simples para incluir zonas de tecnologia e ciência, zonas financeiras, centros de logística e até estâncias turísticas (ILO, 2002).

Gráfico 2: Expansão das Zonas Francas pelo mundo



Fonte: UNCTAD, 2019

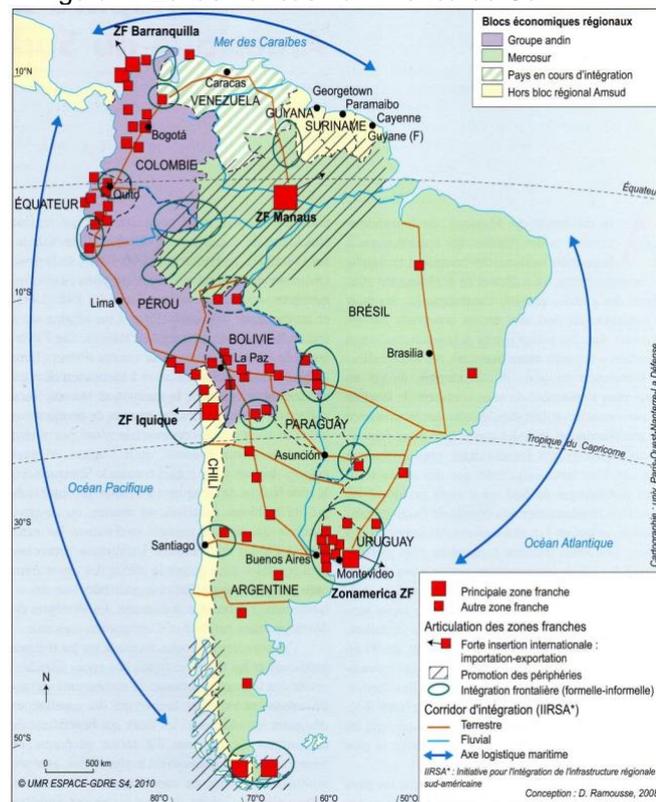
Mesmo com a expansão das zonas francas no mundo, o grau de desenvolvimento de uma ZF, por exemplo, depende do nível de desenvolvimento do país onde está implantada, das empresas, dos setores de atividades, dos benefícios concedidos, da infraestrutura logística e de comunicação disponíveis. Trevisan (2012) destaca que tais fatores influenciam no nível de inserção da zona franca na economia e na expansão de suas atividades para outros espaços do território onde está instalada. Em relação ao desenvolvimento, grande parte das zonas francas, principalmente as industriais, foram implantadas em países economicamente dependentes que vivenciaram o colonialismo e possuem determinados graus de controle do Estado sobre a sociedade e suas instituições (SILVA, 2013, p. 28).

Com a expansão das zonas francas, um ponto a ser elucidado é sobre os modelos implantados ao longo dos anos que ocorrem de maneiras variadas. Trevisan (2012) pontua sobre as diferenciações quantitativas e qualitativas das técnicas, normas, ações e elementos históricos que definem como o projeto vai ser efetivado na região de instalação, tendo em vista que os projetos partem geralmente de modelos já existentes e em funcionamento em outras localidades, e nem sempre obtém resultados iguais. “Não são raros os casos de modelos aplicados no centro do sistema capitalista que, quando transferidos aos países da periferia do sistema, não apresentam os mesmos resultados; há casos ainda em que o resultado acaba agravando condições de desigualdade pré-existentes” (TREVISAN, 2012).

A Zona Franca de Manaus é um exemplo de projeto criado com base em experiências de modelos asiáticos, a partir da instalação de indústrias de montagem de produtos semiacabados, “[...] fabricados nas matrizes das multinacionais americanas, europeias e asiáticas que, em Manaus, recebem o acabamento e seguem para os mercados consumidores nacionais e internacionais” (FIGUEIREDO, 2011, p.154). Diferente dos modelos dos EUA e da China, a ZFM foi criada para atender o mercado interno. Instalada em uma região com entraves logísticos e distante do grande mercado consumidor interno, a ZF brasileira já passou por diversas fases de mudanças em relação ao modelo implantado em 1967 e hoje encontra-se na fase da industrialização.

Fazendo um recorte para a região onde está localizada a ZFM, Ramousse (2007) observa que as zonas francas evoluíram na América do Sul, em conjunto com as ondas de processos de privatização e descentralização (RAMOUSSE, 2007, p. 05), conforme demonstra Figura 04.

Figura 4: Zonas francas na América do Sul



Fonte: RAMOUSSE, 2007, apud TREVISAN, 2012

As zonas francas instaladas na América do Sul estão divididas em três atividades dominantes: comércio, indústria e serviços, com a presença de empresas nacionais e estrangeiras, grandes e pequenas, entre seus usuários (RAMOUSSE, 2007). Nem todas conseguiram se firmar como espaços de produção, com algumas exceções, como a Zona Franca de Manaus. As demais voltaram-se para atividades de serviços.

3.2 DO CICLO DA BORRACHA À ZONA FRANCA DE MANAUS

Antes de adentrar nos aspectos específicos da ZFM, faz-se necessário contextualizar o processo de desenvolvimento econômico, cultural e histórico de

Manaus, a fim de compreender os fatores que contribuíram para a implantação do modelo econômico na região.

3.2.1 Processo de colonização na Amazônia

Em suas teorizações sobre a nação brasileira que deixou de ser colônia portuguesa em 1815, status que manteve por 315 anos, Chauí (2001, p. 09) menciona a ideia de semióforo “[...] um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica”, de onde surgem diferentes efeitos de significação ligados ao fenômeno social, histórico ou cultural. Um outro aspecto do semióforo: a disputa de poder e o prestígio por parte daqueles que possuem autoridade para produzir e manter um sistema de instituições que lhes facilite dominar um meio social. Dessa disputa, nasce um semióforo fundamental: a nação, sob a ação do poder político.

O processo histórico de invenção da nação auxilia a compreender um fenômeno importante no Brasil: a passagem da ideia de ‘caráter nacional’ para ‘identidade nacional’. O caráter apresenta uma nação totalizada e completa, já a identidade se configura como incompleta e lacunar, pressupõe a relação com o diferente e age com a falta e a privação. No caso brasileiro, o diferente/outro são os países capitalistas desenvolvidos, reconhecidos como se fossem uma unidade e uma totalidade realizadas. “Com base na imagem do desenvolvimento completo do outro que a identidade brasileira, definida como subdesenvolvida, manifesta-se de maneira lacunar e feita de faltas e de privações” (CHAUÍ, 2001, p. 22). Portanto, a identidade brasileira é construída no prisma do atraso e do subdesenvolvimento.

Com base nas ideias de Chauí (2001), é visível que o mito fundador do Brasil está presente também nas regiões brasileiras que foram desbravadas após a chegada dos portugueses em 1.500. São discursos e diálogos que continuam a produzir e compartilhar essas informações sobre os mitos fundadores. Não tão distante está a região amazônica, que, como afirma Gondim (1994), esse espaço de disputas e de beleza exótica foi inventado pelos viajantes

europeus que também desbravaram e criaram mitos que marcaram o surgimento e a histórica local.

Numa breve descrição, Benchimol (2009, p.19) apresenta a Amazônia como um “segmento e produto brasileiro tropical de múltiplas correntes e grupos culturais. A sociedade que aqui se formou traz, ainda, a marca e os insumos sociais, biológicos e étnicos de muitos povos, tradições e costumes”. É uma região que abriga uma vasta floresta equatorial e onde o processo cultural tem como característica principal a multidiversidade de povos e nações. Com base na etnodiversidade amazônica de grupos indígenas e de vários grupos sociais (BENCHIMOL, 2009), a população amazônica herdou muitos valores culturais diferenciados e contraditórios de crenças, lendas e conhecimentos dos valores dos ecossistemas florestais e fluviais. Aos saberes, valores e modos de vida indígenas, inicialmente predominantes na região, foram impostos outros padrões decorrentes dos colonizadores europeus, como portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses. A essa matriz cultural juntam-se as populações asiáticas e os imigrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras. “A essa etno e antropodiversidade foram sendo adicionados por acomodação, integração, absorção ou dominação outros valores e correntes culturais” (BENCHIMOL, 2009, p. 21).

Destaca-se, nesse cenário sobre a região, o pensamento de Silva (2013), ao afirmar que a Amazônia pode ser concebida como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise desse capital. A autora afirma que vários momentos e movimentos do cenário amazônico indicam que essa perspectiva é fecunda, afastando outras perspectivas como por exemplo do esquecimento da região e desenvolvimento tardio. “No quadro da globalização, a Amazônia tanto é um território datado e situado como é uma ideia, uma fábula, uma utopia (SILVA, 2013, p.10).

A partir dos vários diários escritos pelos europeus em viagens à Amazônia, é notável que o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação entre memórias e histórias contadas a partir de um só lado, produzindo registros compactos e fraturados. Tais relatos influenciaram o próprio

desenvolvimento da região, pois em alguns documentos, os colonizadores descreveram os nativos como responsáveis por desarmonizar a ordem social instalada pelo branco, conclusão que praticamente todos os viajantes chegaram após visitar o paraíso infernal amazônico (GONDIM, 1994).

Para alguns cronistas das viagens, investir nos nativos era “[...] um ato filantrópico que não amearhará resultados positivos; é um trabalho inútil do branco que nada acolherá de bêbados indolentes e imorais [...]” (GONDIM, 1994, p. 133). O comentário remete à maneira como os indígenas viviam na floresta, uma vez que praticavam o modo de subsistência, justificado pela fartura natural, foram julgados como preguiçosos e ociosos.

Quando os europeus chegaram à Amazônia, a região era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas que viviam em equilíbrio com a natureza e praticavam o comércio intertribal, não havendo, portanto, preocupação com o lucro. Com uma alta densidade demográfica, possuíam ainda sistemas de produção de cerâmicas e ferramentas, além de uma cultura de rituais e ideologias. Essas sociedades tiveram seus costumes alterados em função dos interesses dos colonizadores que com o pretexto da expansão mercantilista e de trazer civilização para a região, estabeleceram mecanismos e formas de exploração e de dominação e estruturaram diferenças irrefutáveis entre quem tem e quem não tem o poder. Com as interferências, os povos indígenas passaram a buscar resistência, o isolamento ou a subserviência (SOUZA, 2009).

Para os viajantes, a humanidade evoluía, não as espécies, mas a civilização e a cultura, logo o indígena não participaria desse processo, caso permanecesse ligado à natureza. Mas qual o motivo para essa inferência sobre o progresso do povo amazônico? Se, de acordo com Quijano (2005),

[...] o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas [...] (QUIJANO, 2005, p. 112)

Entretanto, baseado nos relatos dos colonizadores, o que ocorreu de novidade foi a exploração dos povos e da natureza pelos europeus, frente ao

cenário diferente e exótico, visto que comparavam, igualavam ou privilegiavam os frutos, os animais e as terras sempre tendo como referência o mundo ocidental europeu, berço do pensamento moderno. Ao chegarem em busca de riqueza, os europeus perceberam a falta de mão de obra e:

Assaltaram as populações indígenas, apresaram escravos, mas a carência de mão de obra persistiu. Esse ciclo começou, muitas vezes, com as populações indígenas pagando um preço elevado. A Amazônia, como hoje a conhecemos, é fruto dessa cega perseverança. Os colonizadores pensaram em construir uma unidade produtiva, mas só lograram demarcar uma fronteira econômica (SOUZA, 2009, p. 65 e 66)

Nessa perspectiva, a modernidade possui um caráter ambíguo. Ao mesmo tempo que tenta organizar, fragmenta as sociedades. Com essa ambivalência, a modernidade possui um lado oculto, a colonialidade (MIGNOLO, 2011), que, em alguns casos, aparece por meio da colonização, como na Amazônia.

A colonialidade é considerada por Mignolo (2011) como um projeto ocidental que ao mesmo tempo que apresenta a ideia de desenvolvimento, também traz consigo a indiferença, insegurança, crimes e violência. Afirma que a colonialidade equivale a um padrão colonial de poder, um discurso complexo de relações que “[...] se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p. 13). Para Quijano (2009), a colonialidade é um dos elementos principais do padrão mundial do poder capitalista.

Nesse sentido, as relações de poder não se limitam somente aos contextos econômico, político e administrativo, é preciso também pensar em uma dimensão epistêmica, logo cultural. Quijano (2009) evidencia algumas questões necessárias sobre as implicações da colonialidade do poder em relação ao contexto histórico da América Latina: a raça como uma categoria mental da modernidade; o capitalismo como nova estrutura de controle do trabalho. Características que compõem dois momentos históricos e importantes para o desenvolvimento da região amazônica: o ciclo da Borracha e o início das

atividades da ZFM. Fases em que Manaus vivenciou a exportação de matérias-primas (látex) e mercadorias com algum valor agregado (eletroeletrônicos).

3.2.2 Período da Belle Époque na Amazônia

Para entender o processo de desenvolvimento da região, Batista (2007) parte da geografia humana para classificar a Amazônia, a partir da localização de seus habitantes. Interessa, portanto, a Amazônia brasileira das metrópoles, onde está inserida Manaus juntamente com Belém, cidades representativas com características próprias, “e por isso constituem o que chamo de Primeira Amazônia, para a qual convergem navios, aviões, visitantes e imigrantes, além das rendas e da produção de extensas áreas” (BATISTA, 2007, p. 111). Reconhece-se os vínculos históricos, políticos e sociais que as duas cidades possuem com a Amazônia, onde o rio Amazonas liga as duas metrópoles à população do interior, que exerce o centro da economia nas duas principais capitais amazônicas.

Como uma das fases de mudanças, progresso e desenvolvimento da região amazônica, remete-se à Belle Époque, quando houve a propagação, em maior ou menor escala, de valores, códigos e rituais de cultura como condição de civilização, momento de ampliação de redes de comercialização, além da incorporação da área considerada isolada à economia internacional. Cidades como Buenos Aires, Paris, Viena, Belém e Manaus, com características sociais e físicas distintas, foram integradas ao circuito mundial da manifestação e representação dos padrões da cultura burguesa, na medida que abrigavam elos da cadeia mundial do mercado, numa nova etapa iniciada a partir dos anos de 1850 (COELHO, 2011).

O que no léxico da História Cultural ficou configurado como belle époque indica um complexo processo de relações culturais, sociais e mentais, mas também materiais e políticas, desenvolvidas no interior de um corpus reconhecido historicamente como o da cultura burguesa e da sua afirmação no interior dos quadros hegemônicos do capitalismo industrial no final do século XIX (COELHO, 2011, p.141)

No norte do Brasil, em especial Manaus e Belém no fim do século XIX, o crescimento da economia gomífera possibilitou aos paraenses e amazonenses a aproximação e o contato sistemático com o fluxo da economia internacional, assim as duas capitais passaram a usufruir do conforto material que caracterizou a Belle Époque com bem-estar e prosperidade, e ganharam visibilidade nacional e internacional. “As transformações no espaço físico que remodelaram as duas cidades foram correlatas à ampliação dos espaços sociais, no sentido da intensificação e transformações dos usos tradicionais de esferas de sociabilidade” (DAOU, 2000. p. 21).

Na perspectiva de Coelho (2011), no início da Belle Époque brasileira, o país havia deixado de ser colônia e convivido com a escravidão até 1888, logo o progresso e o processo de civilização das duas cidades do Norte remetiam aos discursos de produtividade política, institucional e estética. E os segmentos da sociedade passaram a ter acesso e a consumir a um conjunto de produtos diferentes “porque vieram de um lugar misterioso, desconhecido e exótico chamado Paris. E que os cafés e os teatros parecessem fantasmagorias surgidas do encantamento da floresta (COELHO, 2011, p.147).

Em Belém e em Manaus, era possível encontrar os consumidores dos mais diversos e sofisticados bens que o comércio internacional e riqueza da exportação da borracha ofereciam. O Brasil era de longe o possuidor da maior reserva de seringueiras nativas do planeta (FERREIRA, 2003), o que permitiu, juntamente com a produção cafeeira presente nas regiões Sul e Sudeste, mais uma perspectiva econômica para o país, com aumento automático das exportações, ano a ano.

Apesar do progresso, houve descontinuidades entre os dois estados nortistas em relação às origens de suas sociedades elitistas.

No Pará, a elite tradicional era composta por proprietários de terras, os pecuaristas, e por grandes comerciantes, sobretudo os de origem portuguesa, de quem também descendiam muitos dos funcionários públicos e cuja permanência no Grão-Pará remontava ao século XVIII. No Amazonas, inexistiam famílias tradicionalmente ligadas à terra, pois se tratava de uma elite de formação recente, predominando os segmentos urbanos, de comerciantes e profissionais liberais (DAOU, 2000. p. 06)

Mesmo com as discontinuidades, Manaus foi considerada a capital da borracha, momento que a cidade ganhou visibilidade e teve uma projeção internacional como uma cidade moderna com meios de transporte e comunicação. A modernização atendeu aos interesses da burguesia e da elite local envolvidas em atividades administrativas e burocráticas. Nesse período foram implantados diversos serviços urbanos, como rede de esgoto, pavimentação das ruas e iluminação elétrica, além do sistema telégrafo subfluvial que possibilitou a comunicação da cidade com os principais centros de negociação da borracha.

As mudanças visando o desenvolvimento na capital amazonense proporcionaram aos moradores um sentimento de superação de atraso histórico, “adveio uma representação de ampla e inequívoca aceitação para os amazonenses sobre a ‘Manaus antiga’. Este é o cenário urbano da ‘Belle époque manauara’, por vezes denominado de ‘Manaus moderna’ (DAOU, 2000. p. 20).

No decorrer de seu desenvolvimento, Manaus, capital do Estado, vivenciou transformações que resultaram em mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, particularmente no final do século XIX e início do século XX, durante o ciclo da borracha, e posterior à abertura do rio Amazonas para navegação de países vizinhos. Período que inseriu o Amazonas nas relações capitalistas mundiais de produção (CARVALHO, 2009) e a cidade teve sua paisagem e costumes influenciados por características das cidades europeias e, principalmente, pelo capitalismo (SENA, 2018).

Durante o ciclo da borracha, a arquitetura recebeu forte influência francesa e inglesa, a capital do Amazonas foi chamada de Paris dos Trópicos. Um exemplo do apelido refere-se ao Mercado Municipal da cidade, réplica do *Les Halles*, com vitrais coloridos e estruturas de ferro batido.

À medida que a borracha adquiriu mais importância e aumentou sua cotação no mercado internacional, mais a Amazônia foi integrada por meio das relações de dependência aos centros hegemônicos do capitalismo. Porém no início do século XX, a queda na produção do látex, em virtude do contrabando de mudas de seringueiras pela Malásia, declinou a extração e a economia

passou a não ter mais as características da época auge do ciclo da borracha. Manaus saiu do cenário nacional.

Não só na capital amazonense, mas também em Belém, os resultados imediatos foram sentidos pelos segmentos vinculados à exportação, quando grandes empresas de exportação deixaram a Amazônia. Sobre o sistema capitalista durante o apogeu e declínio do ciclo da borracha (GONDIM, 1994):

O mundo moderno nele vai haurir-se de sua seiva leitosa no movimento do capital que esmaece e depois apaga as fronteiras nacionais. Esse interregno é mediatizado pela dramática consciência que reconhece a irreversibilidade do processo, o qual, ao destruir as exuberâncias naturais, reduz a pó, igualmente, culturas seculares de povos intrinsecamente ligados a um conjunto com feições próprias, cujas vidas seguem um pulsar diferenciado do ritmo da modernidade (GONDIM, 1994, 272)

Entre os anos 1930 e fim da segunda guerra mundial, houve a tentativa de um segundo ciclo da borracha, movimento financiado pelos Estados Unidos em razão da necessidade de obter borracha nativa da Amazônia a fim de substituir a borracha asiática de domínio dos japoneses. A retomada foi efêmera e com o fim da guerra, os investimentos foram retirados da Amazônia e o Governo Federal direcionou a outras regiões brasileiras.

Desse modo, para alguns narradores, o atraso no desenvolvimento da região amazônica, principalmente no Amazonas, era evidente e jamais poderia ser superado, pois estava ligado a fatores como o clima, a natureza e posição geográfica que gera o isolamento. Sobre esta última causa, o subdesenvolvimento deve-se à região não estar integrada fisicamente ao restante do país, por isso as informações chegavam com bastante atraso e o acesso era dificultoso, pois a região possuía apenas os rios como acesso para chegar a outras regiões, sendo a construção de estradas uma opção para a integração.

Ao longo da história, o próprio olhar etnocêntrico do europeu contribuiu para um certo pessimismo em relação à Amazônia crescer e se desenvolver enquanto região com uma riqueza de flora e fauna a favor de seus povos, colocando-os muitas vezes como uma nação atrasada e apenas voltada para exploração de seus recursos por estrangeiros, reforçando o que Mignolo (2011)

e Quijano (2005) apontam como a falta de oportunidades para todos, indo contra o entendimento de universal da modernidade, por isso, a necessidade do pensamento decolonial, quando busca-se estabelecer a pluriversalidade, por meio de um espaço e tempo onde seja possível pensar e agir diferente do contexto imperial.

Mignolo (2017) entende a decolonialidade como um contraponto e uma resposta necessária às promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade sempre inseriu em seus discursos, pois considera pensar a partir das línguas e categorias de ideias que não estão inseridas nos contextos dos ideais ocidentais. O pensamento decolonial é fundamentado nas línguas e costumes dos indígenas e dos povos afro-caribenhos escravizados é um caminho para chegar à pluriversalidade, o que implica ir contra a ocidentalização das sociedades e das culturas não-europeias estabelecidas pela teoria da modernização.

A descolonialidade não consiste em um novo universal que se apresenta como o verdadeiro, superando todos os previamente existentes; trata-se antes de outra opção. Apresentando-se como uma opção, o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.). Não é que as epistemes e os paradigmas estejam alheios ao pensamento descolonial. Não poderiam sê-lo; mas deixaram de ser a referência da legitimidade epistêmica (MIGNOLO, 2017, p. 15).

Porém, o isolamento, o vazio demográfico e as desigualdades regionais, contribuíram para manter a estagnação econômica na região, provocando a uma divisão extraterritorial pelo governo militar, em Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e Amazônia Oriental (Amapá, Maranhão, Pará, Tocantins e os municípios localizados no estado do Mato Grosso, exceto os integrantes do pantanal mato-grossense) (FERREIRA, 2003).

Na parte oriental, apenas Belém (PA) conseguiu desenvolver uma indústria que pode ser considerada manufatureira e têxtil eficiente, junto com a exploração do manganês no Amapá, e a criação de búfalos e a produção de cerâmica na ilha de Marajó (PA) (FERREIRA, 2003).

Já no ocidente, sempre houve uma preocupação. Anos mais tarde e com as mesmas características de acesso pelos rios, clima e posição geográfica, Manaus voltou a ser pauta das discussões nacionais. A Lei Nº 3.173, de 06 de junho de 1957, criou a Zona Franca de Manaus. Um local que tinha entre suas finalidades o armazenamento e retirada de produtos e mercadorias de qualquer natureza oriundas “[...] do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas” (BRASIL, 1957, p. 01). O projeto de 1957 foi idealizado pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva.

3.3 ZFM: INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

O projeto idealizado pelo deputado buscava o desenvolvimento das atividades regionais de indústria e comércio e a intensificação da política de cooperação do Brasil com os países localizados na Amazônia. Inicialmente, Francisco Pereira da Silva apresentou o Projeto de Lei nº1.310, com a proposta de um Porto Franco de Manaus. O projeto recebeu emenda da Câmara Federal, porém com a justificativa de que a criação de uma zona franca expressaria melhor a ideia do parlamentar e proporcionaria mais mudanças eficazes do que um porto franco (GARCIA, 2004).

A primeira instalação da zona franca ocorreu no Armazém Zero do porto de Manaus, porém os incentivos estabelecidos na lei que a instituiu não se revelaram suficientes para atrair investidores para a região.

Após uma década de criação, o Governo Federal publicou o Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que ampliou a legislação anterior e tornou a ZFM “[...] uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário [...]” (BRASIL, 1967, p. 01). Momento em que a capital do Amazonas ressurgiu como um importante polo da região Norte. Criou-se a Zona Franca de Manaus a fim de viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, possibilitar integração produtiva e social

dessa região ao país, além de garantir a soberania nacional sobre suas fronteiras (SUFRAMA, 2017).

A nova resolução tinha como propósito regulamentar as atividades da ZFM, e criar condições econômicas para permitir o desenvolvimento do modelo de desenvolvimento econômico, diante dos fatores locais e distância dos centros consumidores de seus produtos. Ainda no mesmo documento, é criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para administrar as instalações e serviços da ZFM.

A regulamentação da ZFM aconteceu durante a ditadura militar e fez parte do projeto Operação Amazônia que visava ocupar o vazio demográfico da região amazônica e impulsionar a economia regional, dentro do discurso nacionalista a favor da unificação do país, com o lema 'Integrar para não Entregar', de modo a integrar a região à nação no período de era desenvolvimentista no Brasil.

Na verdade, a Zona Franca – como o próprio Golpe Militar de 1964 – configura-se como uma das formas de superação das tensões que punham em jogo algumas das condições de manutenção e expansão da acumulação capitalista no Brasil; sendo, porém, a combinação da estagnação econômica local, com o movimento no sentido da descentralização industrial e o surgimento de outras zonas francas na região fatores, dentre outros, decisivos para que a geopolítica do militarismo defina Manaus como o espaço para a criação de uma zona franca (SERÁFICO e CARVALHO, 2005, p. 103)

Na década da regulamentação da ZFM, de acordo com Chauí (2001), vivia-se a promessa de que o Brasil se industrializava para o mercado interno, “[...] para ‘o brasileiro’, e que incentivava a vinda do capital internacional como condição preparatória para, conseguido o desenvolvimento, competir com ele em igualdade de condições” (CHAUÍ, 2001, p. 31).

A partir de 1967, a Zona Franca de Manaus passa a ser compreendida por três polos econômicos (SUFRAMA, 2018): comercial, industrial e agropecuário. O primeiro foi bastante atuante até o final da década de 80, antes da abertura da economia brasileira, grande fluxo turístico doméstico devido à venda de produtos cuja importação estava proibida no restante do país. O industrial é considerado o principal eixo do modelo de desenvolvimento econômico implantado na região Norte, com a presença de indústrias nacionais e internacionais, gerando empregos diretos e indiretos à população amazônica,

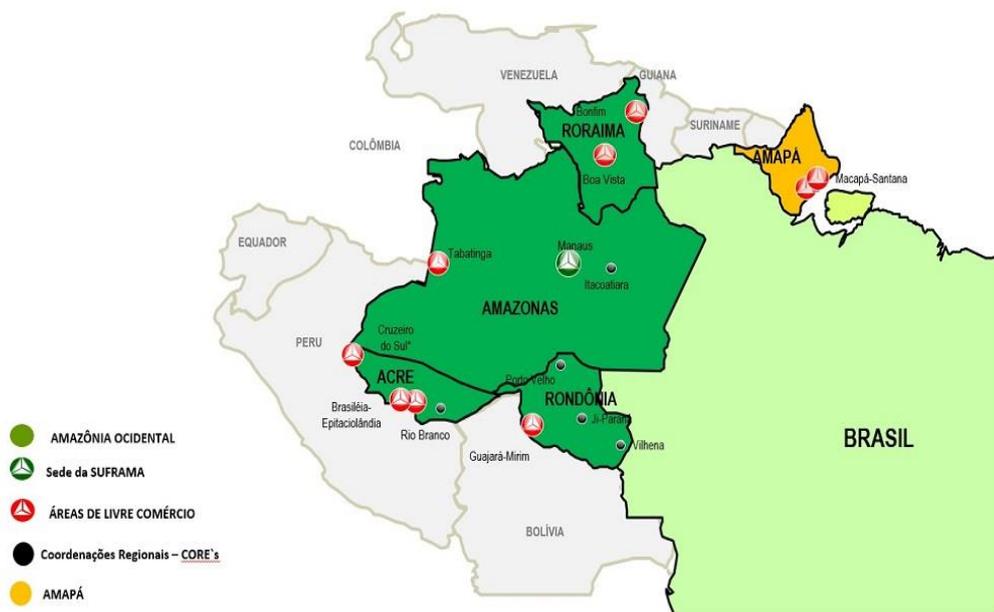
principalmente nos setores de eletroeletrônicos, duas rodas e químico, com a produção de televisores, aparelhos celulares, motocicletas e concentrados para refrigerantes. Já o agropecuário, comporta projetos voltados para as atividades de agroindústria, piscicultura e alimentos.

No início, os incentivos fiscais permitiram que houvesse na cidade uma certa acumulação de capital. Com a expansão industrial e comercial, surgiram novas lojas, grandes redes de supermercados, bancos comerciais e até instituições de ensino superior. No turismo, o crescimento da demanda de passageiros e cargas no aeroporto da capital amazonense indicava o aumento da quantidade de voos e a necessidade de implantação de novas linhas aéreas nacionais e internacionais. “O movimento de carga no porto da cidade superava todas as projeções de crescimento, determinando a realização de elevados investimentos na construção de grande área para a armazenagem de carga containerizada” (GARCIA, 2004, p. 58).

A política de incentivos da ZFM atraiu para Manaus filiais de multinacionais dotadas de marcas mundialmente conhecidas como Nokia, Coca-Cola, Honda, Gillette, Harley Davidson, Sony, Philips, Panasonic, empresas consideradas de alta tecnologia. A regulamentação da ZFM revolucionou e modernizou a vida brasileira pela introdução de tecnologias de ponta (BENCHIMOL, 1989). “A economia regional e nacional foi, assim, grandemente favorecida pelo surgimento do polo industrial e comercial de Manaus, tanto do ponto de vista cambial quanto do interesse e interiorização do desenvolvimento nacional” (BENCHIMOL, 1989, p. 25).

Além da sede em Manaus, área original e prevista da ZFM no Decreto-Lei nº 288/1967, a Suframa é responsável por cinco unidades administrativas descentralizadas, áreas incentivadas da região amazônica, localizadas em Itacoatiara-AM, Rio Branco-AC, Porto Velho-RO, Ji-Paraná-RO e Vilhena-RO (Figura 05).

Figura 5: Áreas de Livre Comércio e Coordenação Regionais da Suframa



Fonte: SUFRAMA, 2021

É também responsabilidade da Superintendência, a partir do fim da década de 1980, as Áreas de Livre Comércio (ALCs), criadas com a finalidade de promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental (Tabatinga-AM, Guajará Mirim-RO, Brasileia/Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul-AC, e Boa Vista e Bonfim-RR) e em Macapá/Santana (AP), além de integrar os municípios ao restante do Brasil, por meio de benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus e assim contribuir para a entrada e saída de mercadorias, fortalecer o setor comercial e abrir novas empresas e gerar empregos.

Desde a regulamentação e a fim de minimizar os custos amazônicos, são oferecidos descontos e isenções para produzir na ZFM, com vantagens oferecidas pelo governo federal e reforçadas com políticas tributárias estadual e municipal.

3.3.1 ZFM e o desenvolvimento regional

Após o fim de uma das fases consideradas mais importantes no desenvolvimento da região, a ZFM surge como um modelo de desenvolvimento regional implantado com a finalidade de criar um polo de desenvolvimento na Amazônia Ocidental, a fim de transformá-lo em uma base econômica viável e rentável, além de promover a integração socioeconômica da região ao restante do Brasil. Dentre os motivos para euforia da regulamentação e início das atividades do modelo de desenvolvimento estava o interesse coletivo de grupos que vivenciaram a época da borracha.

Por que as empresas estrangeiras procuram a Zona Franca de Manaus se existem áreas mais favoráveis para implantação de projetos dessa natureza, se na Amazônia a infraestrutura mínima para atendimento de projetos industriais, se apenas a parte oriental da Amazônia estava integrada por rodovia ao território brasileiro? No plano mais racional duas expressões mágicas afastavam qualquer preocupação: desenvolvimento regional e integração nacional. Estas não eram apenas fragmentos da justificativa da ação militar na Amazônia; eram vontades coletivas de grupos e de classes que atravessaram gerações desde a *débâcle* da borracha. Parte do entusiasmo à implantação da Zona Franca de Manaus podia estar resumida nessa esperança comum (SILVA, 2013, p. 31)

Ao longo da história do desenvolvimento do Amazonas, a zona franca contribuiu para o desenvolvimento do Estado, porém é comum encontrar historiadores que questionam a maneira de implantação do modelo de desenvolvimento regional ZFM e a reduzida articulação endógena.

As transformações ocorridas em decorrência da zona franca foram bastante diferentes daquelas que ocorreram durante o ciclo da borracha, quando a capital do Amazonas se estabeleceu como um centro urbano com um crescimento planejado e acompanhou o crescimento populacional, diferente da zona franca quando houve um crescimento desordenado da capital (SOUZA, 2009). “O fenômeno do crescimento desordenado de Manaus faz parte dos problemas gerados pelos programas de desenvolvimento postos em práticas pelo governo federal, desde 1964” (SOUZA, 2009, p. 339).

Valle (2007) destaca que antes da regulamentação da Zona Franca e após o fim do ciclo da borracha, ainda existiam indústrias ligadas às atividades extrativistas como castanha, óleos essenciais e vegetais, pau-rosa e até mesmo

borracha, porém a implantação do novo modelo a partir do fim de década de 1969, contribuiu para a desarticulação do setor tradicional.

A regulamentação da ZFM, ocorrida em 1967, criou um centro industrial moderno onde não existia nada parecido e provocou uma série de mudanças não apenas na capital, mas em todo o Amazonas. Com o desenvolvimento da região e a oferta de empregos oferecidos pelo PIM, houve a aceleração de fluxos migratórios para o Estado e muitas pessoas migraram para a capital, assim como para algumas cidades próximas da metrópole.

O processo de industrialização desenvolvido pela ZFM fez com que a população de Manaus saltasse de 300 mil habitantes, no início da década de 70, para mais de 1.500.000 de habitantes no final da década de 90 (FERREIRA, 2003). Um salto tão mais significativo que o proporcionado pelo ciclo da borracha no final do século passado e início do século XX. “Tudo em decorrência do sucesso desse segundo ciclo econômico implantado na região Amazônica, embora o primeiro verdadeiramente industrial” (FERREIRA, 2002, p. 43).

A migração gerou consequências positivas e negativas: em Manaus, houve a oferta de empregos e oportunidades de trabalhos, enquanto nos municípios do estado, ocorreu o êxodo rural, ocasionando diversos problemas urbanos decorrentes, em parte, do crescimento populacional, como as autoconstruções em terrenos de propriedade do poder público e particulares, o embrião dos atuais bairros periféricos, e o desemprego.

No fim da primeira década de atuação da ZFM, Fonseca (1982) verificou o alcance da atuação do modelo em relação às metas propostas. A autora reconhece as mudanças positivas em relação ao crescimento e ao desenvolvimento dos setores de atividades econômicas e melhores condições de vida da população. Novas empresas foram instaladas, empresas já existentes puderam ser ampliadas, empregos foram gerados, aumentou a renda per capita, melhoraram as condições de assistência à população e se intensificaram todas as ligações do Estado com o país.

Entretanto, há de se considerar a grande concentração de indústrias na capital, o poder de decisão das empresas industriais está fora do Estado, com concentração na região centro-sul do Brasil e em outros países, além da grande

atração exercida pela capital que causou o esvaziamento populacional em vários municípios do interior. “O que importa é reforçar que a concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento da descentralização da produção capitalista fora de suas zonas originárias” (SILVA, 2013, p. 33).

No início, a zona franca se mostrava um polo de desenvolvimento local ainda instável, podendo ser facilmente transferido para outra região brasileira quando terminasse o prazo de concessões de estímulos econômicos-fiscais. “Por ser muito pequena a dependência da matéria-prima local para o funcionamento das novas indústrias e por ser ainda muito difícil a ligação entre centro produtor e centro consumidor” (FONSECA, 1982, p. 98).

Em relação aos aspectos identificados acima, Freitas Pinto (1992) questiona sobre as possibilidades de permanência das empresas na Amazônia. Para o autor, é preciso repensar o modelo adotado e em funcionamento na região, pois caso ocorra a queda dos incentivos dificilmente existiriam outros motivos para justificar a continuidade das indústrias. Destaca a tendência de modelos de desenvolvimento estruturados a partir de uma perspectiva ambiental, tendo em vista que a região tem como potencial a natureza, assim como a cultura regional, inovação e biotecnologia.

Sobre as contribuições à economia regional, Salazar (2006) aponta que o PIM impulsiona o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, porém carece de mecanismos de melhor retenção de renda, o reinvestimento na Amazônia ainda é pouco diante do que é transferido para fora da região. O autor explica que o desenvolvimento capitalista é em si mesmo contraditório, resultando de um lado em concentração e expansão do capital e do outro em empobrecimento e dependência. É um movimento profundamente contraditório em seus resultados. “O efeito imediato dessa visão é considerar o processo de desenvolvimento capitalista como um movimento que media a transferência de valor de uma área para outra, fazendo com que, enquanto uma se torna mais rica, a outra perde substância e fica mais pobre” (SALAZAR, 2006, p. 160). O que reforça o pensamento de Mignolo (2011) sobre a ambiguidade da modernidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento do capitalismo.

Oliveira e Lima (2003) afirmam que a maioria das teorias que aborda o conceito de desenvolvimento regional está embasada na força motriz, exógena – a industrialização. Quando aplicada, reproduz as imagens construídas pelos europeus quando chegaram nas Américas. “Visão dos primeiros europeus, a de que as populações locais não têm nada a dizer ou a ensiná-los, apenas devem ser “catequizadas”, tais como foram os nativos americanos no início das grandes navegações” (OLIVEIRA e LIMA, 2003, p. 31).

Segundo os autores, ao se tratar do desenvolvimento regional se faz necessário “pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA e LIMA, 2003, p. 31). Esse pensamento endógeno proposto pelos autores tem proximidade com a mudança epistêmica decolonial, com genealogia no período colonial, e tem como objetivo a decoloniadade do poder. Tal pensamento busca denunciar a identidade ocultada sob a pretensão de teorias democráticas universais que constroem identidades racializadas instituídas pela hegemonia do ocidente, e colocam os sujeitos na contínua razão imperial, na política imperial de identidades (MIGNOLO, 2011).

Uma das ações da razão imperial foi afirma-se como uma identidade superior ao definir determinadas nações como inferiores em relação à raça, nacionalidade, religião e gênero, e posicioná-las numa esfera normativa fora do real estabelecido pelo Europa (MIGNOLO, 2011), assim o desenvolvimento regional endógeno tem as variáveis socioculturais que não podem ser negligenciadas nas políticas de desenvolvimento socioeconômico (OLIVEIRA & LIMA, 2003, p. 29).

No contexto do pensamento decolonial percebe-se que, mesmo com o propósito do progresso por meio da ZFM, nem todos os indivíduos usufruíram das vantagens que a modernidade proporciona. Destaca-se a promessa de empregos gerados a partir da instalação das indústrias que ocasionou uma explosão demográfica. A oferta de trabalho não atendeu à população de imigrantes que não cessou de chegar à capital do Amazonas (SOUZA, 2009), bem como pela centralização em seu perímetro urbano, do setor secundário,

com forte concentração de renda (FERREIRA, 2003). Manaus recebeu migrantes estrangeiros e de estados brasileiros, como Pará, Ceará e Acre.

As indústrias foram instaladas em terrenos oferecidos a preços irrisórios e urbanizados. “E, assim, entrou em atividade um parque industrial de ‘beneficiamento’ produzindo em toda sua capacidade e operando numa área onde as facilidades eram, na verdade, uma conjuntura favorável” (SOUZA, 2009, p. 337). Sobre o funcionamento das indústrias, o autor afirma que os empresários “[...] tudo trouxeram de fora, da tecnologia ao capitalismo majoritário, e que do Amazonas somente aproveitaram a mão de obra barata e os privilégios institucionais [...]” (SOUZA, 2009, p. 337).

Assim, diante do exposto sobre decolonial e ZFM, Souza (2009) acredita ser impossível pensar culturalmente a cidade de Manaus no futuro, depois que o processo de ZFM passar. Para ele, a capital

[...] tende a se transformar num polo tecnológico, num centro de biodiversidade de alta tecnologia. Para que isto ocorra, a capital do Amazonas deve superar a tentação populista, oferecer uma rápida integração das massas de migrantes pelos processos educacionais e culturais, acumulando ao lado do capital financeiro um capital intelectual com massa suficiente para fazer de sua população mais do que reserva de mão de obra e energia humana escravizada à expansão global do capitalismo (SOUZA, 2009, p. 340).

Mesmo com todos os conflitos que a sociedade vivenciou e vivencia, Mignolo (2011) afirma a importância do pensamento decolonial ser articulado junto às diversas genealogias espalhadas no planeta, porque permite que línguas, memórias, economias e organizações sociais sejam reintroduzidas, tendo em vista que a origem do decolonial é pluriversal. Logo esse pensamento pode ser colocado em prática, neste século mesmo com as todas as mazelas vividas em séculos anteriores.

A partir dos questionamentos suscitados pelos autores, reconhece-se principalmente o processo de implantação e anos iniciais da ZFM, com base em uma perspectiva exógena, porém com pouca articulação endógena, tendo em vista que o potencial da região está na natureza que a compõem, assim como a cultura regional, inovação e biotecnologia, dando ênfase nos fatores internos à região.

3.4 O SETOR ELETROELETRÔNICO DO PIM

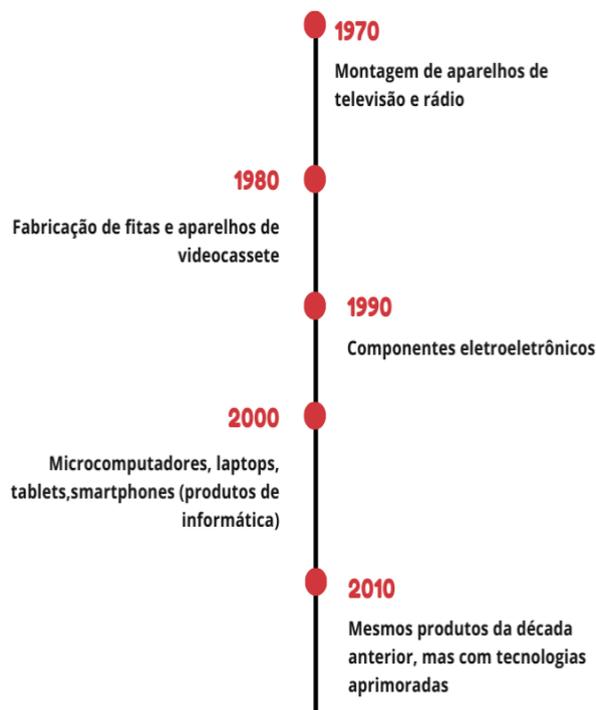
O setor eletroeletrônico teve início na década de 70 com a aprovação de projetos de indústrias voltados para o segmento de produção de aparelhos de toca-discos, rádios e principalmente, de televisão. Os benefícios e incentivos oferecidos pela ZFM impulsionaram a vinda de empresas do ramo para a região e Manaus foi a cidade escolhida pelos asiáticos para firmar investimentos em eletroeletrônica de entretenimento no Brasil.

Em 1971, a japonesa Sharp do Brasil – Indústria de Equipamentos Eletrônicos S.A foi uma das primeiras empresas com projetos aprovados para instalação no Distrito Industrial, com o objetivo de fabricar gravadores, rádios, vitrolas, aparelhos de som e calculadoras eletrônicas. No mesmo ano, a brasileira Springer da Amazônia – Indústria e Comércio Ltda teve a proposta aprovada para iniciar a implantação, com a finalidade de produzir radiolas, autorrádios. As duas empresas tinham em comum a produção de aparelhos de TV em cores e em preto e branco.

De acordo com Garcia (2004), em março de 1979, existiam 56 projetos aprovados pela Suframa, 36 eram do setor Eletroeletrônico, seguido do Relojoeiro (10), Ótico (5) e Duas Rodas (5). Durante algumas décadas, ZFM foi uma das principais produtoras de eletroeletrônicos, chegando em determinados momentos a concentrar toda a produção nacional, principalmente de aparelhos de televisão “Em 1994, a produção nacional de televisores em cores, totalmente concentrada na Zona Franca de Manaus, totalizou 5.034.638 unidades” (GARCIA, 2004, p. 129).

Desde sua criação, o setor Eletroeletrônico exerce parcela da produção nacional de eletroeletrônicos e já foi responsável pela produção de diversos aparelhos eletrônicos de uso doméstico, para informação e entretenimento, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 3: Principais produtos eletroeletrônicos do PIM

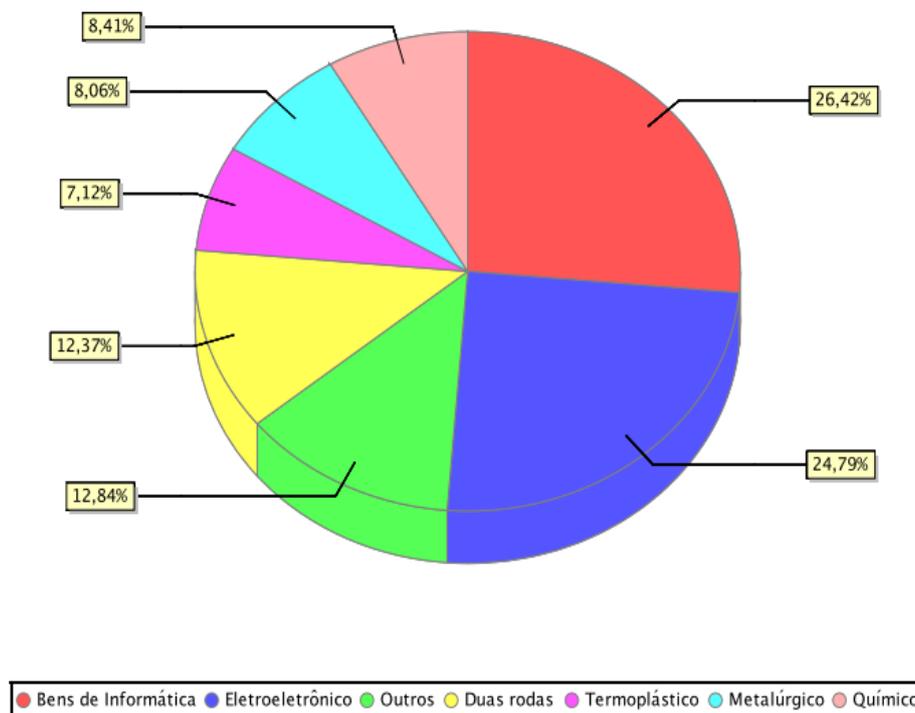


Fonte: 1Adaptado do G1 Amazonas, 2020⁸

Há 55 anos e após vivenciar desafios, o setor eletroeletrônico continua atuante e contribuindo para o faturamento do Polo Industrial de Manaus. O PIM possui aproximadamente 600 empresas, a maioria pertence à indústria eletroeletrônica. Até novembro de 2020, segundo dados dos Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus, foram geradas 100.512 vagas de mão de obra efetiva, temporária e terceirizada (SUFRAMA, 2021). Ainda de acordo com o relatório, os segmentos Eletroeletrônicos e Bens de Informática contribuíram com mais da metade do montante total faturado pelo PIM entre janeiro e novembro de 2020 (51,21%), conforme o Gráfico 04.

⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/02/de-videocassetes-tvs-4k-confira-producoes-do-pim-em-cinco-decadas.html>. Acesso em 20 de maio de 2020.

Gráfico 4: Participação dos subsetores de atividades no faturamento do PIM



Fonte: 2SUFRAMA, 2021

O Polo Industrial de Manaus é o principal segmento de faturamento do PIM, seguido de Bens de Informática (SUFRAMA, 2021). De 2017 a 2020, os setores Eletroeletrônico e Bens de Informática foram os responsáveis pelos maiores faturamentos do PIM (Tabela 05).

Tabela 5: Faturamento dos setores eletroeletrônico e bens de informática

Eletroeletrônico	23.764.163.756	26.040.949.080	27.437.677.957	27.201.165.629
Bens de Informática	16.698.226.036	20.594.330.532	23.573.872.627	29.193.251.021

Fonte: SUFRAMA, 2020

De acordo com o perfil das empresas com projetos aprovados pela Suframa (SUFRAMA, 2020), o polo de produtos do subsetor de material elétrico, eletrônico e de comunicação reúne o segundo maior quantitativo de empresas. Abaixo (Quadro 01), algumas indústrias e produtos.

Quadro 1: Polo produto do subsetor material elétrico, eletrônico e de comunicação

EMPRESA	PRODUTOS
Canon Indústria de Manaus LTDA	Câmera de vídeo de imagens fixas.
LG Electronics do Brasil LTDA – Filial	DVD player; rádio com gravador; rádio com toca-discos digital a laser; televisor em cores; televisor em cores com tela de cristal líquido; televisor com tela de plasma.
Panasonic do Brasil LTDA	Aparelho telefônico por fio, conjugado com aparelho telefônico sem fio; rádio com reproduutor de CD/DVD combinado com amplificador ' <i>home theater</i> '; DVD <i>player blu-ray</i> ; câmera de vídeo de imagens fixas; televisor em cores com tela de cristal líquido e tela de plasma.
Philco Eletrônicos LTDA	Televisor em cores com tela de cristal líquido.
Pioneer Yorkey do Brasil LTDA	Câmera de vídeo de imagens fixas, câmera fotográfica digital profissional.
Positivo Informática da Amazônia LTDA	Microcomputador portátil.
Samsung Eletrônica da Amazônia LTDA	Microcomputador port., s/ teclado físico, c/tela sensível ao toque (<i>touch screen</i>); telefone celular digital combinado ou não com outras tecnologias; DVD player; rádio com reproduutor de CD/DVD combinado com amplificador ' <i>home theater</i> '; DVD <i>player blu-ray</i> ; câmera de vídeo; câmera de vídeo de imagens fixas; câmera fotográfica digital profissional; rádio com gravador/reproduzidor de fitas cassetes magnéticas e toca-discos digital a laser; televisor em cores com tela de cristal líquido; televisor com tela de plasma.
Semp Toshiba Amazonas S.A	Telefone celular digital combinado ou não com outras tecnologias; DVD <i>player</i> ; rádio com reproduzidor de CD/DVD combinado com amplificador ' <i>home theater</i> '; monitor de vídeo com tela de cristal líquido (uso em informática); televisor em cores; televisor em cores com tela de cristal líquido.
Sony Brasil LTDA	DVD <i>player</i> ; DVD <i>player blu-ray</i> ; câmera de vídeo; autorrádio com toca-discos digital a laser; televisor em cores com tela de cristal líquido.

Fonte: SUFRAMA, 2020

Segundo os indicadores de desempenho do PIM (SUFRAMA, 2019), até maio de 2019, a TV com tela LCD teve o melhor desempenho na venda de produtos, participando com faturamento no valor de US\$ 1.878.621.807, seguida

de motocicletas (US\$ 1.249.025.875) e telefone celular (US\$ 1.176.048.051). Em termos de criação de emprego, o setor de eletroeletrônico sempre esteve configurado como o principal demandante de mão de obra. Conforme dados parciais (SUFRAMA, 2019), em maio desse ano, foram registradas 43.255 vagas preenchidas.

No ano seguinte, em 2020, um dos itens mais representativos foi o telefone celular que atingiu, entre janeiro e novembro de 2020, a produção de 13.855.171 unidades e o crescimento de 1,56%. Os microcomputadores portáteis, por sua vez, registraram 605.471 unidades e crescimento de 80,36%. O tablet foi o produto com melhor resultado no período analisado, com 896.474 unidades fabricadas e crescimento de 127,38% em relação ao mesmo intervalo de 2019 (SUFRAMA, 2021).

Além da fabricação e da montagem do produto, o PIM também atua na produção dos componentes dos produtos eletroeletrônicos e de comunicação (Quadro 2).

Quadro 2: Polo de componentes do subsetor material elétrico, eletrônico e de comunicação

EMPRESA	COMPONENTES
ACR Comps Eletrônicos da Amazônia LTDA	Fios e cabos com conectores/terminais para uso diversos.
Berlanda Importadora LTDA	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo.
Bedinsat Indústria de Equipamentos de Áudio e Vídeo LTDA	Receptor de sinal de televisão via satélite.
Digitron da Amazônia Ind. e Comércio LTDA	Unidade acionadora de disco magnético rígido (acima de 1gbyte por hda); placa de circuito impresso montada (de uso em informática); receptor de sinal de televisão via satélite com grav.-reprod. videofônico digital incorporado.
Dynalf da Amazônia Ind. e Com. de Equip. Elétricos LTDA (EM IMPLANTAÇÃO)	Carregador de bateria p/telefone celular, conversor de corrente contínua(ca/cc), fonte de alimentação e transformador de aplicação em eletrônica.
FIH do Brasil Ind. Com. de Eletrônicos LTDA	Subconjunto plástico para telefone celular, peças plásticas moldadas por injeção.

Fonte: SUFRAMA, 2020

Os componentes indicados acima têm mercado em Manaus, assim como em outros Estados brasileiros com indústrias que fazem utilização dos itens para montagens de equipamentos elétricos, eletrônicos e de comunicação. Um exemplo são as fábricas de montagem de notebook e telefone celular localizadas em cidades fora do Amazonas que recebem as peças oriundas de Manaus para finalizar o produto e, posteriormente, comercializar os eletroeletrônicos no Brasil, incluindo a capital amazonense.

Grande parte do lucro originado da fabricação e montagem do produto final, e produção dos componentes dos produtos eletroeletrônicos e de comunicação não fica no estado e é destinado às cidades onde estão as sedes que administram as indústrias fora do território amazônico.

Os escritórios ficam em sua maioria no Sudeste, ainda o maior centro consumidor. Tudo que entra ou sai tem que passar, portanto, por decisões tomadas por lá. Nem mesmo o comércio manauara tem as suas regalias. As mercadorias que chegam às mãos do consumidor nortista e dos próprios turistas sulistas ou de outras regiões do país, são bem mais caras que as encontradas em suas cidades (FERREIRA, 2003, p. 37)

Tal configuração do sistema de produção, circulação e consumo dos produtos eletroeletrônicos permite constatar indícios contraditórios ao pensamento decolonial, pois não há uma participação efetiva da população local, com exceção do envolvimento da mão-de-obra, no planejamento da ocupação do espaço e da distribuição dos resultados do processo de crescimento.

Mesmo com os faturamentos considerados positivos, dados do ComexVis⁹ (2022) mostram que o Amazonas é um estado mais importador do que exportador. A explicação está no funcionamento do modelo da ZFM, onde há necessidade de uma grande quantidade de insumo para produção de produtos manufaturados.

De acordo com o levantamento da Coordenação-Geral de Comércio Exterior da Suframa (COGEX, 2022), em 2021, os principais produtos

⁹ Sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. São divulgados mensalmente os dados detalhados das exportações e importações brasileiras, extraídas do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) e baseados na declaração dos exportadores e importadores. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>.

importados foram equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (partes para aparelhos receptores de radiodifusão e televisão) da China, Vietnã, Indonésia e Coreia do Sul, e atenderam a 23% da importação. Já na exportação, os monitores e projetores, aparelhos receptores de televisão, aparelhos de som para gravação ou reprodução corresponderam a 2,7%, tendo como mercado a Argentina, o Chile e o Equador.

Ao observar o crescimento do setor eletroeletrônico do PIM, pondera-se pelo acesso aos produtos e a localização do polo produtor, e por isso também uma preocupação com a infraestrutura de criação e manutenção de vias terrestres, questão pouco desenvolvida em mais de 50 anos da regulamentação do modelo de desenvolvimento regional.

Como opção de rodovia há a BR-319, única ligação por terra de Manaus ao restante do Brasil, via Porto Velho-RO, e que, há mais de 30 anos, segue imprópria para o trânsito em meio a impasses ambientais e burocráticos¹⁰. Outra possibilidade é a BR-320 ou Transamazônica que liga Lábrea-AM a Cabedelo-PB e possui grande parte do seu trecho sem asfalto, o que dificulta a circulação em períodos, principalmente, do inverno amazônico, quando as chuvas são intensas¹¹. As duas rodovias são parte do plano central do governo federal durante a ditadura militar para ligar a Amazônia ao restante do Brasil.

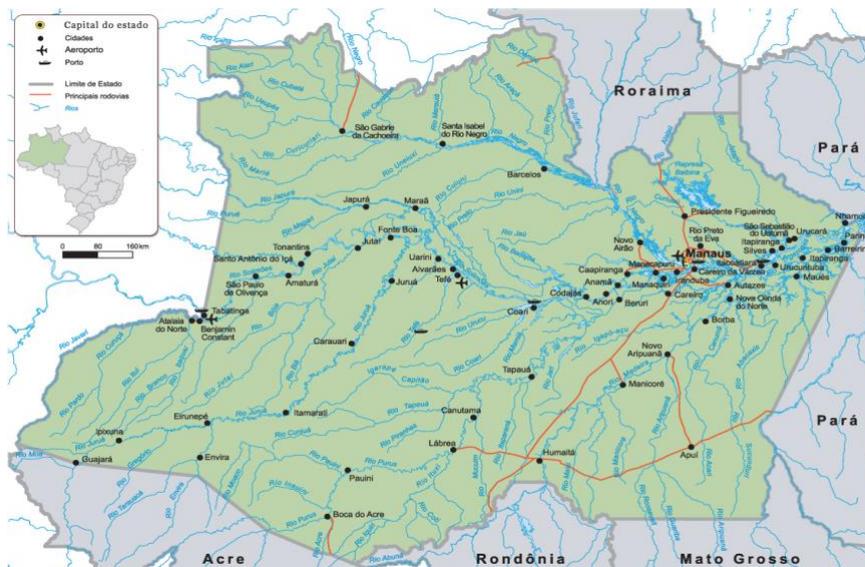
Com uma área territorial de 1.559.167,878km² e uma população estimada em 4.269.995 pessoas (IBGE, 2021)¹², o Amazonas está localizado em uma região cortada por rios, onde o acesso é feito, principalmente, por via fluvial ou aérea (Figura 06).

¹⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/br-319-a-polemica-pavimentacao-da-rodovia-que-corta-a-amazonia/>. Acesso em 30 de novembro de 2021.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/02/projeto-polemico-transamazonica-faz-40-anos-sem-nunca-ter-sido-concluida.html>. Acesso em 30 de novembro de 2021

¹² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em 21 de novembro de 2021.

Figura 6: Rotas de acesso do Amazonas



Fonte: <https://www.guiageo.com/amazonas.htm>

Os únicos aeroportos internacionais do Estado ficam nas cidades de Manaus (sede da ZFM) e Tabatinga (distante 1.106 km da capital), área de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste do Amazonas¹³. Além dos aeroportos regionais em Parintins, Coari e Tefé.

Em março de 2021, o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, anunciou investimentos voltados para a expansão da aviação regional¹⁴, e a região amazônica, com muitos municípios isolados e sem ligação rodoviária, é a prioridade, quando pretende-se atender oito destinos no Estado: Eirunepé, Barcelos, Apuí, Itacoatiara, Humaitá, Borba, Novo Aripuanã e São Gabriel da Cachoeira. Tal ampliação da malha aérea poderá auxiliar na descentralização das atividades PIM, desde que exista também melhoria na infraestrutura dos municípios. Assim, como um plano de rodovias que atenda aos aspectos ambientais, o que poderia melhorar a base da economia e tornar competitivos muitos setores da economia da região.

¹³ Conforme Lei Nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7965.htm. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/2021/6/investimento-do-governo-federal-em-aviacao-regional-aumenta-oferta-de-voos-no-amazonas>. Acesso em 30 de novembro de 2021.

Durante a ditadura militar, é possível identificar a retomada do pensamento colonial, onde o desenvolvimentismo é a palavra-chave. Sob o slogan 'Integrar para não entregar', a ideologia em unificar o país e a região amazônica fez parte de um projeto que tinha objetivos semelhantes aos da colonização.

A ocupação do território amazônico no período colonial foi construída a partir do discurso fundador, uma construção lúdica alimentada por contos e mitos disseminados pelas crônicas ilustradas com fantasiosos mapas através de navegantes e jesuítas, criando um cenário exótico e paradisíaco, onde o imaginário confundia-se com os objetivos da expansão marítima: a busca por territórios, metais preciosos, especiarias; um suposto vazio demográfico que necessitava ser preenchido com produtividade econômica, "imagens de uma terra que necessita ser ocupada de uma gente que precisa ser 'civilizada' para fazer frente à cobiça mundial" (COSTA, 2001, p. 1).

Assim, observar as continuidades e permanências das práticas coloniais, estudar quem produz os eletroeletrônicos, compreender sobre o processo de produção e as regras que regem o PIM, podem contribuir para despertar nos indivíduos o interesse para pensar sobre a tecnologia que usam diariamente e, assim, a origem dos dispositivos eletroeletrônicos que contribuem para o desenvolvimento comunicacional-midiático da região Norte e demais regiões do Brasil.

Considera-se o setor eletroeletrônico um dos mais importantes setores econômicos e de desenvolvimento, principalmente no século XXI, quando se vivencia a sociedade da informação e, em especial, a midiaticizada. Por isso, no capítulo seguinte, aborda-se o setor eletroeletrônico no contexto da sociedade midiaticizada, direcionado às ondas da midiaticização.

4. SOCIEDADE MUDIATIZADA: O SETOR ELETROELETRÔNICO DA ZFM E AS ONDAS DA MUDIATIZAÇÃO

É no setor eletroeletrônico que está o principal e mais importante polo industrial da Zona Franca de Manaus, considerando os indicadores econômicos em relação ao número de empresas com projetos aprovados e em funcionamento, faturamento e quantitativo de trabalhos gerados diretos e indiretos. Os dados apresentados no capítulo anterior demonstram a importância da ZFM para o abastecimento do mercado brasileiro de bens de consumo duráveis, principalmente para o desenvolvimento do setor de eletroeletrônico brasileiro e representava o maior centro de fabricação de produtos eletroeletrônicos da América do Sul em 2019¹⁵.

Partindo da premissa de Seráfico (2009, p. 83) sobre as zonas francas serem vistas “como espaços produzidos por agentes sociais que se entrecruzam [...] no processo de apropriação e uso das forças produtivas, no momento em que o capitalismo se configura como modo de produção econômica e de organização social propriamente global”, há a importância em compreender quais os agentes desses espaços sociais, no caso desta pesquisa, agentes envolvidos na produção e consumo dos componentes e produtos eletroeletrônicos do PIM da ZFM.

Diante da amplitude da Zona Franca de Manaus, neste capítulo, abordam-se noções centrais sobre os estudos de midiaticização para entender a crescente interdependência da interação entre mídia, cultura e sociedade. Identifica-se ainda os agentes da midiaticização no contexto desta tese que envolve o PIM da ZFM, jornais impressos e revistas de circulação local e nacional e os indivíduos que são beneficiados por produtos e serviços oriundos do modelo econômico atuante na Amazônia Ocidental e no Amapá, desde 1967.

Busca-se ainda contextualizar o desenvolvimento comunicacional-midiático da região Norte e demais regiões do Brasil, assim como as contribuições da ZFM para o processo de midiaticização no Brasil a partir das

¹⁵ Disponível em <http://www.suframa.gov.br/invest/onde-eleto-info.cfm>. Acesso em 29 de julho de 2019.

ondas da midiatização, relacionando com os momentos paradigmáticos da zona franca amazonense estabelecidos no capítulo 1.

4.1 MUDIATIZAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL

Diversos são os autores que buscam conceituar o fenômeno da midiatização e assim, múltiplas são as maneiras de abordar esse fenômeno que cada vez mais configura as relações pessoais e estabelece um novo modo de ser e estar no mundo, como resultado há uma sociedade em processo de midiatização. Faxina e Gomes (2016) percebem a midiatização como um conceito plurívoco: “Isto é, um conceito que admite várias significações, que tem muitos sentidos e acepções, e não um conceito que tem vários significados” (FAXINA e GOMES, 2016, p. 183).

Para Fausto Neto (2008), a midiatização é o resultado dos processos midiáticos nas sociedades e que alteram a maneira como os meios atuam nas dinâmicas sociais e simbólicas: “A midiatização institui um novo «feixe de relações», engendradas em operações sobre as quais se desenvolvem novos processos de afetações entre as instituições e os atores sociais” (FAUSTO NETO, 2008, p. 96).

Verón (1997) pondera que a comunicação midiática se encontra em uma situação de mudança acelerada como resultado da emergência tanto da evolução dos meios de comunicação quanto das demandas sociais, o que gera a midiatização das sociedades. Argumenta ainda que a midiatização é um processo que teve início muito antes do aparecimento de qualquer dispositivo midiático ou tecnológico que se conhece hoje.

De acordo com o autor, a primeira manifestação da midiatização estaria situada na chamada Idade da Pedra, iniciada aproximadamente há dois e meio milhões de anos. E ressalta a ascensão da escrita, nascimento do livro, revolução da imprensa, proliferação de panfletos, ascensão dos jornais e até mesmo a invenção da televisão como alguns dos momentos da história da midiatização. “Neste contexto, a midiatização é apenas o nome para a longa

sequência histórica de fenômenos midiáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências” (VERÓN, 2014, p. 15).

A fim de compreender como ocorre esse processo, Verón (1997) propõe um esquema que permite identificar alguns aspectos importantes da midiatização, onde as relações ocorrem de maneira não linear e complexa entre os três principais agentes da midiatização (mídia, instituições e atores individuais). A mídia é vista como uma instituição e ocupa um lugar central na sociedade, além de ser responsável pela mediação entre as demais instituições e os atores individuais, sendo estes últimos compreendidos no sentido etimológico, como membros de uma sociedade. Assim, cada momento do esquema é afetado entre si como resultado do processo, em uma articulação sistêmica entre instituições, mídia e indivíduos.

Por ter uma função primordial no processo de midiatização e que afeta outros campos, percebe-se que a mídia é um agente que pode se relacionar de maneira isolada e simultaneamente, inclusive pode ser o único elo entre os demais elementos do processo. Em consonância com Véron (1997), Faxina e Gomes (2016) propõem um mapa sistêmico do processo de midiatização, o qual compreende que a constituição da sociedade se dá a partir da comunicação e que possibilita os avanços da sociedade em níveis cada vez mais complexos.

No mapa, Faxina e Gomes (2016) reconhecem o processo comunicacional como um processo do pensamento sistêmico. “Entende-se por pensamento sistêmico uma nova forma de abordagem que compreende o desenvolvimento humano sob a perspectiva da complexidade” (FAXINA e GOMES, 2016, p. 184). Tal abordagem não observa somente o indivíduo de maneira isolada, mas também o contexto e suas relações estabelecidas.

Pensar sistematicamente exige uma nova forma de olhar o mundo, o homem, e, conseqüentemente, exige também uma mudança de postura por parte do cientista. Postura essa que propicia ampliar o foco e entender que o indivíduo não é o único responsável por ser portador de um sintoma, mas sim que existem relações que mantêm este sistema. Um mapa sistêmico é uma expressão gráfica dos inter-relacionamentos entre os diversos elementos em jogo nos processos sociais (FAXINA e GOMES, 2016, p. 184)

Ao refletir sobre a midiaticização a partir do mapa sistêmico de Faxina e Gomes (2016) e do esquema de Verón (1997), compreende-se que, no processo de midiaticização e tendo a comunicação como base constituidora da sociedade, várias relações entre mídia, instituições e indivíduos são constituídas a partir dos vínculos que são estabelecidos e que renovam os interesses e não deixam de lado as relações anteriormente estabelecidas.

Desta maneira, entende-se que a presença da mídia é intensificada além de seu campo de atuação, ao ponto de se deslocar e expandir para outras áreas da sociedade. Nesse contexto, não está apenas a mídia clássica, mas também a nova mídia da internet e da comunicação móvel (HEPP, 2014).

Hepp (2014) identifica a midiaticização como um termo utilizado para teorizar as transformações relacionadas à mídia, sendo possível de ser observada a partir de duas tradições: institucionalista e socioconstrutivista. A primeira vertente está principalmente interessada, até recentemente, na mídia tradicional de massa e observa a mídia como uma instituição mais ou menos independente, com uma lógica própria, a lógica da mídia, e entende a midiaticização como uma adaptação de diferentes campos sociais às regras midiáticas institucionalizadas (HEPP, 2014). Nessa tradição, estão inseridos os trabalhos de Hjarvard (2012, 2014 e 2016), quem ressalta que a abordagem de investigação da midiaticização “[...] é inspirada pela ambição de distinguir padrões sistemáticos de mudança através do tempo e do espaço em uma dada estrutura institucional” (HJARVARD, 2014, p. 243).

Já a segunda perspectiva, está mais relacionada às práticas de comunicação cotidianas, como aquelas relacionadas à comunicação pessoal e mídia digital, destacando o papel da mídia no processo de construção da realidade social e cultural. “O ponto de partida da tradição socioconstrutivista é mais enraizado no interacionismo simbólico e na sociologia do conhecimento, mas também integra algumas considerações fundamentais da teoria de mídia” (HEPP, 2014, p. 48).

As duas tradições admitem a midiaticização como um conceito que trata da inter-relação entre as transformações da comunicação e da mídia, cultura e sociedade, porém com aspectos diferentes sobre como teorizar o fenômeno. “[...]”

é um conceito que nos ajuda a analisar criticamente a inter-relação entre as mudanças na mídia e nas comunicações, por um lado, e as mudanças na cultura e na sociedade, por outro” (COULDRY e HEPP, 2017, p. 35).

Mesmo admitindo as contribuições das tradições institucionalista e socioconstrutivista, Hepp (2014) propõe um pensamento transmidial. Posteriormente, junto com Couldry (2017), apresenta uma perspectiva transcultural, por acreditar em uma midiatização profunda. A abordagem transcultural é vista a partir da sucessão de ondas de midiatização: mecanização (*mechanization wave*, 1450-1800, livros, imprensa, fotografia), eletrificação (*electrification*, 1800-1950, áudio, telefone e televisão) e digitalização (*digitalization*, a partir de 1950, internet, computadores e smartphones e objetos digitais). De acordo com os autores, já é possível visualizar o início de uma quarta onda que tem como base os dados (*datafication wave*), dados computadorizados disponíveis em aparelhos midiáticos e softwares, sendo um aprofundamento de midiatização que propõe a integração entre a digitalização e a datatificação.

Sobre as ondas da midiatização, “esse termo indica que certos desenvolvimentos da mídia resultam em um ambiente de mídia diferente, que produz possíveis configurações comunicativas completamente novas” (HEPP, 2014, p. 59). Nesse sentido, a midiatização é instaurada na forma de ondas que alteram todo o ambiente midiático, por meio da interdependência entre as mídias, em mútuas afetações.

Definimos uma onda da midiatização como uma mudança qualitativa fundamental nos ambientes midiáticos suficientemente decisiva para constituir uma fase distinta no processo de midiatização em curso, mesmo quando se permitem as formas muito diferentes que tais ambientes midiáticos podem assumir em contextos locais, regionais e nacionais particulares (COULDRY e HEPP, 2017, p. 39)

Na perspectiva idealizada por Couldry e Hepp (2017), o início da midiatização não pode estar localizado no período da alta modernidade europeia, conforme indicam os autores, baseados nas ondas de midiatização, iniciadas em 1450, que podem ser observadas de forma global, independente da região do mundo.

Diferente da tradição institucionalista que não admite a midiatização como um processo universal (HJARVARD, 2012). Nota-se a perspectiva como uma tendência localizada a partir do fim do século XX, em sociedades modernas e altamente industrializadas. Entende-se que, conforme a globalização avança, mais regiões são afetadas pela midiatização, porém sempre haverá diferenças na influência que ela exerce.

Nem é preciso dizer que as formas como a midiatização se desenrola em determinados lugares dependerão das histórias particulares de infraestrutura, recursos e desigualdade naquele lugar, e também das necessidades humanas particulares que a mídia usa naquele local predominantemente atende, e isso, por sua vez, dependerá de variações mais profundas na organização social, econômica e política (COULDRY e HEPP, 2017, p. 38).

Independente da perspectiva, entende-se a midiatização como um processo que envolve a mídia e outros campos sociais, gerando uma constante interdependência de interação entre sociedade, cultura e mídia, e demonstrando a importância transformadora desses três agentes (HJARVARD, 2014 e 2015).

Isso significa dizer que, na sociedade em processo de midiatização, não são os meios, nem as tecnologias e nem as indústrias culturais que produzem os processos, e sim todos os participantes sociais, sujeitos e instituições que acionam os processos e estabelecem como acionar (BRAGA, 2012, p. 50). O autor infere também que, ao mesmo tempo que a questão comunicacional se torna presente e fundamental para a sociedade, os processos sociais são midiatizados, tomando diretamente iniciativas midiatizadoras.

Logo, a midiatização é uma articulação com instituições, tecnologias e a vida das pessoas, o que para Sodré (2002), implica um novo modo de presença do sujeito no mundo.

O conceito de midiatização - ao contrário de mediação - não recobre, entretanto, a totalidade do campo social, e sim, o da articulação hibridizante das múltiplas instituições (formas relativamente estáveis de relações sociais comprometidas com finalidades humanas globais) com as várias organizações da mídia, isto é, com atividades regidas por estritas finalidades tecnológicas e mercadológicas, além de culturalmente afinadas com uma forma ou um código semiótico específico (SODRÉ, 2006, p. 22).

Considerando os aspectos até aqui apresentados sobre os estudos de midiatização, constata-se que o processo de midiatização está presente na

sociedade desde a Idade da Pedra (VÉRON, 1997), corroborando o pensamento de Couldry e Hepp (2017) sobre as ondas da midiaticização iniciadas na fase chamada de mecanização. As ondas podem ser identificadas em qualquer região no mundo, porém talvez em períodos não tão similares, como definido pelos autores.

Presume-se que a midiaticização se expandiu, principalmente, durante a onda da digitalização, quando há a intensificação da era digital, “[...] é tipicamente relacionado ao computador, internet e telefone celular” (COULDRY e HEPP, 2017, p. 48). Conforme a globalização avança, mais sociedades e culturas são afetadas pelo processo de midiaticização, porém com níveis diferentes de afetação.

Ressalta-se também o pensamento de Hjarvard (2012 e 2014) sobre a midiaticização ser um processo de dupla face, no qual a mídia é vista como uma instituição semi-independente, à qual as demais instituições da sociedade precisam se adaptar, já que a mídia passou a participar das rotinas de outras instituições.

Nota-se que as interações sociais existentes ocorrem cada vez mais sob a influência da mídia, reforçando o pensamento de Hjarvard (2014), quem afirma que “Os meios de comunicação também adquirem uma posição particular dentro da sociedade moderna, já que constituem uma esfera pública que, potencialmente, se interliga a todas as outras instituições sociais” (HJARVARD, 2014, p. 30). Logo, a midiaticização teve um desenvolvimento ampliado com o comércio de importados e produção de eletroeletrônicos como aceleradores da dimensão midiática da região Norte e das demais regiões do Brasil a partir dos anos de 1970, por meio do PIM da ZFM.

4.2 ZONA FRANCA DE MANAUS E ONDAS DA MIDIATICIZAÇÃO

Os desdobramentos da midiaticização a partir da Amazônia implicam uma dupla abordagem, pois forneceram material informativo para os periódicos impressos de Manaus e de outros estados brasileiros. Ao mesmo tempo que contribuíram para o crescimento do ambiente comunicacional midiático local e

nacional, por meio da distribuição e, posteriormente, com a produção de eletroeletrônicos fundamentais à indústria da mídia no Brasil.

Para observar as contribuições da Zona Franca de Manaus ao processo de midiatização no Brasil, parte-se das ondas da midiatização identificadas por Couldry e Hepp (2017), eletrificação, digitalização e com indícios da datatificação.

4.2.1 Eletrificação: o comércio e produção de eletroeletrônicos

Couldry e Hepp (2017) entendem que a segunda onda, a eletrificação, está relacionada à transformação dos meios de comunicação em tecnologias e infraestruturas baseadas em transmissão eletrônica. Nessa época, mídia de vários tipos foram incorporadas a redes tecnológicas mais amplas, como redes elétricas e redes a cabo de rádio direcional. “Esse movimento também é mais um passo para inter-relacionar as mídias umas com as outras e, assim, aumentar as interdependências dentro do ambiente de mídia” (COULDRY e HEPP, 2017, p. 44, tradução nossa).

Os autores reconhecem o período da eletrificação de 1800 a 1950, iniciada com o telégrafo e finalizada com as várias mídias de telecomunicação. Ao aproximar a segunda onda do processo de midiatização no Brasil, nota-se que há um desenvolvimento a partir da década de 1920, quando ocorre a primeira transmissão de rádio e, posteriormente, com a chegada da televisão ao país, em 1950. De acordo com Garcia (2004), o setor de eletrônica de entretenimento da indústria brasileira iniciou em São Paulo, no início dos anos 60, época dos televisores em preto e branco e dos rádios. Período em que a televisão se popularizou no Brasil, adquirindo “[...] com o passar do tempo, um valor comercial inegável” (BERGAMO, 2010, p. 84).

Logo que foi regulamentada em 1967, a ZFM iniciou suas atividades voltadas para o comércio, convertendo-se em um importante centro comercial de importação. O centro da capital amazonense foi ocupado por centenas de lojas de diversas linhas de produtos de marcas reconhecidas no mercado internacional (GARCIA, 2004). Nesse período, Manaus foi a única cidade

nacional pela comunicação, e a televisão era tida como estratégica nesse processo" (RIBEIRO e SACRAMENTO, 2010, p. 113).

Ainda nos 1970, com a expansão da transmissão colorida dos conteúdos das emissoras de TV, há a popularização da programação televisiva com os programas de auditórios e telenovelas. Bem Amado foi a primeira novela exibida em cores (TV Globo), em 1973, e a TV Bandeirantes (SP) a primeira emissora a veicular a programação em cores. Fatos que inseriram a TV cada vez mais ao cotidiano da população brasileira e contribuíram para que mais aparelhos televisores fossem procurados para compra e consumo, sendo a ZFM um polo de comércio e produção desse tipo de eletroeletrônico.

Paralelo ao desenvolvimento do comércio de importados, houve investimentos industriais e a construção de um distrito industrial. Já na década de 1970, no universo de projetos industriais aprovados para funcionamento na ZFM, o setor eletroeletrônico se destacava com 19%. Entre as propostas aprovadas, estavam CCE, Evadin, Sharp do Brasil, Philips da Amazônia e Semp Amazonas S.A. Os televisores estavam entre os principais produtos da ZFM e eram objetos dos anúncios publicitários em revistas nacionais que estimulavam a prática do consumo do eletroeletrônico (Figura 08).

Figura 8: Anúncios publicitários da nova TV Philco e da TV Mitsubishi



Fonte: Revista Manchete – Edições 1376 (1978) e 1418 (1979)

Com o início da industrialização na década de 1970, os eletroeletrônicos produzidos no PIM, em especial os aparelhos de TV, passaram a ser vendidos no comércio de outros estados brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, com a identificação de 'Produzido no Polo Industrial de Manaus'. (Figura 09).

Figura 9: Anúncio publicitário da loja Jumbo Eletro, com unidade em São Paulo-SP

Venda Especial de TVs e Rádios

jumbo ELETRO

Participe do Concurso **VOCE NA COPA**

TV SHARP COLOR 16 LINTYRON
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 12.150,00
 880,00
 OU ENTRADA DE 24 x 895,00

TV COLORADO COLOR AMAZONAS
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 9.720,00
 24 x 782,00

TV TOSHIBA COLOR 20
 Tela de 20" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 13.570,00
 1.200,00
 OU ENTRADA DE 24 x 955,00

TV SANYO COLOR 20 C/TIMER
 Tela de 20" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 13.250,00
 965,00
 OU ENTRADA DE 24 x 985,00

TV SHARP COLOR 20 LINTYRON
 Tela de 20" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 14.650,00
 1.650,00
 OU ENTRADA DE 24 x 955,00

NOVO TV TELEVISION PALCOLON
 Tela de 20" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 16.535,00
 4.135,00
 OU ENTRADA DE 24 x 955,00

TV PHILCO SAFARI
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 3.990,00
 249,00
 OU SEM ENTRADA 24 x 249,00

TV COLORADO SPAREMA
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 3.900,00
 24 x 314,00

RÁDIO PORTÁTIL SAMSUNG - BUSTO
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 12.000,00

RÁDIO PORTÁTIL MOSE - 10-23
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 450,00
 12 x 55,00

RÁDIO METEOROLÓGICO SAMSUNG - 10-23
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 675,00
 12 x 63,00

RÁDIO PORTÁTIL PHILIPS PARCEIRO
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 245,00
 12 x 30,00

RÁDIO PORTÁTIL METEOROLÓGICO PHILIPS-22
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 645,00
 18 x 60,00

TV PHILIPS DE MESA
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 4.190,00
 24 x 357,00

TV COLORADO ARAGUANA
 Tela de 16" com sistema de som integrado. Possui 12 canais e controle remoto. Preço especial por tempo limitado.
 A VISTA 3.290,00
 24 x 254,00

COMEÇA O JUMBO ELETRO JARDIMUNA, NO TERMINAL DO METRÔ, A ESTAÇÃO DA ECONOMIA.

CRÉDITO IMEDIATO É NO jumbo ELETRO RÁDIO BRAZ

Fonte: 30 Estado de S.Paulo - Edição de 14 de maio de 1978

Durante a década de 1980, novas tecnologias foram introduzidas no Brasil, como a autorização para o funcionamento de antenas parabólicas (1984) e o lançamento do primeiro satélite de comunicação brasileiro, o Brasilsat, que forneceu serviços de transmissão de dados para todo o país (1985), além do início da oferta de canais por assinatura. Inovações que expandiram o alcance das transmissões televisivas e aumentaram o número de telespectadores, e assim mais aparelhos foram fabricados para gerar audiência.

Nos anos 1980, a produção industrial da Zona Franca de Manaus não possuía concorrência no mercado brasileiro, e o parque industrial da ZFM era responsável pela produção de todos os televisores no Brasil, além de vários bens de consumo, como rádios e toca-fitas para automóveis e aparelhos de som (GARCIA, 2004).

Figura 10: Anúncios publicitários de eletroeletrônicos produzidos pela Sharp e Semp Toshiba no PIM



Fonte: Revista Manchete - Edição 1887 (1988)

Com o crescimento acelerado a partir da importação e da industrialização, desde a década de 1980, o selo 'Produzido na Zona Franca de Manaus' se tornou obrigatório em todos os produtos fabricados no PIM. Época em que o Polo iniciou a produção de videocassetes (Figura 11).

Figura 11: Anúncio publicitário do videocassete produzido pela Semp Toshiba

TOSHIBA 4 CABEÇAS.

NEM O SEU CONTABANDISTA ESTÁ VENDENDO UM VIDEOCASSETE MAIS AVANÇADO.

Pelo primeira vez você vai ver um videocassete fabricado no Brasil tão avançado quanto os vídeos que vêm lá de fora. É o Toshiba 4 cabeças, que já está em circulação nas melhores lojas e grande circuito.

Comparado aos vídeos de 2 cabeças, o Toshiba representa uma evolução semelhante à de sua marca para o sistema. Que se não fosse a um exclusivo sistema de compensação, você começaria uma reprodução excelente inclusive quando o fita é a cópia da cópia.

Em câmera lenta, você nunca mais vai ver aquelas chatices e distorções: uma das quatro cabeças do Toshiba foi especialmente feita para deixar a imagem nítida e perfeita em todas as cenas, quadro a quadro.

Seu vídeo ainda tem: chavinhas para PAL, NTSC ou N. Linha? Isso é um atraso de vídeo. Por isso o Toshiba tem um mecanismo que já eletronicamente o sistema de fita assim.

Use você a cópia para reproduzir. Passe numa loja e confira o Toshiba 4 cabeças. Pode ter certeza que você ainda não viu nada igual. Nem o contrabandista.

4 Quadro a quadro, veja tudo o que o Toshiba 4 cabeças tem:

- Controle remoto infravermelho sem fio.
- Ação CTR, que permite com um único toque programar o vídeo para fazer gravações até 4 horas automaticamente.
- Capacidade para sintonizar 117 canais em UHF e VHF.
- Memória programável para gravar de 4 programas por dia em quantas semanas você determinar.
- Pudeiro High Quality: imagem mais clara e muito mais nítida.
- Back Up, um circuito que protege a memória por 10 minutos caso falhe energia.

Assista a vídeo exclusiva fita de demonstração.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NACIONAL
SEMP TOSHIBA
GARANTIA TOTAL DE UM ANO

TOSHIBA

Fonte: Revista Manchete - Edição 1887 (1988)

Como consequência dos resultados obtidos em quase duas décadas de atuação da ZFM na região Norte, em 1986, através do Artigo 1º do Decreto

92.560, o governo federal expandiu os incentivos pela primeira vez, com o prazo de 10 anos (até 1997). Dois anos depois e com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o prazo é prorrogado novamente, dessa vez até 2013 (25 anos). Ampliando os incentivos para que mais empresas buscassem Manaus para implantar fábricas em diversos setores, dentre eles, de eletroeletrônico.

Até o início da década seguinte, Manaus foi um importante polo comercial de importação, quando houve o impacto da política nacional de livre mercado. As vendas do comércio de importados perderam a densidade, a capital amazonense deixou de ser o único centro supridor de bens de consumo importados no cenário nacional (GARCIA, 2004). A tradição de comércio importador, apoiado em produtos de marcas mundialmente consagradas não foi suficiente para conter “[...] e nem para impedir a prática de contrabando que fortaleceu o eixo de vendas da zona franca do Paraguai, de onde brotaram as inúmeras feiras do Paraguai, os sacoleiros e outros focos de comércio informal” (GARCIA, 2004, p. 108).

Desde o fim do auge do setor de comércio de importados, o Polo Industrial de Manaus passou a ser a base da Zona Franca de Manaus. O centro comercial da capital já não possuía mais as mesmas características que eram praticadas no século passado. Entretanto, a ZFM continuou a concentrar a produção nacional de televisores em cores, contribuindo para o avanço da fase da eletrificação, pois esta onda moldou o ambiente midiático a partir do momento que possibilitou a transmissão simultânea de conteúdo de mídia através do espaço, proporcionando mídias com um maior alcance dos espaços translocais de comunicação.

A segmentação, os canais pagos, o videocassete, as primeiras experiências de interatividade e de digitalização reconfiguraram o mercado televisivo. Os capítulos desta parte analisam as formas como as emissoras da TV aberta lidaram com aquele novo contexto midiático e as disputas que se deram entre elas. O SBT apostou na importação de programas mexicanos e reforçou sua estratégia de popularização na sua programação. A TV Manchete investiu na qualidade e teve sucesso com “Pantanal”. Nesse momento, a TV Globo teve a sua liderança absoluta ameaçada. Então, produziu programas populares como “Domingão do Faustão” e lançou o “Linha Direta”, combinando a narrativa jornalística à melodramática numa plataforma interativa (BRITTOS e SIMÕES, 2010, p. 219).

O Brasil passou por grandes transformações na década de 1990, dentre elas, o crescimento populacional de 11,6% e o aumento do percentual de domicílios com TV (45%). Para Britto e Simões (2010), não só houve a ampliação de residências com equipamentos audiovisuais, como também

[...] ocorreu uma situação econômica favorável para tais aquisições, ainda mais se visto que essa ampliação se pronunciou principalmente após 1994, ano do Plano Real. Neste ponto, é fundamental averiguar uma íntima ligação da questão monetária e as transformações que se fizeram nesse decênio nas mídias" ((BRITTOS e SIMÕES, 2010, p. 224).

Além da TV, no fim dos anos de 1990, começam as produções dos aparelhos de DVD (*Digital Versatile Disc*) em Manaus (Figura 12), com a Gradiente produzindo na capital amazonense e vendendo para todo o Brasil. Eletroeletrônico que posteriormente, na década seguinte, substituiria o videocassete.

Figura SEQ Figura * ARABIC 12: Notícia sobre vendas de DVD em lojas brasileiras

Gradiente coloca primeiro DVD nas lojas brasileiras

Os primeiros aparelhos **DVD** (videodisco digital) começam a ser vendidos no Brasil nesta semana. A iniciativa é da Gradiente, que está lançando o **DVD-5000** — já nas lojas pelo preço médio de R\$ 1.300.

A grande novidade do produto da Gradiente é a capacidade de reproduzir discos **DVD** tanto da região 4 (da qual o Brasil faz



DVD-5000: reprodução de discos para regiões 1 e 4

parte) como da região 1 (à qual pertencem os Estados Unidos). A divisão do mundo em regiões — seis ao todo — foi determinada pela indústria de cinema de Hollywood, quando o novo formato de disco digital foi criado por um consórcio de empresas — principalmente de hardware. Assim, filmes em **DVD** codificados para região 1 não rodam em

aparelhos produzidos para região 4 — e vice-versa.

Isso vem retardando o lançamento de aparelhos **DVD** no Brasil, uma vez que ainda não existem títulos **DVD** para região 4. Cesar Cruz Hamze, gerente de Marketing de Áudio e Vídeo da Gradiente, afirma que o software desenvolvido pela empresa permite que o **DVD-5000** faça a de-

codificação de sinais de filmes produzidos para as regiões 1 e 4. Basta o usuário digitar, no controle remoto, um código específico, para uma ou outra região.

Produzido em **Manaus**, o **DVD-5000** também reproduz CDs de música, oferece som de altíssima qualidade (Dolby Digital) e legendas em até 32 idiomas — como os outros aparelhos baseados na tecnologia **DVD**. O produto da Gradiente será vendido com um filme de sucesso no cinema — *Jumanji* ou *Golden Eye*. (R.S.)

■ Gradiente ☎(011) 536.0446

O início da produção de DVD em Manaus aponta os primeiros indícios do processo de digitalização no PIM, bem como a TV que depois de ganhar cores, passaria por mudanças no tamanho e formato dos aparelhos e chegaria à fase de digitalização com a inserção de tecnologias como conexão com a internet e imagens em alta definição.

Assim, é possível inferir que o PIM, por meio da produção de eletroeletrônicos, avançou na disponibilidade e acesso aos diversos produtos que possibilitaram a simultaneidade na comunicação pessoal através do espaço, sendo fundamental para as infraestruturas da comunicação midiática no Brasil.

4.2.2 Digitalização: a industrialização de eletroeletrônicos

Na terceira onda, as mídias eletrônicas tornam-se cada vez mais digitais. Couldry e Hepp (2017) afirmam se tratar de uma onda tipicamente relacionada ao computador, internet e telefone celular. Sustentam que a internet “[...] é a infraestrutura que possibilita as ligações entre dispositivos de mídia contemporâneos com computadores *mainframe*, grandes centros de dados[...] bem como links de todas as nossas atividades em inúmeras plataformas digitais” (COULDRY e HEPP, 2017, p. 48, tradução nossa). Ao abordar as configurações comunicativas de mundos midiáticos, Hepp (2014) compreende o fenômeno da digitalização como uma onda relacionada à transformação do alcance das mídias anteriormente não digitais “a televisão transforma-se em televisão para internet, o cinema vira cinema digital e assim por diante (HEPP, 2014, p. 59).

Desde o início dos anos de 1970, Manaus é um dos locais para a montagem de televisores do Brasil e toda a produção de eletroeletrônicos do PIM é para consumo em território brasileiro. De acordo com os indicadores de desempenho da ZFM (SUFRAMA, 2019), os produtos do setor eletroeletrônico não participam das estatísticas de exportação. A partir de 2000, o PIM adentrou-se na fase da tecnologia e qualidade digital.

Por tratar-se da onda referente à digitalização, no começo dos anos 2000, o PIM foi um dos principais produtores de TV digital no Brasil. Mayer (2007) reconheceu a importância da região para o fornecimento do produto ao consumo brasileiro. “Encarregadas de fazer a televisão [...], as fábricas localizadas na ZFM [...] serão cruciais para proporcionar aos brasileiros acesso ao futuro digital” (MAYER, 2007, p. 87, tradução nossa).

Com o início da produção de televisores com tecnologia digital, é também nos anos 2000 que ocorreu a terceira prorrogação dos incentivos da ZFM, quando em 2003, houve a edição da Emenda Constitucional nº 42 que prorrogou por dez anos os incentivos fiscais, até 2023.

Em 2007, próximo de completar 40 anos de criação, a ZFM vivia um novo momento de expansão do PIM, quando negócios inéditos prometiam dar novo

impulso à região. A TV digital era um dos projetos promissores que ganharia força a partir de 2008 quando o sistema começasse a substituir a TV analógica.

Na época, a fabricação de TV digital no país era restrita à capital amazonense, mantendo os privilégios fiscais e a reserva de mercado a que tinha direito na produção de eletroeletrônicos. Concomitantemente, o PIM usufruiu da exclusividade também da produção dos equipamentos relacionados à implementação da tecnologia, como conversor de imagem analógica em digital e aos transmissores, colaborando para o avanço do processo de digitalização que estabeleceu condições para a convergência. Mais do que uma mudança tecnológica, a convergência modificou a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos (JENKINS, 2009). No Brasil, a fase da digitalização alterou a forma de ver e de produzir televisão, estando a convergência digital associada à expansão da televisão (FECHINE e FIGUEIRÔA, 2010, p. 281).

No Brasil, as primeiras transmissões da TV digital aconteceram em 2007, em São Paulo-SP. No mesmo ano, três empresas em Manaus produziam cerca de 90% dos conversores de televisão por assinatura via satélite ou cabo usados no país, e mais e mais 30 projetos já se encontrava em análise pelo Conselho de Administração da Suframa (ESTADÃO, 2007)¹⁶. No ano seguinte, o PIM iniciou a produção de *set-top box*, momento em que a empresa Proview, de Taiwan, começou a produção em escala do receptor-decodificador de sinal de TV para o sistema digital de alta definição¹⁷. Em entrevista ao Estadão (2008), o ex-governador Eduardo Braga declarou que o Amazonas produziria o *set-top box* no valor de R\$200.

Segundo ele, a empresa Proview é quem fará a produção dos conversores, que contarão com tecnologia desenvolvida no Amazonas, em uma universidade local. "Nós conseguimos alguns passos importantes. Primeiro, o Amazonas finalmente tem um set top box com tecnologia nacional, desenvolvido por uma universidade brasileira, amazonense, e pode garantir que hoje, através de uma empresa, a Proview, nós colocaremos esse set top box no mercado, por um preço

¹⁶ Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/publicados/2007/02/25/g/20070225-41403-spo-24-eco-b4-not-ehgeqha.jpg>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/noticias/manaus-inicia-producao-de-set-top-box-para-tv-digital>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

de R\$200. Ou seja, nós teremos competitividade com esse produto", afirmou (ESTADÃO, 2008)¹⁸

Com base no investimento direcionado à tecnologia digital, o governo esperava que as transmissões trouxessem imagens de alta definição e serviços interativos à população, supondo também que a tecnologia continuaria a atrair novos investidores para o desenvolvimento regional, e desta maneira surgiria um novo ciclo em Manaus com a digitalização.

A digitalização também impulsionou a fabricação de itens de informática no PIM, como monitores (Figura 13), considerando que uma das principais revoluções do fim do século XX foi o acesso à internet que a partir da rede mundial de computadores, passou a gerar novos fluxos, não só como espaço de emissão de dados, como também um canal de retorno de informações.

Figura 13: Nota sobre fabricação de monitor da Samsung no AM



Fonte: Jornal O Estado de S.Paulo - Edição de 14 de abril de 2003

Além da televisão e de monitores, Manaus também produz aparelhos de telefonia celular. Dispositivos presentes cada vez mais nas relações da sociedade e cultura. Depois da TV em LCD, o telefone celular é o segundo produto com maior faturamento no PIM, no setor de eletroeletrônicos, conforme indicadores de desempenho da ZFM (SUFRAMA, 2019). Entende-se que o motivo da posição de faturamento deve-se aos telefones, principalmente os *smartphones* (Figura 14), irem além dos serviços de telecomunicações, pois permitem que o usuário jogue, acesse e faça download de informações da

¹⁸ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/am-produzira-set-top-box-para-tv-digital-por-r-200/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

internet, tire e compartilhe fotos e envie mensagens de texto, cada vez mais permitindo a realização de atividades remotas.

Figura 14: Anúncio publicitário de telefonia móvel da Claro (aparelhos produzidos no PIM)



Fonte: Jornal O Estado de S.Paulo - Edição de 02 de agosto de 2007

É possível relacionar o motivo da posição de faturamento dos telefones no PIM com a tendência da digitalização apresentada por Couldry e Hepp (2017), quando abordam sobre a crescente incorporação de recursos digitais nos eletroeletrônicos que fazem parte do cotidiano, uma prática cada vez mais comum por meio da internet e da utilização de *softwares*.

De uma forma mais geral, a digitalização envolve um maior aprofundamento, quer na interligação das infraestruturas de que depende a prática midiática - assim, por exemplo, o digital está agora dependente do desenvolvimento do wi-fi e de outros serviços móveis -, quer na camadas de práticas de mídia conectada nas quais indivíduos ou grupos estão agora engajados rotineiramente. Os ambientes de mídia têm se caracterizado cada vez mais pela convergência, significando menos uma fusão de todos os dispositivos de mídia em um tipo de superdispositivo, e mais convergência no nível dos dados ou conteúdos que, sendo digitais, se tornam comunicáveis por vários dispositivos, alguns novos, alguns mais velhos (COULDRY e HEPP, 2017, p. 52, tradução nossa).

Junto com os televisores, telefones e monitores, o PIM também é produtor de tablets que se tornou popular no Brasil no início dos anos 2010, quando se iniciou a vendas dos aparelhos com ou sem conectividade 3G ou apenas Wi-Fi, e o mesmo eletroeletrônico teve uma participação significativa nos indicadores de desempenho da ZFM de 2013, com as fábricas da Positivo e da Samsung

instaladas em Manaus. No mesmo período, o Polo Industrial também produzia leitores de Blu-Ray que anos depois substituiriam os aparelhos de DVD, devido à qualidade do áudio e do vídeo, além de recursos como cenas extras e variedades de idiomas que atraíam cada vez mais consumidores.

Com a diversidade dos recursos digitais inseridos nos eletroeletrônicos, há também a mudança no nível dos padrões de uso dos aparelhos cada vez mais individualizados, em razão dos dispositivos adicionais permitirem ao consumidor acesso à internet, ter interatividade (seguir, comentar, compartilhar) e outros serviços, além de alcançar mais audiências e usuários em todo o mundo. Essas novas configurações são bem mais variadas em relação às ondas da mídiatização anteriores, quando os recursos de uso eram bem mais limitados.

A justificativa para essas mudanças está na não linearidade do processo de mídiatização que resulta em um ambiente de mídia diferente e produz possíveis configurações comunicativas completamente novas, ao mesmo tempo que transforma o grande alcance das mídias anteriormente não digitais (HEPP, 2014).

Em 2014, com a Copa do Mundo de Futebol no Brasil, houve procura por televisores com mais recursos digitais, dentre os oferecidos aos consumidores no mercado brasileiro, estavam os aparelhos de Led, 3D e de plasma. Esse último tipo de TV, no primeiro trimestre desse mesmo ano, teve uma produção de 658 mil televisores, um volume 484% maior em relação ao igual período de 2013. Em infográfico veiculado no jornal O Estado de S.Paulo, é possível visualizar a evolução da tecnologia nas TVs, conforme cronologia das edições do campeonato esportivo (Figura 15).

Figura 15: Infográfico sobre as tecnologias das TVs e as Copas do Mundo de Futebol



Com o avanço da digitalização no Brasil, em 2014, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 83/2014 que prorrogou pela quarta vez os incentivos fiscais especiais para a ZFM por mais 50 anos, até 2073. Ainda nesse ano houve também a prorrogação das isenções da Lei da Informática, instrumento de política industrial, criado no início da década de 1990 para estimular a competitividade e a capacitação técnica de empresas brasileiras produtoras de bens de informática, automação e telecomunicações¹⁹.

Os incentivos proporcionados pela Lei estimulam a instalação de fábricas, a contratação de recursos humanos e o aumento da produção de bens de informática para o consumo no mercado brasileiro. Na ZFM tem como prerrogativa que todas as empresas que produzem bens e serviços de informática apliquem, anualmente, no mínimo 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos incentivados, em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) a serem realizadas na Amazônia.

Dentre os incentivos fiscais concedidos estão a redução e suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de acordo com os projetos elaborados e

¹⁹ Disponível em [https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-beneficios-fiscais-da-lei-da-informatica#:~:text=A%20Lei%20de%20Inform%C3%A1tica%20\(Lei,de%20inform%C3%A1tica%2C%20automa%C3%A7%C3%A3o%20e%20telecomunica%C3%A7%C3%B5es](https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-beneficios-fiscais-da-lei-da-informatica#:~:text=A%20Lei%20de%20Inform%C3%A1tica%20(Lei,de%20inform%C3%A1tica%2C%20automa%C3%A7%C3%A3o%20e%20telecomunica%C3%A7%C3%B5es). Acesso em: 20 de agosto de 2020.

submetidos pelas empresas ao Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA/Suframa). Desde sua criação, a Lei da Informática tem desempenhado papel fundamental para que o PIM se tornasse um dos principais polos produtivos no Brasil de bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs).

Ao observar os incentivos para a produção de eletroeletrônicos e a busca por dispositivos cada vez mais com tecnologias avançadas, não somente as smart TVs e os smartphones, e que configuram um novo modo de fazer uso dos aparelhos através das telas, recorre-se à Couldry e Hepp (2017) sobre a terceira onda da midiatização ter consequências de longo alcance para a construção comunicativa do mundo social por meio da digitalização.

No pensamento dos autores pode-se esperar por um maior aprofundamento das relações de interdependência entre os meios de comunicação e as pessoas. Segundo eles, uma proporção crescente da comunicação depende de infraestruturas de comunicação baseadas na coleta e processamento de dados, e o PIM continua a exercer papel importante na produção de eletroeletrônicos cada vez mais utilizados no cotidiano da sociedade e que auxiliam no processo da midiatização profunda.

4.2.2 Datatificação: os incentivos da Lei da Informática

De acordo com Couldry e Hepp (2017), a sociedade encontra-se no estágio da midiatização profunda, onde pode ser identificada a quarta onda, a datatificação, que implica na produção de dados materializados e disponibilizados em espaços digitais. Para Hepp e Hasebrink (2018), o termo datatificação refere-se à digitalização, quando um número crescente de mídias é baseado em *software*, uma das características mais intensa desse estágio da midiatização. Trata-se da relação das comunicações com as mídias digitais, especialmente, com os sistemas digitais de transmissão de dados.

Ao abordar a midiatização profunda, Couldry e Hepp (2017) ressaltam que o aprofundamento tem origem na interação entre o ambiente midiático caracterizado pela crescente diferenciação, conectividade, onipresença e

datatificação, e a interdependência cada vez maior de relações sociais. Nesse estágio, a midiatização é marcada por práticas de usuário que se movem por uma variedade de mídias.

O ambiente midiático de midiatização profunda é caracterizado pelas tendências de uma conectividade intensificada. Por conectividade, queremos dizer principalmente a interconectividade de várias mídias devido à sua digitalização e a infraestrutura da internet. Este é o caso de mídias antigas, como a televisão e a imprensa digital, mas cada vez mais e com referência à comunicação pessoal para 'novas' mídias, como plataformas online e aplicativos de telefonia móvel. Como consequência, há uma estreita relação entre processos mais recentes de midiatização e globalização (HEPP e HASEBRINK, 2018, p. 20, tradução nossa)

Nesse cenário, Hepp (2020) identifica que as mídias digitais são um estágio a mais nesse processo, pois além de serem meios de comunicação, são também meios de coleta automatizada de dados.

Ao retomar a contextualização para a ZFM e sua relação com o desenvolvimento comunicacional-midiático brasileiro e a participação como agente na fase da midiatização profunda, recorda-se que em 2017, o modelo de desenvolvimento regional completou 50 anos de regulamentação, e a produção de eletroeletrônico continua sendo o principal subsetor de faturamento do PIM. Desde então, segue atuando com os benefícios da Lei no 8.387/1991, sendo um instrumento de transformação para a região amazônica.

Até 2020, existiam 57 empresas beneficiárias da Lei Nº 8.387/1991 (SUFRAMA, 2021), dentre elas estavam Britânia Componentes Eletrônicos LTDA, Envision Indústria de Produtos Eletrônicos LTDA, Panasonic do Brasil LTDA, Philco Eletrônicos S.A., Pioneer Yorkey do Brasil LTDA, Positivo Tecnologia S.A., Samsung Eletrônica da Amazônia LTDA e a Semp Toshiba Amazonas S.A. Abaixo, a relação de duas empresas atendidas pelo benefício e as contribuições para a região (Quadro 03)²⁰, a fim de demonstrar algumas das atividades realizadas a partir da utilização dos incentivos.

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/lei-de-informatica/empresas-beneficiarias>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

Quadro 3: Empresas beneficiárias da Lei Nº 8.387/1991 e as contribuições para a região

EMPRESA	Contribuições para a região
Envision Indústria de Produtos Eletrônicos LTDA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências em tecnologias de mídia relacionadas à TV digital e tecnologias relacionadas à indústria 4.0 por meio dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desenvolvidos nessas áreas em parceria com ICTs privadas e públicas. • Investimento em Startups da região por meio do Programa Prioritário de Economia Digital (INDT). • Investimento em programa de aceleração de <i>startup</i> com CITS, Venture Hub e ICTS com o objetivo de trazer empresas de base tecnológica para região e fortalecer ainda mais o ciclo virtuoso de inovação.
Samsung Eletrônica da Amazônia LTDA	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Plataformas de Hardware e Software, Aplicações e Serviços para Dispositivos Móveis (Smartphones e Tablets). • Pesquisa e desenvolvimento em tecnologia 5G. • Pesquisa, desenvolvimento e aperfeiçoamento de plataformas de <i>hardware</i> e <i>software</i>, aplicações e serviços para <i>SmartTV</i>. • Pesquisa, desenvolvimento e aperfeiçoamento de plataformas de <i>hardware</i> e <i>software</i>, aplicações e serviços para <i>Wearables</i>. • Pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de realidade virtual, aumentada, mista e estendida.

Fonte: SUFRAMA, 2021 e APDM, 2022

A maioria das empresas beneficiárias, além de ações de pesquisa e desenvolvimento, atua também no aprimoramento da formação e capacitação profissional junto a instituições de ensino e pesquisa do Amazonas, como a Fundação Matias Machline, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (Ifam).

As mesmas instituições de ensino e pesquisa que recebem formação quando credenciadas no CAPDA/Suframa, podem captar investimentos por meio de convênios com empresas incentivadas produtoras de bens de informática,

tanto de suas obrigações de PD&I externo quanto interno, e de programas prioritários (APDM, 2022).

Ao mobilizar a destinação de recursos para custear PD&I, a Lei Nº 8.387/1991 ensejou a instalação em Manaus de filiais de importantes instituições e centros de pesquisa. E com o objetivo de criar um conjunto de fatores favoráveis ao pleno desenvolvimento do Estado do Amazonas, ainda em 2019, um grupo de representantes de empresas, de Instituições Científicas e de Inovação Tecnológica (ICTs) e de *startups* de tecnologia 100% amazônicas, em sua maioria, deu início à formação da Associação do Polo Digital de Manaus (APDM). Formalizada no início de 2020, durante a pandemia da Covid-19, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja finalidade é trazer representatividade e governança para o ecossistema de TICs de Manaus, a fim de alavancá-lo de forma integrada e organizada, por meio de alternativas viáveis e sustentáveis ao PIM.

Em obra publicada alusiva aos 30 anos da Lei, o Polo Digital de Manaus reconhece que a introdução desta norma se tornou um importante instrumento de transformação para a região amazônica e com papel relevante “para que os objetivos da Estratégia Brasileira de Transformação Digital, no plano regional, possam ser acelerados, somando-se aos esforços empreendidos no Plano Nacional (com fulcro na Lei no 8.248/1991)” (ADPM, 2022, p. 11).

Para compartilhar ainda mais informações sobre o desenvolvimento de produtos na área de TIC em Manaus, projetar a capital amazonense como referência para investidores de fora do país e incentivar novos negócios, desde 2018, ocorre a Feira do Polo Digital de Manaus, com estandes in loco e virtuais para empresas no segmento digital e instituições que atuam em prol da inovação e tecnologia. O evento tem um papel fundamental na área de inovação do Amazonas e possibilita o encontro dos principais atores do ecossistema.

A contextualização sobre o PIM, a Lei da Informática e o Polo Digital de Manaus se relaciona com as proposições de Couldry e Hepp (2017) e Hepp e Hasebrink (2018) sobre a relação das comunicações com as mídias digitais, particularmente, com os sistemas digitais de transmissão de dados por meio da infraestrutura da internet. O que demonstra que, mesmo após mais de meio

século de existência, a ZFM, por meio do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, continua a exercer papel importante no provimento de parte dos aparatos de infraestrutura de produção/recepção do sistema comunicacional midiático do Brasil.

Considerando a atuação da ZFM, nota-se que as próprias indústrias produtoras de eletroeletrônicos atuam como instituições de mídia por oferecerem suportes tecnológicos ao mercado brasileiro. Conforme as mídias ocupam cada vez mais um lugar central nas experiências cotidianas, o modelo de desenvolvimento regional da região amazônica busca alternativas para acompanhar e ser atuante no desenvolvimento e aprimoramento de novos bens de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.3 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO PROCESSO DE MUDIATIZAÇÃO

Ao finalizar o tópico anterior, reconhece-se que Manaus é um dos agentes participantes do processo de midiatização profunda, por meio das indústrias de eletroeletrônicos. Compreende-se também que, a partir da Lei da Informática, os residentes de Manaus, quando vinculados a instituições credenciadas no Capda/Suframa, usufruem dentro do que é permitido de formações e capacitações profissionais oferecidas pelas empresas beneficiárias da política industrial criada na década de 1990. Entretanto, indaga-se sobre o alcance e o impacto, sobretudo, o usufruto dos eletroeletrônicos por parte da população local, tão envolvida na disseminação da quarta onda.

No início dos anos 2000, quando se discutia a produção e fabricação da TV digital no Brasil, Manaus esteve no centro das discussões. Nesse período, Mayer (2009) investigou as relações de poder entre os conglomerados de produção e o mundo de trabalho, a partir da etnografia dos trabalhadores que atuavam na linha de montagem dos aparelhos de televisão na capital do Amazonas.

Olhando para a importância da televisão digital para esta cidade, geograficamente e simbolicamente distante dos centros de formulação da política de comunicação brasileira, podemos ver as condições

políticas, econômicas e sociais que sustentam e, em última análise, contradizem a retórica da televisão digital nacional (MAYER, 2009, p. 03, tradução nossa)

Em seus estudos, Mayer (2007) apontou Manaus como a oitava maior cidade brasileira e um dos principais locais de produção de eletrônicos no Brasil e na América do Sul. A autora destacou a capital do Amazonas como um local importante para compreender como as articulações nacionais da televisão digital estão presas às desigualdades locais de propriedade e poder. “Brasileiros e estrangeiros ainda imaginam a Amazônia como uma fronteira largamente aberta para ser civilizada por capitalistas de fora” (MAYER, 2007, p. 83, tradução nossa).

Na compreensão da autora, os moradores de Manaus poderiam se tornar os principais responsáveis pelo desenvolvimento, fabricação e distribuição de televisores nos âmbitos nacional e talvez internacional. Já os aparelhos de televisão produzidos no PIM, a transmissão e programação prometiam sustentar três segmentos: fabricantes de eletrônicos, emissoras e produtores de imagens. (MAYER, 2009). Entretanto, não é o que ocorreu, conforme contextualizado no capítulo 2 desta tese que trata sobre a criação do setor eletroeletrônico do PIM, quando como consequência da grande expansão do comércio de produtos importados e da grande diminuição da oferta de produtos nacionais, a população utilizava basicamente produtos importados, em geral mais caros que os similares nacionais, que não podiam ser reaproveitados se apresentassem qualquer tipo de defeito (FONSECA, 1982, p. 89).

A compreensão de Fonseca (1982) corrobora com o pensamento de Ferreira (2003) quem afirma que a ZFM ainda não conseguiu ver todo o seu processo de acumulação de capital voltar-se para as principais atividades econômicas e sociais da região, pois todo o dinheiro que entra volta para o controle dos escritórios situados em São Paulo que os repassa, posteriormente, a matriz localizada fora do Brasil, via remessa de lucros.

[...] é triste continuar vendo a peregrinação que a mercadoria produzida na Zona Franca de Manaus faz até chegar ao consumidor amazonense de Manaus ela é encaixotada e despachado diretamente para São Paulo quando depois de todos os trâmites ou burocracias legais é finalmente embarcar de volta para o Amazonas encarecendo ainda mais os seus custos com transporte e implicando no preço final do

produto cobrado pelas lojas e departamentos da cidade (FERREIRA, 2003, p. 37).

As situações aqui descritas se relacionam com o que Oliveira e Lima (2003) discorrem sobre o desenvolvimento regional estar embasado em uma ideia exógena. No caso do PIM, a industrialização a partir de modelos já existentes que buscam mão de obra com custos menores em regiões pouco desenvolvidas, e por Manaus estar geograficamente distante dos centros hegemônicos do capitalismo.

De acordo com Mayer (2007), ao realizar as entrevistas com os agentes envolvidos na produção dos aparatos eletroeletrônicos, foi perceptível a sensação de esquecimento dessas pessoas no processo político que levou à escolha do padrão digital japonês.

Um diretor de fábrica me disse: “Eles vão decidir em São Paulo e depois nos contam”. Esse sentimento, repetido quase literalmente pelo diretor da Confederação dos Sindicatos dos Trabalhadores (CUT) de Manaus, apontava para a óbvia hierarquia que colocava as negociações políticas nas mãos das elites empresariais e trabalhistas do Sul (MAYER, 2007, p. 84, tradução nossa)

Mayer (2007) relata que, no contexto de posição desigual, os grupos que na época atuavam na ZFM, também tinham posições próprias sobre a produção e os efeitos da TV digital no Brasil. Embora com influência limitada no processo político, conseguiram compartilhar visões alternativas de como seria uma mudança tecnológica em massa para a região que produz a tecnologia. “Nem otimista nem pessimista, o sentimento em torno da transição poderia ser mais bem caracterizado como ansioso, incerto e ambivalente” (MAYER, 2007, p. 85, tradução nossa).

Esse contexto evidencia ainda mais o que Pinto e Mignolo (2015) abordam sobre a modernidade como colonialidade, pois segundo os autores, “por trás da retórica de emancipação, desenvolvimento, tecnologia, democracia e direitos humanos também se oculta um projeto de dominação epistêmica, econômica e política” (PINTO e MIGNOLO, 2015, p. 387), uma vez que as empresas do setor eletroeletrônico usufruem dos benefícios fiscais e da

disponibilidade de mão de obra barata. Destinando as vagas de emprego, na maioria das vezes, à população local no 'chão de fábrica' e, em alguns momentos por meio da Lei da Informática, na participação das atividades de PD&I com investimentos das empresas beneficiárias.

Ao pensar sobre o papel da população amazonense no setor de eletroeletrônicos e como resposta aos efeitos da modernidade como colonialidade, há o pensamento das fronteiras/ pensamento fronteiro como a epistemologia da exterioridade. Na concepção de Mignolo (2011), as fronteiras não são apenas geográficas, mas também políticas, subjetivas e epistêmicas, o que implica na existência de pessoas, línguas, religiões e conhecimento atrelados às relações estabelecidas pela colonialidade do poder. Por isso, a pluralidade é a reivindicação principal feita pelo pensamento de fronteira e o motivo para a mudança decolonial.

Nessa perspectiva, reconhece-se a importância da pluralidade na busca da redução das desigualdades na relação entre a população local e o PIM e, conseqüentemente, de evidenciar o papel da ZFM na produção de eletroeletrônicos comercializados no mercado brasileiro. Portanto, no próximo capítulo, encaminha-se para investigar como a cobertura jornalística de periódicos impressos de circulação nacional e local, construiu, discursivamente, a ZFM, considerando o papel do setor eletroeletrônico no processo de midiatização.

5. OS SENTIDOS PRODUZIDOS SOBRE A ZONA FRANCA DE MANAUS

Mobiliza-se as noções de AD e suas ferramentas metodológicas para responder à proposta desta pesquisa que é compreender como os jornais e revistas construíram, discursivamente, a ZFM ao longo de 50 anos, tendo como ponto de partida os nove momentos históricos selecionados e inseridos no cenário das ondas da midiaticização. Desde o início deste percurso, tem-se o questionamento de pesquisa na seguinte dúvida: como a ZFM é abordada discursivamente por jornais e revistas?

Com base nessa questão, o objetivo geral é investigar a cobertura jornalística sobre a ZFM em jornais e revistas de circulação nacional e local, demonstrando quais foram os formadores discursivos utilizados a partir da perspectiva decolonial. Tem como objetivos secundários: 1) Relacionar o setor eletroeletrônico da ZFM com as ondas da midiaticização; 2) Identificar indícios textuais e discursivos da existência de fundamentos teóricos e históricos relacionados ao pensamento decolonial; 3) Compreender como foram construídos, discursivamente, os momentos históricos da ZFM pelos periódicos impressos nacionais e local; 4) Verificar a construção da identidade midiática da ZFM.

Os estudos decoloniais argumentam que a identidade de determinados grupos é afetada pelo discurso de colonialidade, um discurso que emite representação dos indivíduos a partir da inferiorização de raça, sexo e classe. Para pensar de maneira decolonial, admite-se pelos menos três termos: alteridade, interculturalidade e pluriversalidade. Neste capítulo, busca-se identificar as formações discursivas presentes nos textos jornalísticos e, em seguida, comparar para verificar em quais momentos e ondas houve ocorrências da perspectiva decolonial e sua frequência.

Para o dispositivo analítico, tem-se como referência os estudos de Orlandi (2003), Gregolin (1995 e 2007) e Courtine (2016). Rumo à interpretação necessária para responder à questão da pesquisa, retoma-se Mignolo (2008a, 2008b, 2011, 2017), Mignolo e Tlostanova (2009), Quijano (1998, 2005, 2009), Garcia (2004) e Souza (2009).

5.1 FDS NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A ZFM

Em relação ao conceito de SD mobilizado para apropriação de nosso objeto empírico, Courtine (2016) define que:

escolher uma sequência discursiva – enquanto manifestação da realização de um intradiscorso - como ponto de referência a partir do qual o conjunto de elementos do corpus receberá sua organização; relacionar esta sequência discursiva a um sujeito e a uma situação de enunciação determinada; mostrar como o sujeito da enunciação e circunstâncias enunciativas são atribuíveis (referenciáveis) aos lugares dentro dos aparelhos ideológicos de uma determinada conjuntura histórica. Nós chamamos o conjunto de elementos que foram mencionados como as condições de produção da sequência discursiva da referência (COURTINE, 2016, p. 11)

Para a seleção das SDs, recorreu-se ao uso de palavras-chave, que, segundo Courtine (2016, p. 20), “são definidas por meio de hipóteses formuladas a priori sobre a importância desta ou daquela palavra em tal conjunto de discursos”. Diante do nosso problema de pesquisa e dos objetivos definidos, escolheu-se como palavras-chave os termos desenvolvimento regional, logística, progresso e modernidade. Tendo quatro palavras-chave de busca. As SDs foram extraídas de notícias que tratavam sobre a ZFM publicadas nos jornais e revistas selecionados para esta pesquisa.

Como fins de procedimento metodológico, abreviou-se os nomes dos jornais e revistas: Jornal do Comercio- AM (JCAM), O Estado de S.Paulo (OESP), Folha de S.Paulo (JFSP), O Cruzeiro (RCR) e Manchete (RMAN).

Foram selecionados 93 textos jornalísticos (Quadro 04), dos quais recortou-se 109 sequências discursivas (ANEXO I), que fazem alusão direta ou indireta à ZFM.

Quadro 4: Relação de textos selecionados por ano de cada momento histórico

1957		
DATA	TÍTULO	PERIÓDICO
31/07	Zona Franca em Manaus na ordem do dia	JCAM
10/12	Determinação expressa do ministro da agricultura	JCAM
1967		

08/03	Mecor mandará técnicos a Manaus para iniciar implantação da ZF	JCAM
12/03	Manaus mostra êxito da Zona Franca	JCAM
14/04	Zona Franca forçará a baixa do custo de vida de Manaus	JCAM
18/04	Ministro do Interior quer a ZFM diretamente subordinada à Sudam	JCAM
18/04	Governador atento para os altos interesses estaduais no tocante a Zona Franca de Manaus	JCAM
19/04	SJP pede a Costa a regulamentação imediata da ZFM	JCAM
25/04	Dirigentes sindicais estão irmanados na luta pelo funcionamento imediato da ZFM	JCAM
13/05	ZF representa o primeiro passo para a conquista da Amazônia Ocidental	JCAM
13/05	Ministro visita Manaus	OESP
14/05	José Roberto transmitiu a Pacheco direção da ZF	JCAM
20/05	“Semana da Indústria” teve início dando destaque a ZFM	JCAM
13/06	Pequenas Notas - Zona Franca de Manaus	OESP
14/07	Amazônia é desafio à unidade, diz ministro	OESP
02/08	Amazônia terá maior atenção	OESP
02/08	AL convoca a consciência nacional em favor da ZFM	JCAM
03/08	Amazonas pede apoio a ministro	OESP
26/08	Ministros irão à Amazônia	OESP
27/08	GT estudará a Amazônia	OESP
31/08	Ministros vêem Zona Franca	OESP
10/09	Amazônia confiante no governo federal	OESP
14/09	Amazonas ligado ao Brasil finalmente será realidade	JCAM
31/10	Zona Franca de Manaus leva o Amazonas ao progresso	JCAM
25/11	Manaus: polo de desenvolvimento	JCAM
Edição 0795	Pôsto de escuta	RMA
Edição 0812	Amazônia-projeto 1: uma tarefa para hoje	RMA

Edição 0812	Amazônia: conheça a segunda descoberta do Brasil	RMA
Edição 0812	Sudam: o primeiro passo	RMA
Edição 0812	Uma porta aberta para a riqueza	RMA
Edição 0053	Manaus: cidade no coração da selva	RCR
Edição 0063	A nova face do Amazonas	RCR
1970		
19/02	Industriais de SP chegam hoje para ver realidade amazonense	JCAM
15/04	Rádio na Amazônia não capta o Brasil	OESP
Edição 0927	Amazônia: aqui o homem vence a natureza	RMA
Edição 0927	Assim se conquista a selva	RMA
Edição 0935	Guia prático do investidor	RMA
1984		
26/01	Maluf promete existência da ZF sem tempo limitado	JCAM
03/07	Mário Andreazza chega hoje e inaugura obras da Suframa	JCAM
11/08	Zona Franca	OESP
1986		
08/01	Empresário faz crítica à Suframa	JCAM
16/01	Zona Franca de Manaus prorrogada por Sarney	OESP
28/02	Zona Franca comemora hoje 19 anos	JCAM
24/12	Uma nova escola em Manaus	OESP
Edição 1768	Zona Franca de Manaus: plataforma de exportações	RMA
1988		
09/01	Em Manaus, limite maior para compra	OESP
19/01	Manaus, parque eletrônico	OESP
28/02	Zona Franca, um projeto vitorioso	JCAM
28/02	Reitor defende maior integração	JCAM

28/02	Incentivos à produção: reflexos sobre o modelo Z. Franca de Manaus	JCAM
28/02	Comércio “decolou” com a Zona Franca	JCAM
11/05	Aécio busca maior exposição na TV com anúncios regionais	JFSP
04/09	Manaus atrai investidores estrangeiros	OESP
06/12	Zona Franca rejeita restrição	OESP
2003		
09/09	Produção aumenta no PIM	JCAM
02/10	Governador não define apoio	JCAM
12/11	Samsung transfere fábrica de Manaus para SP	OESP
2014		
12/02	União Europeia questiona Zona Franca	JCAM
14/02	UE deve acionar juízes contra o Brasil na OMC	OESP
15/02	Dilma volta atrás e vai à cúpula com a UE.	OESP
24/02	Dilma critica ação da União Europeia contra incentivos à indústria brasileira	JFSP
25/02	Em Bruxelas, Dilma critica UE por contestar Zona Franca e Inovar-Auto	OESP
28/02	Suframa: 47 anos	JCAM
28/02	Aniversário repercute na Câmara	JCAM
28/02	Focos de desenvolvimento em discussão	JCAM
28/02	Modelo ZFM é mais que indústrias	JCAM
14/03	Tensão pré-votação divide bancada local no Congresso	JCAM
11/05	Aécio busca maior exposição na TV com anúncios regionais	JFSP
26/06	Investimentos no PIM crescem mais no quadrimestre	JCAM
16/07	Lideranças locais esperam que ZF seja prorrogada hoje	JCAM
17/07	Zona Franca de Manaus é prorrogada por mais de 50 anos	JCAM

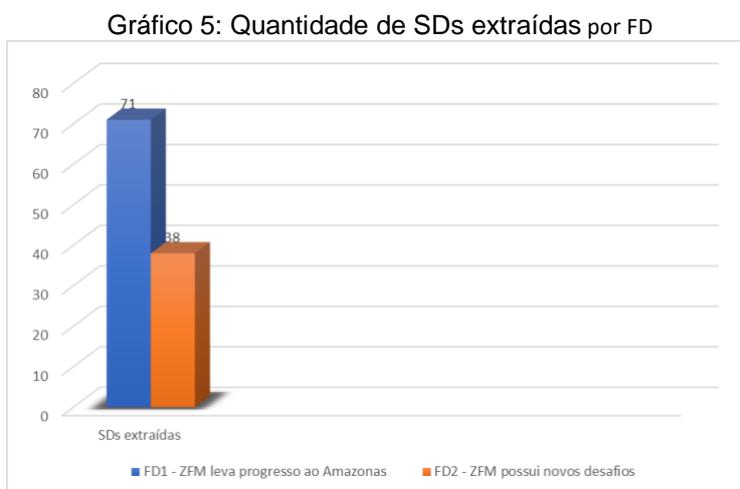
18/07	Aprovação amplia velha discussão	JCAM
18/07	Prorrogação exige novo planejamento para indústria local	JCAM
05/08	Benefícios da Zona Franca de Manaus valem agora até 2073	OESP
06/08	Garantidos mais 50 anos para ZFM	JCAM
25/08	Polo abre novo horizonte para ZFM	JCAM
29/08	Primeiro debate no AM tem ataques ao governo e críticas à infraestrutura	JFSP
01/09	Investimentos 'fogem' de Manaus	JCAM
03/11	Decisão europeia fortalece ZFM	JCAM
10/11	Amazônia morre e jornais não veem	JFSP
04/12	Custos na ZFM inviabilizam pesquisas de novos produtos	JCAM
05/12	'Concessionápolis', vitrine da privatização	OESP
2017		
28/02	Desafio agora é o da biotecnologia	JCAM
28/02	Pesquisas para o desenvolvimento	JCAM
30/04	Além da Zona Franca	JFSP
24/05	Guerra fiscal à vista no Congresso	JCAM
30/08	Visibilidade contra a ignorância	JCAM
22/10	A constante luta em defesa da ZFM	JCAM
27/10	ZFM é destaque em publicação internacional	JCAM
22/11	Usina de falácias	OESP
03/12	Aos 50 anos, Zona Franca é debatida em seminário	JFSP
07/12	Meirelles reconhece que governo não tem votos suficientes para aprovar a reforma da Previdência	OESP
08/12	Temer amplia prazo para empresas regularizarem situação em Lei de Informática	OESP

Fonte: própria autora

Em seguida, partiu-se para o movimento de identificação das FDs. Conforme observação voltada para esta pesquisa, a demarcação desse processo está ancorada em duas formações discursivas:

- FD1 - ZFM leva o Amazonas ao progresso
- FD2 - ZFM precisa se reinventar

A partir das duas formações discursivas, identificou-se 05 posições-sujeito nos discursos dos três jornais e das duas revistas analisadas. Na FD1: 'ZFM leva o Amazonas ao progresso' se obteve três posições-sujeito: PS1 - ZFM tem logística difícil; PS2 - Regulamentação da ZFM é necessária; PS3 - ZFM gera desenvolvimento e modernidade à região amazônica. Na FD2 'ZFM possui novos desafios' foram identificadas duas posições sujeito: PS4 - Promover a exploração sustentável da biodiversidade amazônica; PS5 - ZFM gera pouco retorno ao Brasil e à região Norte. Abaixo, o Gráfico 5 com a quantidade de SDs extraídas por FD.



A seguir, procede-se à interpretação das formações discursivas dos textos jornalísticos e apresenta-se as SDs, que exemplificam o mapeamento realizado nesta pesquisa, acerca das posições-sujeito sobre a cobertura jornalística da ZFM nos jornais e revistas. Inicia-se a análise sobre o funcionamento discursivo a partir das posições inscritas no domínio da FD1 - ZFM leva o Amazonas ao progresso, destacando os elementos constituintes a partir das sequências discursivas identificadas. Evidencia-se que o jornalismo como relato, narra os acontecimentos, transforma-os em algo novo e,

necessariamente, diferente do próprio acontecimento: a notícia. “Ao relatar, o jornalista recorta uma parte da realidade, enfoca um ponto de vista, recolhe alguns testemunhos, retira este ou aquele trecho da fala do entrevistado, resume e relacione estes ou aqueles dados (MOURA, 2012, p. 329).

5.1.1 FD1 - ZFM leva o Amazonas ao progresso

A seguir, procede-se à análise da primeira FD, e a mais recorrente nos textos dos jornais e revistas analisados, sendo constituída por dizeres relacionados às dificuldades logísticas do Amazonas, a demora pela regulamentação da ZFM e a geração de desenvolvimento e modernidade à região amazônica.

A análise evidenciou que 65% dos dizeres dos jornais sobre o tema estão inscritos e se originam nesta FD que engloba três posições-sujeito (PS1 - ZFM tem logística difícil, PS2 - Regulamentação da ZFM é necessária e PS3 – ZFM gera desenvolvimento e modernidade à região amazônica). Abaixo, Quadro 05 com a quantidade de SDs em cada posição-sujeito.

Quadro 5: Posições-sujeito correspondente à FD1

FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD)	Posições-sujeito (PS)	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SD)
	PS1 - ZFM tem logística difícil	08
	PS2 - Regulamentação da ZFM é necessária	16

FD1 - ZFM leva o Amazonas ao progresso	PS3 – ZFM gera desenvolvimento e modernidade à região amazônica	47
Total: 71 sequências discursivas		

5.1.1.1 PS1 - ZFM tem logística difícil

A resolução de 1967 tinha como propósito regulamentar as atividades da ZFM, e criar condições econômicas para permitir o desenvolvimento do modelo de desenvolvimento econômico, diante dos fatores locais e distância dos centros consumidores de seus produtos. Ao assumir a posição-sujeito 1, no interior da FD1, os jornais e revistas enfatizam a constante dificuldade de acesso à região a partir dos centros de tomadas de decisões.

As publicações apresentam discursos que demonstram características do pensamento colonial, como a inferioridade dos espaços. No caso da Amazônia Ocidental, não se pode mudar uma região de local e nem deve ser considerada por estar longe ou perto, fazendo-se necessário pensar na ausência de infraestrutura que deveria ser proposta antes mesmo da atividade econômica para verificar as viabilidades, pertencendo ao poder público o dever de diagnosticar os principais entraves e construir soluções efetivas.

Sabe-se que mesmo com o bom desempenho de indicadores, conforme demonstrado anteriormente nesta pesquisa, o desenvolvimento do modelo não foi acompanhado de avanços equivalentes em infraestrutura de transporte e armazenagem.

A dificuldade devido à distância dos mercados consumidores dos produtos do PIM estão presentes nos textos que abordam, principalmente, os reflexos da ZFM para a economia, conforme as SDs abaixo.

(SD027) Do ponto de vista exclusivamente econômico, não é, portanto, viável produzir em Manaus um televisor ou qualquer outro bem industrial que dependa de matérias-primas oriundas de locais distantes, **oneradas por custos de transporte**, ante à alternativa de fabricá-lo a um custo menor em São Paulo. O fato de a capital

amazonense **se encontrar também afastada dos mercados de consumo**, eleva o grau de **inviabilidade econômica para produzir e distribuir produtos industriais a partir de Manaus** (JCAM -28 de fevereiro de 1988)

(SD060) Segundo o ministro, a zona franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com o objetivo de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que **permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e das grandes distâncias a que se encontram os centros consumidores de seus produtos** (OESP - 02 de agosto de 1967)

As SDs acima datam de décadas do século XX. Ao observar as demais sequências pertencentes à PS1, identifica-se que a questão de logística continuou a ser assunto abordado pela imprensa mesmo após as prorrogações, quando a permanência dos incentivos, principal atrativo para as empresas, continuou vigente.

(SD045) O **vazio logístico no Amazonas e falta de integração nacional** estão fazendo com que investimentos fujam do PIM (Polo Industrial de Manaus). Se não bastasse esse vazio, a indústria e o comércio ainda precisam ficar em stand by sobre a definição eleitoral para a **viabilização de qualquer projeto logístico de integração nacional**, por parte do governo federal (1º de setembro de 2014)

(SD052) A proposta preocupa os profissionais tributários e os parlamentares, que ressaltam que a partir da isenção do imposto haverá menor arrecadação fiscal ao Estado e também menor competitividade industrial, ao considerar o **problema logístico que o Amazonas enfrenta em relação às demais regiões do país** (24 de maio de 2017)

As SDs assinalam que os custos logísticos pagos pelas empresas sediadas no PIM são altos devido às grandes distâncias dos centros importadores de insumos e dos centros consumidores dos produtos produzidos na ZFM. Preconiza-se aqui o “*pensamento del borde*” idealizado por Mignolo e Tlostanova (2009), na busca pela descolonização do pensamento e do ser, acreditando que todos têm o direito ao mesmo espaço, sem restrições de línguas, raças e religiões e respeitando cada povo com sua cultura, sem estabelecer um lado superior ou inferior. Entretanto, as SDs reforçam ainda os sentidos de uma região com um “vazio logístico” e com “falta de integração” com as demais regiões brasileiras, nos anos de 2014 e 2017.

5.1.1.2 PS2 - Regulamentação da ZFM é necessária

Tal posição-sujeito trabalha com a ideia de regulamentar o modelo, de inserir a ZFM em um padrão de desenvolvimento e aponta os possíveis impactos sobre a região amazônica. No final do século XIX, com o Ciclo da Borracha, a capital do Amazonas, viveu o apogeu da exploração e comercialização do látex. Porém, no início do século XX, a cidade encerra sua época de ouro e só retorna ao cenário nacional, principalmente, a partir de 1967, com a regulamentação da ZFM. “A reformulação da Zona Franca de Manaus teve repercussão imediata entre as classes empresariais, as instituições governamentais, a elite de técnicos e a imprensa local, sinalizando um novo capítulo na História da economia regional” (GARCIA, 2004, p. 49).

Essa repercussão é vista na edição do JCAM, de 1º de março de 1967. Um dia após a regulamentação da ZFM, o jornal apresentou como título ‘Manaus dentro da Zona Franca’ e trouxe no texto da capa, na íntegra, os seis primeiros artigos do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e quatro personalidades para abordar sobre o fato “que, efetivamente, representa o surgimento de uma nova fase para o progresso amazonense”. Ainda nessa edição, o ex-governador Danilo Areosa, Jorge Furtado, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Jorge Baird, da Secretaria da Fazenda, e o deputado federal Raimundo Parente foram os entrevistados e ambos viam no decreto um ato de preocupação do Governo Federal com a situação do Amazonas e que ele beneficiaria todos no caminho para o desenvolvimento e progresso do Estado.

Ao ter a ZFM regulamentada, Manaus foi inserida no processo de modernização, o que traria desenvolvimento para a cidade considerada distante dos grandes centros nacionais de tomadas de decisões, a partir das normas estabelecidas pelo governo militar da época que tinha como preocupação a proteção das fronteiras com outros países latino-americanos, como Colômbia e Peru, sob o lema nacionalista ‘Integrar para não entregar’.

(SD010) O Ministério do Interior considera necessário **instituir o quanto antes a regulamentação da Zona Franca para evitar abusos**, mas não julga razoável que a priori seja anulada uma das condições favoráveis para investimentos, quando esta faz parte de um

conjunto integrado de incentivos indispensáveis ao desenvolvimento da região. (13 de maio de 1967)

(SD056) O ministro do Interior, general Albuquerque Lima, declarou ontem considerar da **maior necessidade a regulamentação imediata da Zona Franca de Manaus “para evitar abusos”**, e que a Superintendência daquele organismo deve atuar em estreita ligação com a SUDAM (OESP - 13 de maio de 1967)

(SD075) **Se a abertura de fronteiras não acontecer**, afirmou, a Zona Franca ficará em perigo. **“A modernização é necessária** e para tal acho importante que a Zona Franca seja um portal de entrada de novas tecnologias”. (06 de dezembro de 1988)

Os sentidos nas SDs 010, 056 e 075 indicam uma certa urgência e preocupação em encaixar Manaus em um modelo criado nos moldes do sistema capitalista com base na Europa ocidental, que desconsidera as peculiaridades das minorias, no caso, as características de uma região até então considerada distante e com baixa densidade demográfica, por isso, a preocupação em ocupar este espaço de maneira urgente.

Uma nova fase foi iniciada em Manaus-AM, e a cidade passou a ser vista como um local para turismo de compras até o início da década de 90, o que foi alterando também a própria dinâmica e identidade do município. Conforme a ZFM ia se desenvolvendo, a imprensa local noticiava reforçando as características de uma identidade muitas vezes ainda presa aos relatos dos colonizadores. Como corrobora Gregolin (2007), “[...] ao acompanhar alguns trajetos de sentidos em textos da mídia, podemos perceber sua função na produção social das lutas pelas construções/reconstruções das identidades” (GREGOLIN, 2007, p. 23). Conforme, SDs:

(SD014) De acordo com os despachos telegráficos da Meridional, o titular do Ministério do Interior vê na ZFM um **meio absolutamente necessário de ocupar a Amazônia Ocidental por nacionais**, “antes que surjam ameaças extraterritoriais” (JCAM - 02 de agosto de 1967)

(SD061) As ações do governo federal que **objetivam a ocupação efetiva da Amazônia** serão estudadas por um grupo de trabalho interministerial criado pelo presidente Costa e Silva ao aprovar exposição de motivos do ministro Afonso Albuquerque Lima, do Interior. (27 de agosto de 1967)

(SD062) Será necessário um entrosamento mais objetivo com os demais órgãos e instrumentos da ação federal, para o imediato equacionamento global das medidas que devam ser tomadas em benefício da região que é **fator de segurança nacional, como do progresso do país.** (OESP - 27 de agosto de 1967)

Sabe-se que nos primeiros anos, a ZFM exerceu notável relevância por ser vista como o início de uma fase histórica que tinha como objetivo a implantação da modernização na região Amazônica. No entanto, como consequência da modernidade, há a fragmentação da sociedade. Nesse contexto, percebe-se que mesmo com o propósito do progresso por meio da ZFM, houve divergências em que nem todos os indivíduos conseguiram usufruir das vantagens que a modernidade proporciona, como oferta de empregos para todos que atraiu imigrantes e ocasionou uma explosão demográfica na capital do Amazonas (SOUZA, 2009).

5.1.1.3 PS3 - ZFM gera desenvolvimento e modernidade à região amazônica

Tal posição-sujeito é predominante nos textos jornalísticos analisados. Com a regulamentação da ZFM, os periódicos impressos tiveram um papel fundamental na divulgação dos ideais da modernidade e contribuíram até mesmo para moldar a identidade da sociedade da época que recebeu influências de cidades nacionais e internacionais. A partir deste momento, os jornais e revistas atuaram na propagação dos ideais da ZFM, conforme SDs a seguir:

(SD016) A Zona Franca, instituída há poucos meses, está **levando o progresso à Amazônia**. No próximo dia 6, uma empresa aérea inaugurará o voo Rio-Manaus-Miami. (JCAM - 31 de outubro de 1967)

(SD030) O primeiro passo para desenvolver a economia do Amazonas já foi dado com a prorrogação da ZFM, segundo Carlos Braga. Ele diz acreditar que o **desenvolvimento de toda a Amazônia vai ser desencadeado pelo Amazonas** e que a região amazônica vai representar o Brasil futuramente. (JCAM - 02 de outubro de 2003)

(SD069) Segundo presidente José Sarney, “nenhuma decisão diminuirá o âmbito, as atribuições e a destinação da Zona Franca de Manaus”, acrescentando que ela, prorrogada, “continuará a ser um **polo de fortalecimento da economia e um posto avançado para o desenvolvimento da indústria e do comércio** do país, e também um trampolim avançado no setor de exportações (OESP - 16 de janeiro de 1986)

(SD096) A Zona Franca de Manaus, que permite a importação de produtos isentos de taxas alfandegárias, deu **vida nova à cidade** (RMAN - 1967 - Edição 0812)

Os mesmos sentidos de região ainda a ser explorada pelo novo, foram aspectos disseminados também no processo de colonização da Amazônia, quando os indígenas foram tratados como seres inferiores em relação aos colonizadores, e a região longe de se tornar um lugar considerado moderno e civilizado devido às suas peculiaridades. São essas especificidades regionais que foram e muitas vezes ainda são percebidas com diferença pelo outro, independente do tempo.

É observada nas SDs da PS3 sentidos de um progresso talvez tardio e o ideal de salvação para a região, conforme a seguir:

(SD013) Com palavras também de confiança em que a Zona Franca de Manaus **promova o progresso industrial da região**, o Governador Danilo de Matos Areosa encerrou a solenidade de abertura da “Semana da Indústria” (JCAM - 20 de maio de 1967).

(SD109) O Amazonas está **despontando para o mundo com uma nova face**, em que se mistura a magia de sua vida primitiva, o fausto do seu passado recente e as hesitações de suas dificuldades atuais com os preparativos para uma **arrancada definitiva no rumo do desenvolvimento**. (RCR - Ano 1967 - Edição 0063)

Ao trazer os sentidos de um progresso tardio e salvação para a região, direciona-se para o pensamento de Quijano (2005) quem afirma que a modernidade trouxe a ideia de progresso e da salvação nos campos da cultura, economia e política, além da universalidade, procurando organizar as nações a favor da ordem. Com origem europeia, definiu territórios a partir da lógica da inclusão e exclusão por meio de diferenciações, como raça, classe e gênero. Quijano (2005) esclarece que a elaboração do processo de modernidade “[...] produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 126).

5.1.2 FD2 - ZFM possui novos desafios

Nos textos coletados, esta Formação Discursiva é a menos predominante e é composta por duas posições-sujeito que aparecem em 35% das sequências analisadas. Ela reúne sentidos que remetem à busca por novas perspectivas para o desenvolvimento da região da Amazônia Ocidental, além de trechos que

causam polêmica sobre o retorno de investimentos da ZFM para o Brasil e para a região Norte. Abaixo, Quadro 06 com a quantidade de SDs em cada posição-sujeito.

Quadro 6: Posições-sujeito correspondente à FD2

FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD)	Posições-sujeito (PS)	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SD)
FD2 - ZFM possui novos desafios	PS4 - Promover a exploração sustentável da biodiversidade amazônica	20
	PS5 - ZFM gera pouco retorno ao Brasil e à região Norte	18
Total: 38 sequências discursivas		

5.1.2.1 PS4 - Promover a exploração sustentável da biodiversidade amazônica

Tal posição-sujeito demonstra preocupação com o futuro da ZFM, as SDs selecionadas para esta seção são de textos jornalísticos publicados, principalmente, em momentos de prorrogação do modelo de desenvolvimento regional. As próprias publicações reconhecem a urgência em pensar alternativas ao PIM ou até mesmo encontrar propostas para fortalecer o setor industrial, e não permanecer somente com a ideia de modelo até hoje em atividade. Abaixo, SDs que remetem aos sentidos sobre pensar soluções para a região:

(SD025) A continuidade da Zona Franca de Manaus como polo de desenvolvimento da Região Amazônica está diretamente ligada à formação de uma mão-de-obra especializada, **promovendo tecnologia regional a partir de recursos da própria região**. A proposta é do reitor da Fundação Universidade do Amazonas (FUA), Roberto Vieira, que apesar de reconhecer que o modelo já demonstra a sua viabilidade e ter tido a abordagem no sentido de **permitir o pleno desenvolvimento da região** (JCAM - 28 de fevereiro de 1988)

(SD029) Na opinião de Corrêa a prorrogação da ZFM (Zona Franca de Manaus) por mais dez anos é um bom sinalizador, mas que os governantes não se apeguem somente ao modelo para gerar emprego. **É necessário criar alternativas de desenvolvimento na região**, principalmente para o interior e com isso evitar o êxodo rural. “Já se passaram 36 anos e os governantes não conseguiram **encontrar outras opções, significativas que não seja o polo**”, assinalou. (JCAM - 09 de setembro de 2003)

(SD038) Prorrogação do modelo até 2073 abre espaço para **novos caminhos ao polo industrial** (JCAM - 18 de julho de 2014)

(SD042) A classe empresarial espera que, com os incentivos prorrogados, haja mais atração de novos investimentos e diversificação da base industrial, com o fortalecimento de novos segmentos, sobretudo os que **priorizam o aproveitamento dos recursos naturais da região** (JCAM - 17 de julho de 2014)

(SD050) O futuro do Amazonas e do modelo Zona Franca de Manaus está no **uso sustentável da biodiversidade e na biotecnologia**. A garantia é do governador José Melo que aponta o **conhecimento tecnológico como arma necessária para transformar a riqueza da flora e fauna em produtos fitoterápicos e de beleza**, uma alternativa para saciar fome e salvar vidas (JCAM - 28 de fevereiro de 2017)

Nesta PS4, o JCAM predomina com textos publicados, sobretudo, em fevereiro, mês de aniversário da ZFM, e em outubro, mês de aniversário da cidade de Manaus, datas em que são produzidas edições especiais. Os textos do periódico manauara apresentam indício decoloniais ao procurar retratar a constante luta em defesa da ZFM, tendo em vista a prorrogação das atividades do modelo e a busca por benefícios e facilidades para alavancar cada vez mais os setores que vivem dos recursos do PIM, após 50 anos de existência, abrangendo possibilidades para a exploração econômica sustentável da biodiversidade e estimulando oportunidades que podem movimentar diferentes aspectos da economia regional.

Os indícios decoloniais estão no sentido promover o desenvolvimento da região a partir das especificidades locais, são comuns nos textos da PS4 encontrar os trechos “para o pleno desenvolvimento da região” e “aproveitamento dos recursos naturais da região” em busca de alternativas para a região, como na seguinte SD089: “Estado do Amazonas pode e precisa **diversificar sua economia e levar desenvolvimento para além de sua**

capital, que concentra as empresas da Zona Franca e quase 80% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual” (JFSP - 30 de abril de 2017).

5.1.2.2 PS5 - ZFM gera pouco retorno ao Brasil e à região Norte

Esta PS5 remete a sentidos, essencialmente, críticos sobre o retorno dos investimentos aplicados na região, onde há uma preocupação com o destino dos recursos aplicados. Abaixo, as SDs que apresentam os sentidos:

(SD078) Os europeus **questionam incentivos fiscais** dados pelo governo a diversos setores além das regras da zona franca. (OESP - 14 de fevereiro de 2014)

(SD083) A Zona Franca de Manaus, que consome 0,38% do PIB em renúncias fiscais, também não atinge seus objetivos. É um programa que deveria ser provisório, **sustentado apenas para induzir o desenvolvimento regional**. Mas já tem 50 anos, sua **extinção vai sendo sucessivamente prorrogada** e sua indústria exporta uma irrelevância, porque montada em bases artificiais e **altos custos logísticos** não consegue ser competitiva. Não menos importante, a **Zona Franca não consegue emancipar a Amazônia**. (OESP - 22 de novembro de 2017)

Desde sua regulamentação, a ZFM recebe críticas sobre seu modo de atuação, conforme pode ser vista nas SD021 e SD022. Na maioria das sequências identificadas da PS5 estão sentidos que se voltam para a dificuldade da logística e destinação de incentivos maiores para a região. Tais SDs do PS5 podem ser observadas nos textos que tratam sobre a contestação da União Europeia em relação às vantagens fiscais concedidas pelo governo brasileiro à ZFM, sobretudo nos jornais de circulação nacional, onde há o predomínio da perspectiva da colonialidade:

(SD078) Os europeus **questionam incentivos fiscais** dados pelo governo a diversos setores além das regras da zona franca. (OESP - 14 de fevereiro de 2014)

(SD083) A Zona Franca de Manaus, que consome 0,38% do PIB em renúncias fiscais, também não atinge seus objetivos. É um programa que deveria ser provisório, **sustentado apenas para induzir o desenvolvimento regional**. Mas já tem 50 anos, sua **extinção vai sendo sucessivamente prorrogada** e sua indústria exporta uma irrelevância, porque montada em bases artificiais e **altos custos logísticos** não consegue ser competitiva. Não menos importante, a **Zona Franca não consegue emancipar a Amazônia**. (OESP - 22 de novembro de 2017)

(SD092) Apesar de ter tido seus benefícios estendidos pelo congresso até 2073, a Zona Franca de Manaus, criada 50 anos, é questionada por alguns economistas, que **enxergam pouco retorno para o Brasil e para a região** (JFSP - 03 de dezembro de 2017)

Considerando que a ZFM também possui a função de gerar empregos para a população, algo importante em uma localidade que até o momento não possui, estruturalmente, uma grande diversidade de atividades econômicas para a geração de renda. As SDs direcionam a pensar que o modelo de desenvolvimento não gera qualquer retorno local, entende-se que a preocupação em noticiar está voltada para o escoamento de investimentos para fora do Estado do Amazonas, onde estão instaladas as sedes das empresas com unidade em funcionamento no PIM.

5.2 SÍNTESE DA INTERPRETAÇÃO DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E A RELAÇÃO COM O PROCESSO DE MEDIATEZAZÃO

Nas FDs identificadas há o predomínio de sentidos de colonialidade, independente do periódico ser nacional ou local (Amazonas). Em todos os momentos históricos da ZFM e nas três fases estabelecidas pelas ondas da mediação (eletrificação, digitalização e dataficação), a colonialidade está presente.

Os jornais e revistas desempenham um papel fundamental na divulgação de informações sobre a região, influenciando a forma como ela é percebida tanto nacional quanto internacionalmente. No entanto, é importante reconhecer que esses discursos são mediados por uma série de interesses políticos, econômicos e culturais, que reforçam discursos coloniais e marginalizam as vozes locais.

A perspectiva nacional segue orientada pelos interesses da região Sudeste, sobretudo, São Paulo e RJ, onde está a indústria editorial brasileira da mídia de referência. São raras as SDs em que os sentidos do pensamento decolonial estão inseridos e, quando sobressaem, são em textos produzidos pelo JCAM.

Ao buscar aproximar as FDs das ondas da mediação, as marcas coloniais estão em evidência nos discursos, principalmente, da primeira e

segunda ondas (eletrificação e digitalização), quando se remetem ao progresso (logística, regulamentação necessária e modernidade à região). São momentos que a ZFM vivenciava o comércio, a produção e a industrialização de eletroeletrônicos.

Os discursos coloniais presentes nas duas primeiras ondas estão historicamente enraizados nas estruturas de poder e perpetuam visões estigmatizadas sobre a região amazônica e seus habitantes. Esses discursos tendem a subalternizar as culturas locais, desvalorizar seus saberes tradicionais e explorar os recursos naturais da região em benefício de interesses externos.

Em seguida, na terceira onda (datatificação) ao relacionar com a FD2-ZFM possui novos desafios, quando os veículos analisados indicaram a necessidade de promover a exploração sustentável da biodiversidade amazônica e o pouco retorno do modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil e à região Norte, apenas os conteúdos do JCAM apresentaram sentidos decoloniais. Momento em que o jornal local apontou possíveis alternativas para aprimorar a Zona Franca de Manaus, sugestões que buscavam inserir cada vez mais características da região nas atividades da ZFM, reconhecendo cultura e peculiaridades do estado do Amazonas.

Mesmo com o JCAM apresentando sentidos decoloniais em alguns materiais veiculados, a predominância foi de sentidos coloniais que reforçam relações de dominação, desigualdade e exploração, dificultando até mesmo perceber a relação que a ZFM possui com o processo de midiatização no Brasil nas três ondas aqui apresentadas.

Os veículos jornalísticos permanecem influenciados por questões de poder e autoritarismo. E essas influências estão presentes, na maioria das vezes, desde as constituições dos povos e interferem no mundo contemporâneo e na visibilidade de determinadas culturas, o que também determina o funcionamento e o direcionamento que os meios de comunicação de massa dão aos fatos ocorridos na sociedade. Por isto, estabeleceu-se uma discussão onde o pensamento decolonial e *del borde* se mostram adequados para viabilizar a necessidade da busca constante pelo descolonial e ir contra o entendimento de universal da modernidade.

Adiante e frente às desigualdades reforçadas com o início das atividades da ZFM e que existem desde o período colonial e permearam o Ciclo da Borracha, observa-se as consequências da modernidade e a necessidade do “*pensamento del borde*” proposto por Mignolo e Tlostanova (2009), justificativa para uma mudança que procura romper a colonialidade pertencente ao processo de modernização, onde todos participam, mas com diferentes posições de poder a partir do capitalismo considerado como um novo padrão de poder mundial.

Os autores ressaltam que o espaço para o pensamento *del borde* prosperar está nas colônias e ex-colônias locais dos impérios subalternos, onde pessoas foram multi-marginalizadas e cujas vozes foram negadas pela modernidade ocidental. “São mudos colonizados pelos impérios subalternos que se dividem entre o original da cultura ocidental (agora acessível a eles) e as más cópias de seus impérios subalternos” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009, p. 12, tradução nossa). Colocam ainda este pensamento na encruzilhada de histórias locais e projetos globais, e assinalam que um dos pontos de vista comuns sobre a modernidade e a globalização é conceber a primeira em contraste com a modernidade alternativa e a última em contraste com o local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De Paris dos Trópicos à cidade-sede da ZFM, dois momentos importantes para o desenvolvimento da capital do Amazonas. De maneira histórica, observou-se as mudanças no cenário local presentes até hoje como consequência do processo de modernidade, principalmente, ao longo do ciclo da borracha, quando se constituiu um espaço moderno tendo como modelo a cidade de Paris. Após viver uma crise econômica com o fim da exploração do látex, décadas mais tarde, em 1967, ocorreu a regulamentação da ZFM, com a finalidade de impulsionar o crescimento econômico da Amazônia Ocidental, por meio principalmente do comércio e indústria de eletroeletrônicos.

A princípio, o viés teórico adotado na proposta permitiu explorar as interconexões entre a ZFM, a mídiatização e os discursos coloniais e decoloniais, com o intuito de investigar os desdobramentos do modelo econômico nos veículos jornalísticos impressos, e assim a contribuição da zona franca implantada na região Norte para o processo de mídiatização no Brasil, por meio dos sentidos presentes nos discursos dos textos jornalísticos. Ao longo deste estudo, examinou-se as implicações políticas, econômicas e culturais desses elementos, buscando contribuir para uma reflexão mais profunda sobre as estruturas de poder, as representações midiáticas e as possibilidades de transformação.

A partir do material analisado inferiu-se que essa região tem sido historicamente marcada por relações de poder assimétricas. Os discursos coloniais, enraizados nas estruturas de poder dominantes, têm perpetuado visões estereotipadas da região, marginalizando suas culturas e contribuindo para a desigualdade socioeconômica.

Esses discursos coloniais tendem a retratar a ZFM como uma terra exótica, reforçando a ideia de que a região e seus habitantes são inferiores e necessitam de uma intervenção externa para se desenvolverem. Essa narrativa desconsidera a riqueza cultural e os conhecimentos tradicionais das comunidades locais, contribuindo para a subalternização e a perda de autonomia

desses grupos. Essa visão compromete em reconhecer Manaus como um espaço importante no processo de midiatização brasileiro.

A observação até aqui empreendida permitiu evidenciar a trajetória da ZFM, em especial no setor de eletroeletrônico, a qual foi possível identificar perspectivas contrárias ao pensamento decolonial, sendo que este emerge como uma crítica a estruturas coloniais, valorizando as vozes e os saberes locais, promovendo a reivindicação da autonomia e a valorização das culturas amazônicas. Esses discursos destacam a importância de reconhecer a diversidade cultural, a visão indígena e a relação harmoniosa com o meio ambiente, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais equitativa e sustentável para o desenvolvimento da região.

Os discursos com sentidos coloniais nos textos analisados revelam a noção de subalternidade no processo de midiatização no Brasil, comprometendo o reconhecimento de Manaus como importante polo produtor de aparatos eletroeletrônicos. Os discursos coloniais, embutidos nos conteúdos jornalísticos, reforçam a dominação, a exploração e a desigualdade entre os atores envolvidos nesse contexto. Esses discursos sustentam uma visão eurocêntrica da região, reforçando estereótipos prejudiciais e perpetuando relações desiguais de poder.

Assim, Manaus se torna um lugar pertinente para compreender como as articulações de produção de eletroeletrônicos estão ainda presas às desigualdades locais e nacionais de propriedade e poder. E o jornalismo possui papel importante na representação e construção simbólica da zona franca, observando como ela molda percepções e influencia as narrativas em torno desse espaço.

Aqui retomo o uso do eu para apresentar os desafios enfrentados no decorrer do percurso investigativo desenvolvido até a conclusão desta versão da tese, incluindo os dois primeiros anos intensos da pandemia da Covid-19. Assim, como possibilidades de perspectivas para novos trabalhos que envolvam a ZFM no contexto do campo da Comunicação.

Desde o ingresso ao Poscom/UFSM até esta versão da tese, diversas foram as configurações feitas nesta pesquisa, mudou-se o objeto e os objetivos de pesquisa. No início, pretendia-se estudar a história do jornalismo manauara,

com o avanço das disciplinas no curso, percebi a importância do setor eletroeletrônico do PIM para o processo comunicacional brasileiro. Assim, iniciei a busca por leituras sobre a origem das zonas francas pelo mundo. Uma das primeiras dificuldades identificadas foi a aquisição das obras, pois em 2020, teve início o primeiro ano da pandemia da Covid-19, e as encomendas de livros via Correios foram prejudicadas em razão do *lockdown*, medida preventiva obrigatória com o objetivo de desacelerar a propagação do Coronavírus. Além da não entrega das compras dos livros, o local onde resido foi destaque nos noticiários como o epicentro dos dois picos da pandemia, momento em que pessoas próximas a mim partiram em decorrência do vírus.

Antes de mim, pesquisadores de diversos campos do conhecimento já reconheciam a importância e as particularidades da ZFM, assim como os possíveis caminhos e outras possibilidades para o desenvolvimento regional da Amazônia, conforme apresentado nos capítulos desta tese. Nós, das Ciências Sociais Aplicadas, área que reúne campos de conhecimentos interdisciplinares, voltados para os aspectos sociais das diversas realidades humanas, talvez não tenhamos o propósito principal de desenvolver a ciência aplicada com produtos e resultados práticos à sociedade, mas temos como missão propor discussões e apresentar argumentos a serem utilizados por quem tem espaço e voz para defender e propor soluções aos cidadãos brasileiros, em especial, à população da região amazônica.

REFERÊNCIAS

APDM - Associação do Polo Digital de Manaus. **30 anos da Lei de Informática da Zona Franca de Manaus**: importância para a região, impactos e externalidades deste marco legal. Manaus: Edua, 2022.

ARAÚJO, Nice Ypiranga Benevides de. **O milagre dos manauaras: Zona Franca de Manaus - uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora da mão-de-obra especializada**. 1985. 413p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 1985.

AMARAL, M. E. P. do. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Revista Extraprensa**, 14(2), 471-487. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.181765>. Acesso em 23 ja. 2022.

ARIZA, Jorge Luis. Zonas francas: una aporte al desarrollo regional. **Revista de Relaciones Internacionales**, La Plata – AR, Vol. 3 Núm. 7, out., 1994. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/1958>>. Acesso em: 1º abr. 2020.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2020.

BASTOS, V. C. As estratégias de desenvolvimento e as políticas públicas na Amazônia. In: MOURA, H. A. de. (Org.). **A pesquisa social na Amazônia: avanços lacunas e prioridades**. Recife: Massangana, p. 202-210, 1996.

BATISTA, M.A.C. Competitividade da indústria de bens eletrônicos de consumo. Nota Técnica Setorial. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1993.

BENCHIMOL, Samuel. Zona Franca de Manaus: a conquista da maioria. São Paulo: Sver Boccato, 1989.

_____, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer, 2009.

BERGAMO, Alexandre. Anos 1960 - A televisão em ritmo de popularização. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil**. São Paulo : Contexto, 2010.

BOST, François. Les zones franches, interfaces de la mondialisation. **Annales de géographie** 2007/6 (n° 658), pages 563 à 585. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-de-geographie-2007-6-page-563.htm?contenu=article>. Acesso em 14 de abril de 2020.

BRAGA, J. L. **Mediatização como processo interacional de referência.** Revista Animus, v.5, n.2, p. 9-35, jul-dez 2006.

_____. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., e JACKS, N.,(Orgs). **Mediação & midiatização** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 29-52.

BRASIL. Lei Nº 3.173, de 06 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3173.htm. Acesso em 11 de julho de 2017.

_____. Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Brasília, DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em 11 de julho de 2017.

BRIANEZI, Thaís. **O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus:** do progresso à modernização ecológica. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRITTOS, Valério Cruz; SIMÕES, Denis Gerson. Anos 1990 - A televisão em divergência. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil.** São Paulo : Contexto, 2010.

CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis.. **O empresário local e a Zona Franca de Manaus:** reprodução social e globalização econômica. 2009. 218p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2019.

CIESPAL- Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. **Dossiê** - Diálogo de saberes: giro decolonial y comunicología latino-americana. Chasqui- Revista Latinoamericana de Comunicación. Edição 131. Abril - Julho 2016.

COELHO, Geraldo Mártires. **Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910):** dirigindo os olhares. Revista Escritos, Ano5, nº05, 2011. Disponível em

http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_8_Geraldo_Martires_Coelho.pdf. Acesso em 29 nov. 2019.

COGEX-SUFRAMA. **Levantamento da Balança Comercial da Amazônia Ocidental e Amapá 2020/2021**. 2022.

COSTA, Marcela Fróes da; LUCAS, Mauro Maurício Barbosa; SILVA, Michele Lins Aracaty. Teorias do desenvolvimento regional: análise do modelo Zona Franca de Manaus. In: SILVA, Michele Lins Aracaty (Org.). **Amazônia: aspectos singulares para o desenvolvimento regional**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

COSTA, Nara Shirley de Sousa. Das zonas francas e sua importância na atualidade: os exemplos de Manaus e a Terra do Fogo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 869-892, Dec. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000300869&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

COSTA, Vânia Maria Torres. A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou. In: 6º **Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 2008, Niterói - RJ. 200 anos de mídia no Brasil/ Historiografia e Tendências [...]. Niterói - RJ: [s. n.], 2008.

COULDRY, N.; HEPP, A. **Conceptualizing mediatization**: contexts, traditions, arguments. *Communication Theory*, v. 23, n. 3, p. 191-201, 2013.

_____. **The mediated construction of reality**. London: Polity, 2017.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

FAUSTO NETO, Antonio. **Fragmentos de uma analítica da midiatização**. *Matrizes*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

_____. Transformações nos discursos jornalísticos. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, Junho/2016, Ano I.

FERREIRA, Márcio Alexandre de Moreira. **O desenvolvimento do capitalismo em Manaus**. Manaus: Edua, 2003.

FECHINE, Yvana; FIGUERÔA, Alexandre. Anos 2000 - A televisão em convergência. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIGUEIREDO, Aguinaldo. **História do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2011.

FLUSSER, Vilém. **Comunicologia: reflexões sobre o futuro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FONSECA, Vania. Manaus: polo de desenvolvimento regional? **Geografia**, v. 7, n. 13-14 (1982).

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional. **São Paulo em Perspectiva**, 6 (1-2): 127-133, janeiro/junho 1992.

GARCIA, Etelvina. **Modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus: histórias, conquistas e desafios**. Manaus: Norma Editora, 2004.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONÇALVES, Robson R. Gonçalves. **O setor de bens de eletrônicos de consumo no Brasil: uma análise de seu desempenho recente e perspectivas de evolução futura**. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, abril de 1997. ISSN 1415-4765. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2041/1/td_0476.pdf. Acesso em 23 de maio de 2020.

GREGOLÍN, Maria do Rosário. **A análise do discurso: conceito e aplicações**. Alfa, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

_____. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo. Vol. 4, n. 11, p. 11 - 25, nov. 2007.

GROSGUÉL, Ramón; MIGNOLO, Walter. Intervenciones descoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 29-37, julio-diciembre 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. **Matrizes**, São Paulo - Brasil, v. 8 - Nº 1 jan./jun. 2014.

HEPP, Andreas; HASEBRINK, Uwe. Researching Transforming Communications in Times of Deep Mediatization: A Figurational Approach. In: HEPP, Et al. (Orgs.). **Communicative Figurations: Transforming Communications in Times of Deep Mediatization. Transforming Communications –Studies in Cross-Media Research.** London, UK: Palgrave Macmillan (Springer International Publishing AG), 2018.

HEPP, Andreas. Midiaticização profunda e coleta de dados automatizada: entrevista com Andreas Hepp. [Entrevista concedida a] Alexandre Tremarin e Bruno Fiorini. **Teorizadah**, São Leopoldo-RS, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@teorizadah/midiaticiza%C3%A7%C3%A3o-profunda-e-coleta-de-dados-automatizada-entrevista-com-andreas-hepp-9c73164a88b5>. Acesso em: 31/08/2020.

HJARVARD, Stig. The mediatization of society: a theory of the media as agents of social and cultural change. **Nordicom Review**, v. 29, n. 2, p. 105-134, 2008.

____. Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo-Brasil, v. 5, n.2, p. 53-92, jan/jun. 2012.

____. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 21-44, jan/jun. 2014.

____. **A midiaticização da cultura e da sociedade.** São Leopoldo: Unisinos, 2014.

____. Olhando além do campo: o desenvolvimento da agenda de pesquisa da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 93-106, jan/abr. 2016.

HOLLAND, Márcio et.al. **Zona Franca de Manaus: impactos, efetividades e oportunidades.** São Paulo: FGV EESP, 2019.

ILO – International Labour Organization. Employment and social policy in respect of export processing zones (EPZs). **Governing Body, n.285th. Session**, Genebra – Suíça, 2002. Disponível em: https://www.ilo.org/global/docs/WCMS_078851/lang--en/index.htm. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

____. **Trade Union Manual on Export Processing Zones.** Genebra, Suíça, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2009.

LIMA, Carlos J. & VALLE, Maria Izabel M. Espaços da Globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia. **Revista Contemporânea**. Belém, v. 3, n. 1, p. 73-88, Jan-Jun. 2013.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINEZ, Bruno Martín Forti. **Zonas Francas Industriais no Peru, como uma alternativa de solução à crise**. 1992. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), São Paulo, SP, 1992.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e identidade**: quem você pensa que é? São Paulo: Paulus, 2010.

MAYER, V. Digital television in Brazil: the view from Manaus. **Liinc em revista**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2007.

_____. Digitally Not Yours: Spatial Discourses and Discursive Spaces for Brazilian Digital Television Policy in Manaus. **The Communication Review**, 12:1–19, 2009.

_____. Estudos de produção e articulações de poder na economia criativa: pensando o local para compreender o global. **Revista Compolítica**, vol. 6(1), p. 176-186, 2016.

_____; CANNON, Clare. A greener screening future: manufacturing and recycling as the subjects of television studies. In: MILLER, Toby; BUONANO, Milly; GRAY, Herman. **The Handbook of Television Studies**. London: Sage, 2014.

MENDES, André et al. Identidade. In: FRANÇA, Vera et al (org). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS)**: trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação Belo Horizonte : Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PPGCom - UFMG, 2014.

MENDONÇA, Maurício Brilhante. **O processo de decisão política e a Zona Franca de Manaus**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, 2013.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

____. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

____. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colômbia, No.8: 243-281, jan-jun 2008.

____. Epistemic disobedience and the decolonial option: a manifesto. IN: **Transmodernity**, 2008.

____.. Walter Mignolo e a ideia de América Latina: uma troca de opiniões. [Entrevista concedida a] Antonio Lastra. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colômbia, No.9: 285-310, julho-dezembro de 2008.

____. Desafios coloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), pp. 12-32, 2017.

MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina. Habitar los dos lados de la frontera/teorizar en el cuerpo de esa experiencia. In: **Revista Ixchel**. Volúmen I, San José, Costa Rica, 2009, p. 1-22.

____. Theorizing from the Borders: Shifting to Geo-Body Politics of Knowledge. **European Journal of Social Theory**. 2006. 205-221.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio. (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2009.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma o sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MOURA, Dione Oliveira. O relato jornalístico: além do atual, do singular e do extraordinário. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton e GASPART, Nádea. **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA Jr., Aristides da R. MACHADO, José Alberto da C. O polo industrial de Manaus e sua dinâmica. In: RIVAS, Alexandre et. al (Orgs.). **Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia**: a experiência do Polo Industrial de Manaus. Curitiba: CRV, 2009.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

____; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**. Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** 15.3, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina (Análisis). In: **Ecuador Debate**. Descentralización : entre lo global y lo local, Quito : CAAP, (no. 44, agosto 1998): pp. 227-238. ISSN: 1012-1498.

____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005.

____. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RAMOUSSE, Didier. Zones franches et Maquila en Amérique du Sud : un champ d'expérimentation pour les politiques de développement et d'insertion internationale. **Annales de géographie** 2007/6 (n° 658), pages 586 à 607. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-de-geographie-2007-6-page-586.htm>. Acesso em 14 de abril de 2020.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

REY, Kamyle Medina Monte. **Zona Franca de Manaus**: análise dos 50 anos de atuação estatal no âmbito da Suframa em busca da promoção do desenvolvimento da Amazônia. 2019. 179 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) - Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Anos 1970 - a televisão em tempos de modernização. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil**. São Paulo : Contexto, 2010.

RODRIGUES, Adriano. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

ROMANCINI, Richard. **História e jornalismo**: reflexões sobre campos de pesquisa. IN: LAGO, Cláudia; BENNETI, Marcia (Orgs.). Metodologia da pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SÁ, Mauro Thury de Vieira. **A indústria de bens eletrônicos de consumo frente a uma nova rodada de abertura**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.

SALAZAR. Admilton Pinheiro. **Amazônia**: globalização e sustentabilidade. Manaus: Editora Valer, 2006.

SENA, Vanessa da Costa. História, memória e discurso: considerações iniciais sobre a Zona Franca de Manaus na mídia. In: **VII Encontro Regional Sul de História da Mídia** – Alcar Sul, 2018, Santa Maria-RS. Anais... Santa Maria: ALCAR SUL, 2018. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/7o-encontro-2018/historia-do-jornalismo/historia-memoria-e-discurso-consideracoes-iniciais-sobre-a-zona-franca-de-manaus-na-midia/view>>. Acesso em maio de 2019.

_____. Comércio e indústria de eletroeletrônicos: a contribuição da Zona Franca de Manaus para o processo de midiaticização no Brasil. In: **III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiaticização e Processos Sociais**, São Leopoldo-RS. Anais...São Leopoldo: PPGCC-Unisinos, 2019. Disponível em: < https://www.midiaticom.org/seminariointernacional/archives/2019/gts/GT_IX._O_rganizacoes/Vanessa%20da%20Costa%20Sena.pdf>. Acesso em julho de 2019.

SERÁFICO, José; CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis.. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados** 19 (54), 2005.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2013.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: Uma teoria da comunicação linear e em rede. 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

____. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Manuad, 2006.
SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus 2015-2020**. 2021.

____ **Perfil das empresas com projetos aprovados pela Suframa**.
Abril/2018.

____. Modelo Zona Franca - **O que é o Projeto ZFM?** Disponível em:
http://www.suframa.gov.br/zfm_o_que_e_o_projeto_zfm.cfm. Acesso em 30 de agosto de 2017.

____. **Modelo Zona Franca – História**. Disponível em:
http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm. Acesso em 30 de agosto de 2017.

____. **Modelo Zona Franca - Desenvolvimento regional sustentável**.
Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_desenvolvimento_regional.cfm.
Acesso em 30 de agosto de 2017.

TIEFENBRUN, Susan. U.S. Foreign Trade Zones and Chinese Free Trade Zones: a comparative analysis. Thomas Jefferson School of Law. **Hofstra Journal of International Business and Law**. San Diego. EUA. 2015.
Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2617592>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

TREVISAN, Leandro. **Os usos do território brasileiro e o imperativo da logística: uma análise a partir da Zona Franca de Manaus**. 2012. 282 p.
Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (2019). World Investment Report 2019: Special Economic Zones. Nova York, UN/ **UNCTAD Publications**. Disponível em:
<https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2019>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

VALLE, Izabel. **Globalização e reestruturação produtiva**: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de dissertações e teses da UFSM**: estrutura e apresentação. Santa Maria: UFSM, 2021. Disponível em:
https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/538/2021/12/MDT_UFSM_2021.pdf.
Acesso em 12 de dezembro de 2021.

ANEXO I - SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS RECORTADAS PARA ANÁLISE

JORNAL DO COMMERCIO-AM

- 1957

(SD001) Sabendo da criação da Zona Franca de Manaus, considerou a medida do mais alto alcance com o intercâmbio comercial do Brasil com o **resto do mundo através da Amazônia**. (31 de julho de 1957)

(SD002) Tivemo notícia, ainda, de que a FAREA já se dirigiu ao presidente da República e à Confederação Rural Brasileira no sentido de que seja imediatamente regulamentada a lei que criou a Zona Franca de Manaus, a fim de que, brevemente, **possamos estar usufruindo dos grandes benefícios que advirão da instalação da mesma**. (10 de dezembro de 1957)

- 1967

(SD003) Consoante foi amplamente divulgado: o presidente Castelo Branco através do decreto-lei reformulou totalmente a Zona Franca de Manaus: dando-lhe novas e amplas atribuições objetivando transformá-la num **órgão atuante em favor do desenvolvimento do nosso Estado** (08 de março de 1967)

(SD004) Ouvido pela reportagem do Jornal do Comercio a propósito do interesse demonstrado por famílias holandesas em se estabelecerem em Manaus, declarou o superintendente da Zona Franca, dr. José Roberto Cavalcante: A vinda de seiscentas famílias holandesas para a Zona Franca significa a grande repercussão que o órgão vem tendo no exterior, valendo como um **atestado eloquente de que se inicia uma nova era para o nosso Estado**. A Zona Franca de Manaus **deve, em realidade, possuir repercussões internacionais**, posto que se trata de uma área de comércio internacional liberado e de incentivo à indústria, à agropecuária, etc. (12 de março de 1967)

(SD005) Para dizer dos primórdios da atualidade e dos planos para o futuro da Zona Franca de Manaus, convidado que foi oficialmente, por iniciativa do deputado João Braga Júnior, compareceu ontem à Assembleia Legislativa do Amazonas, o superintendente em exercício daquela entidade, Dr Roberto Cavalcanti, que dissertou longa e veemente sobre a Zona Livre, dizendo de suas dificuldades e o que há de ser feito de urgente e básico, para que o órgão cumpra com suas reais finalidades, **atuando no incentivo ao desenvolvimento mais rápido e racional da região** (14 de abril de 1967)

(SD006) Tudo indica que se fará em prazos que não serão tão curtos quanto à natural impaciência de muitos, mas que não serão maiores do que as dificuldades, também **naturais dos problemas a enfrentar** (18 de abril de 1967)

(SD007) Realizou-se ontem à tarde uma reunião conjunta da Associação Comercial do Amazonas, da Federação do Comércio e da Federação da Indústria com a finalidade de ouvir a palavra dos senhores Robert Daou e José Ribeiro Soares, que foram a Belém no fim da semana juntamente com o dr. Alberto Rocha, secretário do Planejamento do Estado, para abordar assuntos relacionados com a regulamentação da Zona Franca de

Manaus, cujo **retardamento vem causando apreensão em Manaus** (18 de abril de 1967)

(SD008) O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas, **sentindo o anseio geral que domina a população amazonense**, com vistas ao mais breve funcionamento pleno da Zona Franca de Manaus, o que somente ocorrerá com a **regulamentação do Decreto-Lei 288**, que reestruturou aquele órgão, enviou ontem ao Presidente da República o seguinte telegrama: “Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas permite-se dirigir a Vossa Excelência a fim de transmitir-lhe **apreensão geral face ao retardamento da regulamentação do Decreto-Lei 288** que reestruturou a Zona Franca de Manaus, estando o povo amazonense vivamente interessado no mais breve funcionamento regular daquele órgão, pois trata-se de **instrumento capaz de impulsionar o maior progresso, desenvolvimento e oferecer bem estar à população desta área da Amazônia Ocidental**, que aguarda e confia no governo de Vossa Excelência, no sentido de integrar esta região no processo de desenvolvimento nacional. (19 de abril de 1967)

(SD009) Os dirigentes sindicais amazonenses estarão presentes à chegada do novo superintendente da Zona Franca de Manaus, a fim de darem ao cel. Floriano Peixoto uma antevisão da **coesão de todas as classes profissionais em favor do imediato e pleno funcionamento da ZFM**, bem como da **disposição que têm de lutar pela manutenção do órgão nos termos em que foi o mesmo reestruturado** (25 de abril de 1967)

(SD010) O Ministério do Interior considera necessário **instituir o quanto antes a regulamentação da Zona Franca para evitar abusos**, mas não julga razoável que a priori seja anulada uma das condições favoráveis para investimentos, quando esta faz parte de um **conjunto integrado de incentivos indispensáveis ao desenvolvimento da região**. (13 de maio de 1967)

(SD011) A solenidade foi singela, mas bastante significa, posto que representa um **momento histórico para a vida do Amazonas que muito espera** pelo pleno funcionamento da Suframa, para atender suas **legítimas aspirações de progresso e desenvolvimento econômico** (14 de maio de 1967)

(SD012) Instalando a Semana [da Indústria], o presidente da Fieam destacou a Zona Franca de Manaus e **sua importância para o desenvolvimento da região**, ressaltando a felicidade da escolha do nome do Coronel Floriano Pacheco para a superintendência da SUFRAMA. Disse, a propósito, o sr. Antônio Simões: “O Amazonas, potencial de riquezas incalculáveis, que **sempre foi esquecida pelas administrações passadas do nosso país**, finalmente foi **lembrado e conseguiu que fossem ouvidos os seus protestos**, por um tratamento diferente daquele oferecido para as regiões do Nordeste brasileiro e da Amazônia Oriental, beneficiadas pela **facilidade de comunicação com as demais regiões brasileiras**. (20 de maio de 1967)

(SD013) Com palavras também de confiança em que a Zona Franca de Manaus **promova o progresso industrial da região**, o Governador Danilo de Matos Areosa encerrou a solenidade de abertura da “Semana da Indústria” (20 de maio de 1967)

(SD014) De acordo com os despachos telegráficos da Meridional, o titular do Ministério do Interior vê na ZFM um **meio absolutamente necessário de ocupar a Amazônia Ocidental por nacionais**, “antes que surjam ameaças extraterritoriais” (02 de agosto de 1967)

(SD015) Antecipando as palavras do cel. Mauro Carij, o Governador Danilo Areosa disse aos jornalistas que o governo federal, **após 30 anos de indiferença no que respeita aos interesses do Estado**, realmente **voltava suas vistas para o Amazonas**, fazendo-o não por meio de palavras, mas de ação. (14 de setembro de 1967) - Amazonas ligado ao Brasil finalmente será realidade

(SD016) A Zona Franca, instituída há poucos meses, está **levando o progresso à Amazônia**. NO próximo dia 6, uma empresa aérea inaugurará o vôo Rio-Manaus-Miami. (31 de outubro de 1967)

(SD017) A capital amazonense foi incluída entre as cidades consideradas **polos de desenvolvimento nacional**. A inclusão ocorreu agora, ao fim da reunião promovida no Rio de Janeiro pelo Ministério do Planejamento. (25 de novembro de 1967)

- **1970**

(SD018) Chegam hoje às treze horas a Manaus, pela VASP, quarenta industriais de São Paulo, vindo à nossa terra em retribuição de visita, sob os auspícios da FIESP-CIESP, Federação e Centro das Indústrias do Grande Estado Bandeirante. São os mais destacados dentre o grande número de empresários paulistas que mais se interessaram em participar, **em dar sua colaboração, no processo desenvolvimentista amazônico** (19 de fevereiro de 1970)

- **1984**

(SD019) Uma das primeiras medidas do deputado federal Paulo Maluf, caso chegue a ser Presidente da República, será a eliminação do prazo de existência da Zona Franca de Manaus, considerada por ele como **uma das melhores obras dos governos dos últimos vinte anos** (26 de janeiro de 1984)

(SD020) Para presidir as solenidades alusivas ao primeiro ano de administração do superintendente Igrejas Lopes estará chegando hoje às 9 horas no Aeroporto ponta pelada o ministro do Interior, Mário Andreazza, que, entre outros atos, inaugurar obras de **importância econômica e social para o desenvolvimento do Amazonas e do parque industrial local** (03 de julho de 1984)

- **1986**

(SD021) Novamente surgem críticas à Zona Franca de Manaus. Ontem foi a vez do presidente das indústrias Lorenzetti e candidato à presidência da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee), Aldo Alberto Lorenzetti, dizer que há **estratégias na ZFM que não são de interesse do país** (08 de janeiro de 1986)

(SD022) Lorenzetti afirmou, ainda, que a política industrial deve ser determinada para todas as regiões **sem nenhum benefício de exceção a algum Estado** (08 de janeiro de 1986)

(SD023) Hoje, a Zona Franca de Manaus comemora 19 anos de existência. Ela foi homologada pelo Decreto-Lei 288, assinado a 28 de fevereiro de 1967, pelo então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, coroando uma luta de dez anos iniciada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva, já falecido. A ZF abriga mais de 250 indústrias, produzindo para o mercado interno. Algumas delas ainda exportam para outros países artigos eletroeletrônicos, considerados de alta qualidade. O número

de empregos cresceu rapidamente com a implantação da Zona Franca, tirando Manaus de um **destino humilhante de “porto de lenha”** (28 de fevereiro de 1986)

- **1988**

(SD024) Com relação às perspectivas da Zona Franca de Manaus, a Suframa está desenvolvendo estudos, estabelecendo um planejamento e a racionalidade das ações que estão sendo implementadas. Esses estudos e projetos, segundo o superintendente da Suframa, **deverão proporcionar os efeitos necessários à consolidação da ZFM**, complementando, ainda, as ações dos governos dos Estados e Territórios Federais na Amazônia Ocidental **tornando menos distante à época e que se dará a integração desta região ao todo nacional**. (28 de fevereiro de 1988) -

(SD025) A continuidade da Zona Franca de Manaus como polo de desenvolvimento da Região Amazônica está diretamente ligada à formação de uma mão-de-obra especializada, **promovendo tecnologia regional a partir de recursos da própria região**. A proposta é do reitor da Fundação Universidade do Amazonas (FUA), Roberto Vieira, que apesar de reconhecer que o modelo já demonstra a sua viabilidade e ter tido a abordagem no sentido de **permitir o pleno desenvolvimento da região** (28 de fevereiro de 1988)

(SD026) Apesar de manter um relacionamento estreito com a Superintendência da Zona Franca (Suframa), o reitor Roberto Vieira **defende a integração imediata de um trabalho conjunto entre as duas instituições para geração de tecnologia na região**, apoiando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos laboratórios da Universidade. Ele teme que acabando o prazo de vigência da Zona Franca, se isto não for feito, certamente **“nós vamos lamentar profundamente não termos investido maciçamente numa tecnologia regional”**. (28 de fevereiro de 1988)

(SD027) Do ponto de vista exclusivamente econômico, não é, portanto, viável produzir em Manaus um televisor ou qualquer outro bem industrial que dependa de matérias-primas oriundas de locais distantes, **oneradas por custos de transporte**, ante à alternativa de fabricá-lo a um custo menor em São Paulo. O fato de a capital amazonense **se encontrar também afastada dos mercados de consumo**, eleva o grau de **inviabilidade econômica para produzir e distribuir produtos industriais a partir de Manaus** (28 de fevereiro de 1988)

(SD028) O modelo Zona Franca de Manaus, **como as demais políticas de desenvolvimento regional no Brasil**, tem na industrialização o ponto central das estratégias adotadas. Os instrumentos de ação utilizados contribuíram para a expansão da capacidade Industrial, gerando efeitos germinativos na economia do setor terciário. O setor comercial de Manaus atravessou um estágio de crescimento acelerado, em virtude de fatores, como: o crescimento de renda gerada pelo setor secundário; **a concentração demográfica da capital** (como decorrência da atração que exerce sobre as áreas contíguas); a intervenção do estado na implantação de infra-estrutura, aumentando a sua importância como fonte de demanda; e o **aumento do fluxo turístico nacional**, motivado pela atração exercida por produtos importados do exterior (28 de fevereiro de 1988)

- **2003**

(SD029) Na opinião de Corrêa a prorrogação da ZFM (Zona Franca de Manaus) por mais dez anos é um bom sinalizador, mas que os governantes não se apeguem somente ao modelo para gerar emprego. É **necessário criar alternativas de desenvolvimento na região**, principalmente para o interior e com isso evitar o êxodo rural. “Já se passaram 36 anos e os governantes não conseguiram **encontrar outras opções, significativas que não seja o polo**”, assinalou. (09 de setembro de 2003)

(SD030) O primeiro passo para desenvolver a economia do Amazonas já foi dado com a prorrogação da ZFM, segundo Carlos Braga. Ele diz acreditar que o **desenvolvimento de toda a Amazônia vai ser desencadeado pelo Amazonas** e que a região amazônica vai representar o Brasil futuramente. (02 de outubro de 2003)

- **2014**

(SD031) Criada pelo decreto 228, de 28 de fevereiro de 1967, pelo presidente, à época, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A origem deste modelo econômico, destacou o vereador [Elias Emanuel], surgiu devido à gestão de empresários locais daquela época, a exemplo de Nathan Xavier Albuquerque, Waldomiro Peres Lustosa e o jornalista Phelipe Daou que, juntos, **discutiam uma forma de modernizar a economia amazonense** dos idos da década de 60. (28 de fevereiro de 2014)

(SD032) Consultores fazem um raio x das atividades da Zona Franca e alertam que o grande gargalo para a competitividade ainda é a **infraestrutura logística** (28 de fevereiro de 2014)

(SD033) Após a assinatura do decreto em 1967, o setor comercial foi imediatamente beneficiado. Como a Legislação da época não permitia a importação de produtos, a Zona Franca de Manaus era um “oásis” de modernidade no coração da Floresta Amazônica. Com o mercado fechado, era aqui que as pessoas de maior poder aquisitivo de todo o país podiam encontrar os produtos de ponta que eram fabricados em outras partes do mundo - e sem as altas alíquotas do IPI e II. (28 de fevereiro de 2014)

(SD034) **Além da guerra fiscal e da batalha pela prorrogação**, a Zona Franca de Manaus está **sob nova ameaça. Desta vez o inimigo é a União Europeia**. De acordo com matéria publicada ontem (11) no jornal Valor Econômico, a UE iniciou em 19 de dezembro o **mecanismo de disputa contra o Brasil**, acusando o governo de ter adotado uma série de medidas fiscais discriminatórias contra produtos estrangeiros e de fornecer “ajuda proibida” aos exportadores nacionais. Entre outras medidas, os benefícios fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus a diferentes setores industriais entraram na queixa, que poderá ser levada à OMC (Organização Mundial do Comércio), em Genebra, na Suíça. (12 de fevereiro de 2014)

(SD035) Às vésperas de completar meio século como motor de desenvolvimento do Amazonas, a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) vive um momento de maturidade, mas com reflexão e **constante estado de alerta**. A data oficial precisa ser sempre lembrada como um marco para **discussões do futuro dessa capital da Amazônia**. Momento de destacar números que lembram a **importância desse modelo de desenvolvimento regional**, um case de sucesso do governo federal que hoje **se consolidou como uma quase unanimidade nacional** (28 de fevereiro de 2014)

(SD036) A poucos dias da votação que decidirá o futuro da Zona Franca de Manaus, a bancada amazonense em Brasília está **dividida entre tensão e otimismo**. A votação

que está prevista para acontecer na próxima terça-feira (18), na Câmara dos Deputados (14 de março de 2014)

(SD037) Os primeiros quatro meses do ano representaram um crescimento na média de investimentos produtivos na Zona Franca de Manaus. A expansão foi impulsionada em parte pela Copa do Mundo e pela expectativa de prorrogação do modelo ZFM que vem **vencendo importante batalhas** (26 de junho de 2014)

(SD038) Prorrogação do modelo até 2073 abre espaço para **novos caminhos ao polo industrial** (18 de julho de 2014)

(SD039) A aprovação da PEC da Prorrogação da Zona Franca de Manaus abre uma ampla discussão sobre **novos rumos do principal modelo de desenvolvimento regional do país**. Além da segurança jurídica, as empresas buscam alavancas de competitividade. (18 de julho de 2014)

(SD040) Se funcionar, ainda hoje os incentivos da Zona Franca estarão finalmente prorrogados até 2073, garantindo segurança jurídica para novos investimentos e descortinando um **novo período de fortalecimento para o desenvolvimento do modelo**. Lideranças políticas e empresariais estão confiantes na vitória. (16 de julho de 2014)

(SD041) **Momento histórico para o Amazonas**: finalmente, a prorrogação da Zona Franca de Manaus por 50 anos foi aprovada no Senado Federal. Com isso, a matéria só precisa ser promulgada pela presidente Dilma Rousseff para que este capítulo seja encerrado definitivamente (17 de julho de 2014)

(SD042) A classe empresarial espera que, com os incentivos prorrogados, haja mais atração de novos investimentos e diversificação da base industrial, com o fortalecimento de novos segmentos, sobretudo os que **priorizam o aproveitamento dos recursos naturais da região** (17 de julho de 2014)

(SD043) Desafio agora é **reduzir entraves à competitividade e à sustentação** para os próximos 59 anos (06 de agosto de 2014)

(SD044) A inauguração da fábrica da Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos em Manaus é o primeiro passo da ZFM na direção de um novo modelo com foco na **exploração da biodiversidade regional** (25 de agosto de 2014)

(SD045) O **vazio logístico no Amazonas e falta de integração nacional** estão fazendo com que investimentos fujam do PIM (Polo Industrial de Manaus). Se não bastasse esse vazio, a indústria e o comércio ainda precisam ficar em stand by sobre a definição eleitoral para a **viabilização de qualquer projeto logístico de integração nacional**, por parte do governo federal (1º de setembro de 2014)

(SD046) Lideranças do governo federal e empresariais avaliam que o reconhecimento da ZFM (Zona Franca de Manaus) como **modelo de desenvolvimento econômico pela UE (União Europeia)**, poderá atrair novas empresas daquele continente. Sexta-feira (31), a ZFM não foi incluída na ação que a União Europeia move contra o Brasil junto à OMC (Organização Mundial do Comércio) por supostas desonerações fiscais injustas à indústria nacional. Na solicitação junto à OMC, a União Europeia defende a criação de um painel para decidir sobre as medidas tributárias do Brasil que, para os europeus, estão dando vantagem injusta aos fabricantes instalados no país. O escopo

legal da ação, no entanto, exclui a ZFM, o que na prática, a **reconhece como um modelo de desenvolvimento nacional**. (03 de novembro de 2014)

(SD047) Ao Jornal do Comércio, o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, comentou a decisão da UE. Para ele, o que houve foi o entendimento sobre a importância da Zona Franca no desenvolvimento social e ambiental da região. (03 de novembro de 2014)

(SD048) O economista e Conselheiro Executivo do Corecon AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Jose Laredo, lembrou que o continente europeu é um grande parceiro do Polo Industrial de Manaus, que concentra em seu parque fabril indústrias italianas, francesas e alemãs, por exemplo. Para Jose Laredo, o **reconhecimento da ZFM como modelo de desenvolvimento econômico** pela UE poderá atrair novas empresas daquela região ao Amazonas (03 de novembro de 2014)

(SD049) Televisões com resolução 4K, SmartTVs, jogos eletrônicos e celulares são alguns dos produtos de última tecnologia produzidos no PIM (Polo Industrial de Manaus). Apesar do acompanhamento às inovações mundiais, o Brasil e consequentemente a ZFM (Zona Franca de Manaus) **deixam de desenvolver novos produtos por falta de investimentos em pesquisas referentes a novas tecnologias** (04 de dezembro de 2014)

- **2017**

(SD050) O futuro do Amazonas e do modelo Zona Franca de Manaus está no **uso sustentável da biodiversidade e na biotecnologia**. A garantia é do governador José Melo que aponta o **conhecimento tecnológico como arma necessária para transformar a riqueza da flora e fauna em produtos fitoterápicos e de beleza**, uma alternativa para saciar fome e salvar vidas (28 de fevereiro de 2017)

(SD051) A Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) torna-se modelo para outras zonas de comércio **ao fomentar e promover a pesquisa e o aprimoramento tecnológico sem perder o foco das especificidades regionais** (28 de fevereiro de 2017)

(SD052) A proposta preocupa os profissionais tributários e os parlamentares, que ressaltam que a partir da isenção do imposto haverá menor arrecadação fiscal ao Estado e também menor competitividade industrial, ao considerar o **problema logístico que o Amazonas enfrenta em relação às demais regiões do país** (24 de maio de 2017)

(SD053) Os **constantes ataques** contra o PIM (Polo Industrial de Manaus) mostram a necessidade de tornar o modelo da ZFM (Zona Franca de Manaus) **mais visível aos olhos do Brasil e do mundo**. A recomendação é do advogado Thomaz Nogueira, que defende uma maior divulgação dos benefícios que o modelo traz, não só para a Amazônia com intuito de mudar a **percepção distorcida de ser um paraíso de favores indevidos**. (30 de agosto de 2017)

(SD054) Desafios constantes que demandam vigilância e articulação entre as bancadas partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado. É desta forma que os parlamentares que representam o Amazonas no Congresso Nacional definem a **luta em defesa do modelo ZFM** (Zona Franca de Manaus). **Em meio à diversidade produtiva concentrada em outros Estados do país**, deputados federais e senadores, do

Amazonas, **lutam contra a aprovação de projetos que prejudicam as vantagens comparativas do PIM** (Polo Industrial de Manaus), ao mesmo tempo em que pleiteiam recursos orçamentários e estruturais em prol do desenvolvimento industrial e conseqüentemente econômico do Estado (22 de outubro de 2017)

(SD055) Considerado um dos mais modernos da América Latina, o PIM (Polo Industrial de Manaus) **mantém seu status de atratividade e continua sendo referência para grandes investimentos estrangeiros**. Recentemente, o modelo foi recomendado a investidores internacionais pelo jornal britânico Financial Times, obtendo a melhor avaliação na categoria Grandes Arrendatários da América e nas categorias Sustentabilidade, Expansões e Novos Investimentos. A premiação reconhece as **zonas francas mais promissoras** (27 de outubro de 2017)

JORNAL O ESTADO DE S.PAULO

- 1967

(SD056) O ministro do Interior, general Albuquerque Lima, declarou ontem considerar da **maior necessidade a regulamentação imediata da Zona Franca de Manaus “para evitar abusos”**, e que a Superintendência daquele organismo deve atuar em estreita ligação com a SUDAM (13 de maio de 1967)

(SD057) A Superintendência da Zona Franca de Manaus já tomando as **primeiras providências para fazer funcionar o sistema de livre comércio de importação e exportação** de grande número de produtos, a ser estabelecido brevemente na capital do Amazonas (13 de junho de 1967)

(SD058) Segundo nota distribuída ontem pelo Ministério do Interior, o general Albuquerque Lima, ao presidir a solenidade de abertura do VII Congresso Nacional de Municípios, em Manaus, declarou que **“a ideia - e mais do que isso - o ideal, o imperativo da integração nacional, encontram na Amazônia a mais alta motivação e o mais estridente desafio à nossa capacidade de sustentarmos a unidade do território, que nossos antepassados conquistaram com sacrifício e sempre com bravura e nos legaram, íntegro, como patrimônio inalienável, o qual devemos passar aos pósteros, igualmente íntegro e inalienável.** (14 de julho de 1967)

(SD059) Em sua carta, o governador do Amazonas afirma que o povo e o governo amazonenses **“sempre encararam com sentido patriótico o desenvolvimento e o progresso das regiões Nordeste e Sudeste do país”**, não compreendendo porque **“agora, quando se pretende dar à Amazônia Ocidental - com a criação da Zona Franca de Manaus - as condições que lhe permitam o desenvolvimento, encontra-se pela frente toda sorte de barreiras a serem transpostas”** (03 de agosto de 1967)

(SD060) Segundo o ministro, a zona franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com o objetivo de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que **permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e das grandes distâncias a que se encontram os centros consumidores de seus produtos** (02 de agosto de 1967)

(SD061) As ações do governo federal que **objetivam a ocupação efetiva da Amazônia** serão estudadas por um grupo de trabalho interministerial criado pelo presidente Costa e Silva ao aprovar exposição de motivos do ministro Afonso Albuquerque Lima, do Interior. (27 de agosto de 1967)

(SD062) Será necessário um entrosamento mais objetivo com os demais órgãos e instrumentos da ação federal, para o imediato equacionamento global das medidas que devam ser tomadas em benefício da região que é **fator de segurança nacional, como do progresso do país**. (27 de agosto de 1967)

(SD063) Diz ainda o general Albuquerque Lima não ser possível adiar muito tempo tal providência devido “à natural e justa cobiça que se debruça sobre a Amazônia, principalmente das nações de elevada densidade demográfica, na agonia do próprio espaço vital. **A ocupação da Amazônia é tão necessária quanto urgente** e não se fará em tempo útil, senão pela mobilização de grandes recursos e pela convergência de esforços, encontrados como **problemas de sobrevivência nacional na integridade do território brasileiro**, que nos cumpre preservar a todo custo, para que nos mostremos dignos do legado recebido”. (27 de agosto de 1967)

(SD064) Nove ministros seguem amanhã para a Amazônia, a fim de estudar **medidas para a efetiva integração daquela área**. (26 de agosto de 1967)

(SD065) Os ministros de Estado que estão em visita à Amazônia ouviram ontem em Manaus uma exposição do superintendente da Suframa, sobre os trabalhos de implantação da Zona Franca de Manaus e de sua **atuação como instrumento de desenvolvimento da região** (31 de agosto de 1967)

(SD066) O ministro Albuquerque Lima, do Interior, declarou ontem no Rio ter ficado impressionado, em sua recente visita à Amazônia, com a **esperança e a confiança manifestadas pelo povo da região** em relação ao governo do presidente Costa e Silva, em face da sua **disposição de promover o desenvolvimento regional integrado** (10 de setembro de 1967)

- **1970**

(SD067) Afirmou que a Zona Franca está, praticamente, dominada por quadrilhas: não há policiamento nos preços, que variam de loja para loja. A Zona Franca, com relação aos imigrantes do interior, está funcionando como um “mata-borrão”. Atrai gente que vem de longe, **sequiosa por melhores oportunidades, e que logo se desilude**, porque não as encontra. Resultado: **“a miséria vai aumentando em Manaus enquanto as populações do interior vão diminuindo”** (15 de abril de 1970)

- **1984**

(SD068) Os empresários amazonenses estão considerando que os últimos 12 anos de vigência do Decreto-Lei nº 288, que criou a Zona Franca de Manaus, não serão suficientes para **promover a sua consolidação**, daí terem encaminhado um telex ao presidente João Figueiredo pleiteando a sua prorrogação por mais 15 anos. As classes empresariais do Estado argumentam que **houve um atraso no processo de desenvolvimento da Zona Franca desde abril de 1976**, “pelas dificuldades econômicas que atravessa o país” (11 de agosto de 1984)

- **1986**

(SD069) Segundo presidente José Sarney, “nenhuma decisão diminuirá o âmbito, as atribuições e a destinação da Zona Franca de Manaus”, acrescentando que ela, prorrogada, “continuará a ser um **polo de fortalecimento da economia e um posto avançado para o desenvolvimento da indústria e do comércio** do país, e também um trampolim avançado no setor de exportações (16 de janeiro de 1986)

(SD070) Em março começa a funcionar em Manaus uma escola técnica cuja missão é **treinar a mão-de-obra local** - a princípio, haverá cursos para técnicos em eletrônica e a nível gerencial - e **evitar a “importação” de mão-de-obra especializada de outras regiões** (24 de dezembro de 1986)

- **1988**

(SD071) Técnicos da Secretaria da Receita Federal informaram que a elevação dos limites atendeu a sugestão do estudo elaborado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O estudo apontou a necessidade de elevação dos valores do limite de compras, como forma de **criar um estímulo adicional ao crescimento do comércio da Zona Franca**. (09 de janeiro de 1988)

(SD072) Responsável hoje por 75% do produto interno bruto do Amazonas e de mais de 50% de arrecadação do ICM, a Zona Franca mudou em vinte anos a história geopolítica da Amazônia Ocidental e **transformou a capital amazonense no terceiro grande parque industrial do país** e no primeiro parque eletroeletrônico da América Latina. Implantada inicialmente como um polo comercial, o que **proporcionou a Manaus transformar-se numa metrópole pujante, bem longe dos conceitos que existiam à época de uma cidade habitada por índios e cheia de cobras e jacarés**, a Zona Franca foi também a grande responsável pelo desenvolvimento de setores que antes se encontravam estagnados ou criando outros nunca tentados por empresários. (19 de janeiro de 1988)

(SD073) O sucesso da Zona Franca é o resultado, segundo empresários do setor, da **harmonização do capital com o homem e a realidade regionais**. Afinal, o parque industrial, sem chaminés, tem respeitado o meio ambiente e o homem que é utilizado nas linhas de produção tem mostrado perfeita identidade com o trabalho que realiza. Hoje, seus hábitos alimentares, de higiene e sociais mudaram. Sua índole pacata, quase indígena, de reflexão, se associou ao trabalho repetitivo das linhas de montagem (19 de janeiro de 1988)

(SD074) Manaus é a nova coqueluche do setor hoteleiro. Pelo menos duas das grandes cadeias internacionais de hotéis já instaladas no Brasil, Hilton e Sheraton, prepararam-se para **disputar espaço no centro da maior zona ecológica do mundo**. (04 de setembro de 1988)

(SD075) **Se a abertura de fronteiras não acontecer**, afirmou, a Zona Franca ficará em perigo. **“A modernização é necessária** e para tal acho importante que a Zona Franca seja um portal de entrada de novas tecnologias”. (06 de dezembro de 1988)

- **2003**

(SD076) A Samsung anunciará hoje a transferência de sua fábrica de celulares de Manaus para Campinas. A informação foi confirmada por um executivo da empresa. Os 280 funcionários do setor de telefonia móvel na Zona Franca foram informados de que

a unidade funcionará somente até 20 de dezembro. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, a Samsung emprega cerca de 800 pessoas em Manaus. As fábricas de monitores e discos rígidos para computadores da Samsung devem ser mantidas na zona franca. “A empresa disse que **a questão não foi somente de incentivos, mas de logística e custos**”, afirmou o secretário de Administração e Finanças do Sindicato, Antônio Luiz Farias Guimarães. (12 de novembro de 2003)

- **2014**

(SD077) Com a chegada da Norte Sul, a produção de eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus poderá chegar de trem a Anápolis, de onde será distribuída para todo o país. Hoje, esses produtos saem da Amazônia de barcaça e depois seguem de caminhão até o Sudeste, onde estão os centros de distribuição das redes de varejo. E, de lá, voltam para o centro-oeste ou seguem para o Nordeste. “**Isso é uma logística burra**”, afirma Tavares. (05 de janeiro de 2014)

(SD078) Os europeus **questionam incentivos fiscais** dados pelo governo a diversos setores além das regras da zona franca. (14 de fevereiro de 2014)

(SD079) A presidente Dilma Rousseff fez ontem críticas públicas aí na iniciativa da União Europeia de contestar na Organização Mundial do Comércio políticas industriais do governo brasileiro o descontentamento foi externado em presença dos presidentes da comissão europeia José Manoel Durão Barroso e do Conselho europeu Herman Robô Em plena cúpula União Europeia Brasil em Bruxelas e mais tarde reiterado entrevista coletiva no centro das divergências estão as vantagens fiscais da Zona Franca de Manaus e o programa inovarauto. A presidente atacou em especial a suposta contradição entre o **discurso de liberação econômica e de proteção ambiental** por parte da União Europeia. “Eu me manifestei de forma veemente”, afirmou Dilma, em entrevista de 30 minutos após o encontro com o empresário de brasileiros e europeus na capital Belga. “Manifestei a estranheza absoluta do governo brasileiro até porque acho contraditório a **posição de defesa do meio ambiente e a posição de consultas sobre a Zona Franca**”, disse. “Ao longo de governos anteriores foi feita a Zona Franca de Manaus. Qual era o objetivo? Criar uma zona de produção de eletroeletrônicos que tem um nível baixíssimo de emissão de gases efeito estufa e que **permite ao povo da região ter uma perspectiva**” afirma. (25 de fevereiro de 2014)

(SD080) Ontem pela manhã, em entrevista a rádios do Amazonas, a presidente deu indícios do porquê de ter voltado atrás. “Eu estarei na UE, farei uma visita à UE, possivelmente dia 24 de fevereiro, e um dos temas da minha pauta com a União Europeia é essa questão da Zona Franca de Manaus”, afirmou. A existência da zona franca na capital amazonense e em outras áreas da Região Norte é um dos pontos que os europeus pretendem questionar na OMC. A União Europeia alega que **países emergentes usam a necessidade de desenvolver regiões mais pobres como desculpa para criar zonas francas** com incentivos fiscais que **distorcem a competitividade e prejudicam os países europeus**. (15 de fevereiro de 2014)

(SD081) O Congresso Nacional promulgou nesta terça-feira Emenda à Constituição que prorroga os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos. A emenda prolonga a vigência desses benefícios até 2073, já que as regras anteriores previam o funcionamento da zona até 2023. A Proposta de Emenda à Constituição sobre a Zona Franca havia sido aprovada pelo Senado, em julho, e pela Câmara, em junho. Ao discursar na sessão solene de promulgação da emenda, o relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que a Zona Franca de Manaus é “a prova

de que é possível criar uma racionalidade econômica em torno de uma floresta". (05 de agosto de 2014)

- **2017**

(SD082) Pereira salientou que as modificações trazidas pela Medida Provisória trazem mais **segurança jurídica para o futuro do setor e também para a Zona Franca de Manaus**, que completou 50 anos. (08 de dezembro de 2017)

(SD083) A Zona Franca de Manaus, que consome 0,38% do PIB em renúncias fiscais, também não atinge seus objetivos. É um programa que deveria ser provisório, **sustentado apenas para induzir o desenvolvimento regional**. Mas já tem 50 anos, sua **extinção vai sendo sucessivamente prorrogada** e sua indústria exporta uma irrelevância, porque montada em bases artificiais e **altos custos logísticos** não consegue ser competitiva. Não menos importante, a **Zona Franca não consegue emancipar a Amazônia**. (22 de novembro de 2017)

(SD084) O ministro foi a Manaus para proferir uma palestra sobre os desafios da economia brasileira. Ao anunciar a presença de Meirelles, o presidente da entidade, Antonio Carlos da Silva, lembrou que o Estado não recebia um ministro da Fazenda há 40 anos e defendeu em seu discurso os incentivos dados à Zona Franca de Manaus em razão das **dificuldades de logística enfrentadas "até hoje" pelas empresas que se instalam na região**. (07 de dezembro de 2017)

JORNAL FOLHA DE S.PAULO

- **2014**

(SD085) Mesmo a Zona Franca de Manaus é **insustentável sem incentivos fiscais**. O dinheiro que Brasília despeja no Norte é arrecadado no Sul e Sudeste do Brasil. Com uma crise climática sem precedentes, **esta região perde a capacidade de gerar os impostos que sustentam aquela**. (10 de novembro de 2014)

(SD086) Recentemente, a União Europeia questionou formalmente na OMC a política de incentivo do governo brasileiro à Zona Franca de Manaus e ao programa Inovar-Auto, ligado ao setor automotivo. O episódio criou um mal-estar entre o governo brasileiro e o bloco europeu. "No caso da Zona Franca, assinalo a minha surpresa de que a Europa, uma **região tão comprometida com questões ambientais**, conteste uma produção ambientalmente limpa na Amazônia, que gera emprego e renda e é **instrumento fundamental para a gente conservar a floresta**", afirmou a presidente. (24 de fevereiro de 2014)

(SD087) Em um dos comerciais, Aécio aparece dentro de uma fábrica e defende a expansão das atividades da Zona Franca da capital amazonense. "Ela é um **patrimônio do Amazonas, mas também é um patrimônio dos brasileiros**. O que precisamos é fortalecê-la, para que se **transforme também num grande polo exportador**", afirma. (11 de maio de 2014)

(SD088) Antes do Mundial, o governo dizia que retomaria a obra. A Zona Franca de Manaus, renovada recentemente por mais 50 anos, também foi assunto recorrente no encontro, sobretudo em relação à **falta de alternativas econômicas do Estado, que depende da indústria para sobreviver**. (29 de agosto de 2014)

- 2017

(SD089) O Estado do Amazonas pode e precisa **diversificar sua economia e levar desenvolvimento para além de sua capital**, que concentra as empresas da Zona Franca e quase 80% do PIB (Produto Interno Bruto) estadual. (30 de abril de 2017)

(SD090) Mas é preciso que esse desenvolvimento em direção ao interior **não seja uma ameaça ao ambiente**. O Amazonas é o Estado mais preservado do país, 97% de sua área florestal está intacta. **Isso é um patrimônio para toda a humanidade**, uma vez que ajuda a estabilizar o clima do planeta. (30 de abril de 2017)

(SD091) A Zona Franca de Manaus **nasceu por razões geopolíticas e cumpriu esse papel**. Hoje, **ninguém mais fala de soberania. Cumpriu também papel econômico**: gera emprego e renda. Conseguiu ainda criar no Brasil uma indústria que não existia, a de componentes. Atualmente, mais de 75% dos componentes utilizados na ZFM são comprados do Brasil. Mas o mais importante da ZFM foi **preservar 97% da maior floresta tropical contínua do mundo**. Se ela não existisse, ninguém convenceria um pai de família a não derrubar uma árvore para sustentar a família. (30 de abril de 2017)

(SD092) Apesar de ter tido seus benefícios estendidos pelo congresso até 2073, a Zona Franca de Manaus, criada 50 anos, é questionada por alguns economistas, que **enxergam pouco retorno para o Brasil e para a região** (03 de dezembro de 2017)

(SD093) Seus argumentos foram contestados pelos outros debatedores que defenderam os retornos ambientais e sociais trazidos à região. O superintendente da Zona Franca, Apio da Silva, disse que a **manutenção de reservas indígenas, da biodiversidade e a redução da desigualdade social na região foram benefícios alcançados pelo programa, criado para impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia**. "Isso ocorre hoje **graças ao modelo de crescimento econômico e desenvolvimento ambiental que é a Zona Franca de Manaus**", afirmou. (03 de dezembro de 2017)

REVISTA MANCHETE

- 1967

(SD094) Advertência do deputado catarinense Doim Vieira: "Essa Zona Franca de Manaus é o primeiro passo para a **internacionalização da Amazônia**" (Ano 196 - Edição 0795)

(SD095) A Zona Franca de Manaus, por exemplo, deve ser encarada não só pelo seu caráter puramente econômico-financeiro, mas essencialmente como fato humano de elevado sentido dentro de uma política governamental, que consideramos absolutamente necessária, para **levar o progresso à Amazônia Ocidental**, para poder **ocupá-la por nacionais**, antes que surjam **ameaças extraterritoriais**. Portanto, o **problema amazônico** passa a ser, para a consciência nacional, uma **questão de primordial importância de segurança nacional**, em face mesmo da afirmativa que se faz, por outro lado, de que a vida sócio-econômica do presente já **não admite espaços vazios diante da explosão demográfica do mundo moderno**. (1967 - Edição 0812)

(SD096) A Zona Franca de Manaus, que permite a importação de produtos isentos de taxas alfandegárias, deu **vida nova à cidade** (1967 - Edição 0812)

(SD097) Para o povo de Manaus a **Zona Franca é intocável**, e diante da menor ameaça contra a sua existência são organizados comícios, e os jornais circulam em edições especiais. Esta **nova instituição está atraindo grupos industriais de todas as partes do mundo**, inclusive anglo-chineses de Hong-Kong. (1967 - Edição 0812)

(SD098) Na criação da Zona Franca de Manaus - Suframa, o governo federal teve interesse em contrabalançar as dificuldades de atração para investimentos, observadas no único grande centro da Amazônia Ocidental que tem **infra-estrutura para absorvê-los**. A implantação dessa Zona complementa as possibilidades abertas pela legislação de incentivos, ao fornecer vantagens adicionais à instalação de indústrias e importação de equipamentos, em sua área, objetivando **compensar uma desigualdade para menos e beneficiar toda a região pelo efeito de homogênea distribuição dos investimentos** por seus dois grandes polos, que são Belém e Manaus. (1967 - Edição 0812)

(SD099) Uma equipe pioneira, tendo à frente o Coronel Floriano Pacheco, superintendente da Suframa, trabalha dia e noite para **implantar a Zona Franca de Manaus**. São praticamente voluntários e vibram, desde já, com os resultados que surgirão daquela obra de **real significado desenvolvimentista para a região**. Em sua primeira entrevista a uma publicação brasileiro, o Coronel Floriano Pacheco esclarece dúvidas, corrige distorções e mostra ao país como funciona a Zona Franca de Manaus e o verdadeiro papel da Suframa no **controle daquele novo instrumento para a conquista da Amazônia**. (1967 - Edição 0812)

- **1970**

(SD100) Para muitos, a Zona Franca de Manaus é apenas um centro comercial onde se vendem artigos estrangeiros por preços baixos, especialmente eletrodomésticos. Essa interpretação distorce as reais finalidades do funcionamento da Zona Franca como **polo de desenvolvimento** e criação de um complexo industrial capaz de **assegurar a integração plena da região ao progresso brasileiro**. (Ano 1970 - Edição 0927)

(SD101) Sob o aspecto social, a Zona Franca de Manaus deu uma **dimensão inteiramente nova à cidade** e permitiu que ela **acelerasse o seu desenvolvimento**, avançando em conforto e bem-estar nos últimos três anos, muito mais do que poderia ter conseguido em vinte anos. (Ano 1970 - Edição 0927)

(SD102) Com a consolidação da Zona Franca, Manaus, cidade de 300 anos, assiste hoje ao **renascimento de uma civilização que floresceu nos trópicos e caminha a passos largos para o pleno desenvolvimento**. Esta caminhada se apoia nos planos e realizações do governo do estado, que faz da saúde, educação, eletrificação, transportes e telecomunicações os pontos prioritários de um **programa voltado para o crescimento econômico do Amazonas**. (Ano 1970 - Edição 0927)

(SD103) A coordenação de toda política federal do **desenvolvimento e da aplicação dos incentivos fiscais na Amazônia** está sob controle da Sudam. A análise mensal dos projetos apresentados ao Conselho Diretor determina a imediata aplicação dos recursos depositados no Banco do Amazônia, que atua como agente financeiro, em coordenação íntima com a própria Sudam. A Superintendência da Zona Franca de Manaus, Suframa, tem a **missão de instalar e desenvolver o centro de industrialização e comercialização da cidade, como polo de desenvolvimento que se irradia para toda a imensa região**. (Ano 1970 - Edição 0927)

(SD104) Sob o aspecto social e humano, a Zona Franca de Manaus representou uma **autêntica redenção para milhares de brasileiros que viviam em condições subumanas**. (Ano 1970 - Edição 0935)

- **1986**

(SD105) Instalada em sua primeira fase como zona de franco comércio, na capital amazonense, a Zona Franca de Manaus obedece ao Decreto-Lei 288, do Presidente Castelo Branco, datado de 28 de fevereiro de 1967. A intenção do governo fora - e continua sendo - a de **integrar a Amazônia no contexto econômico do país, desenvolvendo um pedaço do Brasil que até então era encarado apenas como um grande santuário vegetal**. (Ano 1986 - Edição 1768)

(SD106) Roberto Cohen, superintendente da Suframa, considera a Zona Franca de Manaus um modelo de desenvolvimento vitorioso. "Em menos de uma geração, estabelecemos um polo industrial que descentraliza a economia nacional". (Ano 1986 - Edição 1768)

(SD107) O Governador Gilberto Mestrinho é quem mais se preocupa com a **nacionalização e regionalização de produtos da Zona Franca de Manaus**, incentivando um desenvolvimento orientado em todas as atividades. (Ano 1986 - Edição 1768)

REVISTA CRUZEIRO

- **1967**

(SD108) Muitos congressistas não estavam bem elucidados sobre o que significa Zona Franca para Manaus. Sabendo, entretanto, que ela virá permitir o barateamento da produção industrial e diminuirá o elevado preço dos produtos importados, que será um **pulmão a desafogar a economia dos amazonenses**, o Brasil inteiro ali representado pelos governantes e legisladores dos mais distantes município do país, colocou-se ao lado do Amazonas. Foi uma impressionante demonstração de solidariedade e afeto do outro Brasil, do Brasil em desenvolvimento, ao **Brasil primitivo do Amazonas**. (Ano 1967 - Edição 0053)

(SD109) O Amazonas está **despontando para o mundo com uma nova face**, em que se mistura a magia de sua vida primitiva, o fausto do seu passado recente e as hesitações de suas dificuldades atuais com os preparativos para uma **arrancada definitiva no rumo do desenvolvimento**. (Ano 1967 - Edição 0063)